Guilherme Tavares Marques Rodrigues

AS ESTRATÉGIAS RETÓRICAS DA CONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA: UMA PERSPECTIVA METALINGÜÍSTICA DO DISCURSO ANTROPOLÓGICO

_____

Dissertação de Mestrado apresentada à Unesp - Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Christina de Rezende Rubim

MARÍLIA
2004

SUMÁRIO

Resumo.....4
Apresentação.....8
Introdução.....14

Capítulo I – Ciência, tecnologia e sociedade: da dogmatização à desdogmatização da ciência moderna.....35
1. A hermenêutica como instrumento de compreensão, integração e suspeição.....35
2. Reflexão epistemológica e crise da ciência.....45
3. Sociologia do conhecimento: a reflexão sobre a influência das condições sociais na produção científica.....51
4. A "nova" sociologia do conhecimento.....62

Capítulo II – Antropologia pós-moderna: a emergência de um novo paradigma.....65
1. Modernidade e pós-modernidade antropológica.....65
2. Etnografias experimentais: a dimensão dialógica, polifônica e alegórica no discurso antropológico.....72
3. O antropólogo como "testemunha articulada".....81
4. Antropologia da ciência: os novos campos de pesquisa antropológica.....82
5. Considerações sobre o capítulo.....85

Capítulo III – Linguagem e metalinguagem: a representação social através do texto.....87
1. Textualidade e metalinguagem.....87
2. Pressupostos de uma teoria do discurso.....90
2.1. A teoria do discurso.....90
2.2. Os gêneros do discurso.....98
2.3. Prática científica e estilística.....102

3. A oposição entre as ciências sociais e literatura.....108
4. Considerações sobre o capítulo.....114

Capítulo IV – Antropologia da Antropologia: a etnografia e suas ficções persuasivas.....118
1. A antropologia da antropologia brasileira.....118
2. O “etnógrafo de etnógrafos”: o “outro” enquanto a representação antropológica do “outro”.....123
3. Referencial metodológico da dissertação.....128
3.1. A metodologia proposta por Vincent Crapanzano.....128
3.2. A metodologia proposta por Bruno Latour.....131
3.3. Uma pesquisa meta antropológica.....141

Capítulo V – As estratégias retóricas da construção etnográfica: antropologia, literatura e senso comum frente à experiência da prisão.....144
1. Autoria, autoridade e pragmatismo na construção etnográfica.....144
2. A “cientificidade” como estratégia retórica.....149
3. Arregimentação de aliados: os dispositivos de inscrição textual.....160
3.1. Referências, citações, e notas de rodapé.....167
3.2. A visualização dos textos.....172
3.3. Encenação e enquadramento.....174
3.4. A captação.....180
4. Estilo de escrita e padrão de narrativa.....186
4.1. A voz do “outro” nos textos.....191
4.2. O tom da evidência.....194

Considerações finais.....196
Referencial bibliográfico.....199
Anexos.....206

RESUMO: A proposta de uma antropologia do conhecimento está inserida no âmbito de um debate pós-moderno onde são colocados em questão os modelos clássicos de relatos antropológicos, devido, principalmente, à presença de estratégias retóricas na construção etnográfica. Considerando a vocação eminentemente meta-disciplinar da antropologia do conhecimento, uma vez que seu enfoque é voltado à prática e ao discurso científico e seus limites, a presente pesquisa tem por objeto específico verificar a presença de estratégias retóricas no discurso antropológico através de uma interface com outras formas de conhecimento. Para alcançar os objetivos do estudo foi realizado um confrontamento dialógico e intertextual entre as representações da antropologia, literatura e senso comum elaboradas a partir de uma mesma cultura: a dos presidiários da Casa de Detenção de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia do conhecimento, epistemologia, pós-modernidade, metalinguagem antropológica, retórica etnográfica, autoridade etnográfica.

ABSTRACT: The proposal of an anthropology of knowledge is part of the postmodern debate context, in which classical models of anthropological reports are questioned chiefly because of rhetorical strategies present in the ethnographic construction. Taking into account that the anthropology of knowledge's vocation is eminently metadisciplinar, since it focuses on the practice, scientific discourse and their limits, this research aims specifically at checking up on rhetorical strategies in the anthropological discourse at the interface of other forms of knowledge. To achieve those objectives a dialogical and contextual parallel was drawn between anthropology, literature and common sense representations out of a same culture: the one of the Casa de Detenção de São Paulo.

A meus pais ***César Augusto e Maria das Graças,*** por tudo, dedico com muito amor este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos ***Stephanie*** e ***Christian,*** e à minha esposa ***Elizabeth*** por compartilharem momentos de angústia e alegria, mostrando sempre considerável compreensão nas muitas privações exigidas para que a elaboração desta dissertação fosse possível.

Aos meus irmãos ***Alexandre e Maria Flora***, pela solidariedade, afeto e incentivo constante.

Agradecimentos Especiais

À professora e amiga ***Christina de Rezende Rubim,*** por seu zelo, presteza, senso crítico, competência, paixão cultivada ao conhecimento, e acima de tudo pela confiança em meu trabalho, sem os quais a realização desta dissertação certamente não teria sido possível.

Aos professores doutores ***Fátima Cabral, Regina Coeli, Célia Aparecida Ferreira Tolentino e Aluísio Schumacher*** que de forma paralela e indireta possibilitaram, através de seus valiosos comentários e sugestões, novas perspectivas sobre o tema desta dissertação.

Aos amigos de todas as horas, ***Normandes e Elaine, Marcelo Alves e Cindia, Sérgio e Ademara, Alexandre e Lilian,*** os quais sempre se mostraram solidários aos esforços que envolveram a realização do curso de pós-graduação.

APRESENTAÇÃO

Foi em meados do ano de 2001, quando havia acabado de retornar para a cidade de Marília após ter trabalhado e estudado por dois anos na cidade de São Paulo, que, de forma um tanto quanto inesperada, pude ter meu primeiro contato com a antropologia. Como minhas aulas do curso de pós-graduação *stricto sensu* em interesses difusos e coletivos já haviam acabado, e eu iniciava a redação da monografia de conclusão de curso, resolvi procurar a secretaria de pós-graduação da Unesp de Marília a fim de me informar sobre os cursos de pós-graduação em ciências sociais. O interesse, em especial pela sociologia e ciências políticas, havia sido despertado nas aulas ministradas no curso de especialização pelo professor José Eduardo Faria, que na perspectiva da sociologia do direito já apontava para a exaustão paradigmática do direito frente à complexidade da sociedade contemporânea, ensinando que há um momento no ensino jurídico em que as virtudes do paradigma normativista se esgotam e a pretensão de exclusividade e universalismo da abordagem dogmática é negada.

Como desde os primeiros anos na graduação em direito eu já me indignava com a incompatibilidade estrutural entre a rigidez lógico-formal do direito e a complexidade das relações sociais contemporâneas, sem que, no entanto, tivesse encontrado algum mestre que me conduzisse aos aspectos sociologizantes da teoria jurídica, percebi que nas ciências sociais eu poderia, finalmente, encontrar todo o referencial teórico crítico que eu tanto ansiava em aprender.

Após me inteirar das disciplinas que seriam ministradas no curso de pós-graduação em ciências sociais da Unesp, perguntei à secretária sobre a possibilidade de me matricular como aluno especial nas disciplinas ligadas às linhas

de sociologia (dimensões do mundo do trabalho) ou ciências políticas (pensamento político e social brasileiro). Como sua resposta foi negativa, uma vez que as vagas para alunos especiais já estavam preenchidas, perguntei meio a contragosto sobre as disciplinas da linha de antropologia (cultura, identidade e sociabilidade), que eu até então imaginava fosse voltada somente à questões étnicas, de gênero ou raciais. No entanto, uma das disciplinas que tinha como título *Antropologia do conhecimento: a antropologia no quadro das ciências sociais* me chamou a atenção. O que seria isso? Perguntei à secretaria, que me respondeu somente com um olhar de desentendida, passando logo a informar que nessa matéria ainda haviam vagas para alunos especiais. Pragmático, me matriculei, sendo, por fim advertido que caberia à professora escolher quais alunos seriam aceitos como tais.

No primeiro dia de aula, mais precisamente em 3 de abril de 2001, com a classe cheia, a professora de antropologia Christina de Rezende Rubim iniciou sua apresentação do curso, que para minha surpresa e felicidade não teria por objeto pontos tradicionais da abordagem antropológica, mas sim uma reflexão sobre as transformações ocorridas na maneira pela qual a sociedade ocidental percebia e classificava o mundo natural do renascimento à contemporaneidade. A bibliografia do curso era riquíssima (Bacon, Galileu, Descartes, Locke, Vico, Rousseau, Diderot, Kant, Herder, Comte, Darwin, Marx, Morgan, Durkheim, Weber, dentre outros) e com certeza propiciaria uma boa formação sobre as bases do conhecimento ocidental e a teoria das ciências humanas. O carisma, a amizade, e a paixão pelo conhecimento cultivados pela professora Christina Rubim foram essenciais para que um sonho pudesse começar a ser construído por todos os alunos que cursaram a disciplina. E foi esse acolhimento que possibilitou, desde então, que eu me dedicasse ao estudo da antropologia e das ciências sociais como um todo.

Quanto ao tema desta dissertação, que tem como “pano de fundo” os pressupostos de validade da representação antropológica, sua escolha é reflexo de uma certa resistência intelectual à aceitação de autoridades e dogmas socialmente “construídos”, cultivada, como já dito acima, desde os tempos da graduação em direito. Conforme se poderá verificar através da revisão bibliográfica desta dissertação, tomado como verdadeiro pressuposto para suas propostas, o conhecimento científico é uma “construção coletiva” histórica e socialmente localizada. Amostra breve disto pode ser percebida através da constatação do caráter efêmero das leis, teorias e métodos científicos, que vão sendo, no decorrer histórico, constantemente reformuladas, superadas, ou simplesmente abandonadas. Nesse cenário de incessante competição entre os segmentos da comunidade científica em prol ou contra determinada teoria, há necessariamente um esforço de persuasão dedicado aos adversários partidários de uma teoria diversa ou contrária à proposta. Até mesmo porque, para ser aceita como paradigma a teoria precisa se mostrar melhor que suas adversárias, sem que, no entanto, precise encerrar a controvérsia que ela se dispõe a elucidar, uma vez que somente o decorrer histórico irá conferir sustentação à teoria.

E foi diante dessa aporia de ordem epistemológica que iniciei uma reflexão sobre os pressupostos de validade e autoridade da representação antropológica através da etnografia. Ao pesquisar o referencial bibliográfico sobre o assunto, encontrei em livros e artigos escritos por antropólogos norte-americanos como James Clifford, Vincent Crapanzano e Bruno Latour, dentre outros, uma perspectiva meta analítica direcionada à evidenciar as estratégias retóricas utilizadas pelos antropólogos para conferir autoridade e validade aos seus informes. A partir disso,

mostrava-se legítimo questionar o porquê do relato escrito por um antropólogo ser mais válido ou autorizado do que o relato escrito por um escritor ou por um leigo.

Com o objeto específico da dissertação praticamente delineado, restava então o trabalho de selecionar textos etnográficos, literários e vulgares escritos a partir de uma mesma cultura para realizar a comparação entre essas distintas representações. Foi quando folheando um catálogo de dissertações apresentadas aos cursos de pós-graduação em antropologia social da USP, UNICAMP, Museu Nacional e UNB, elaborado pela professora Christina Rubim nas pesquisas realizadas durante seu doutorado, que me deparei com a dissertação de mestrado apresentada por José Ricardo Ramalho ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, a qual tinha por objeto os presos da *Casa de Detenção de São Paulo*, popularmente conhecida como *Penitenciária do Carandiru*. Não sei se pelo fato de trabalhar em uma instituição penal como advogado já estava, de uma certa forma, predisposto à escolha desse tema, mas o fato é que na mesma hora relacionei este trabalho o texto *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, amplamente divulgada pela mídia, vencedora do *Prêmio Jabuti de Literatura*, e defini meu objeto de pesquisa. Era exatamente o que eu precisava para realizar a pretendida interface entre a representação etnográfica e a literária.

Feito o esboço do que seria minha dissertação, fui submetido ao exame de qualificação, onde pude ter importantíssimas contribuições por parte das professoras Célia Aparecida Ferreira Tolentino e Regina Coeli, que compuseram a respectiva banca. A idéia de trazer um outro texto que representasse a experiência da prisão na *Penitenciária do Carandiru* a partir do senso comum foi obtida exatamente na qualificação. E, de fato, o livro *Diário de um detento*, escrito por Jocenir, foi importantíssimo para conferir uma maior amplitude à proposta desta pesquisa. A

escolha do texto de Jocenir como representativa da expressão do senso comum é justificada tanto pelo fato do texto, apesar dos elogios da crítica especializada, não poder ser considerada uma produção literária em sentido estrito, como também em razão desse escritor não possuir formação científica ou universitária, ostentando o perfil de uma pessoa comum, criado dentro de padrões de classe média, que dedicou a maior parte de sua vida profissional no comércio de materiais elétricos na grande São Paulo, e por um infortúnio do destino viu-se obrigado a cumprir pena junto à *Penitenciária do Carandiru*.

Antes de realizar a interface entre os textos, procurei delinear o contexto epistemológico onde se encontra situado o objeto específico desta dissertação, abordando em capítulos não necessariamente sequenciais os principais aspectos da desdogmatização da ciência moderna, da sociologia do conhecimento, da concorrência entre as ciências sociais e a literatura, da pós-modernidade antropológica, e da proposta de uma análise metalingüística da etnografia enquanto texto clássico de representação antropológica. Sendo que é neste último tópico que busquei evidenciar que o texto produzido pelo antropólogo, ao contrário da literatura e do senso comum, é determinado pela pragmática de convencer, tanto seus pares como o público em geral, sobre a autoridade e a validade de seus argumentos. De modo que para conferir a necessária persuasão aos seus argumentos, o antropólogo se vê na premência de recorrer a certas estratégias retóricas que não se fazem presentes nos textos não científicos.

Tem-se dessa forma, que os recursos utilizados pelo antropólogo para conferir valor aos seus enunciados básicos na pragmática do processo de pesquisa e elaboração do texto consistem na preocupação que pautou todo referencial metodológico e teórico deste trabalho.

Antes de encerrar esta apresentação, e atento à peculiaridade apontada por alguns que compreensivelmente estranham o fato de um advogado se dedicar ao estudo da epistemologia e da antropologia, acho significativo expor aqui uma sensação curiosa experimentada no desenvolvimento da pesquisa: quanto mais me aprofundava no estudo do referencial teórico sobre a epistemologia e prática da ciência, percebia uma sintomática similitude do processo de produção de um enunciado científico com o processo de produção de uma sentença judicial. Isto porque, no extremo, para ambos os processos, a obtenção de um consenso provisório na aceitação ou rejeição de um enunciado, a possibilidade ou não da aplicação de uma hipótese legal científica ou jurídica aos fatos observados, o argumento de autoridade, a intelegibilidade lógica do sentido do processo de pesquisa ou do processo de conhecimento judicial, assim como tantos outros paralelismos já apontados por Habemas e Popper, dentre outros, mostram-se imprescindíveis para conferir validade aos enunciados básicos ou sentenças. No entanto, e apesar dessa proposta se mostrar particularmente instigante, espero poder realizar um aprofundamento nessa polêmica comparação em um outro estudo.

Porém, é certo que esse paralelo entre o processo de produção científica e o processo judicial é, de alguma forma, útil para justificar minhas preocupações, as quais certamente não se encontram hermeticamente limitadas e circunscritas às efêmeras e convencionais divisões disciplinares. Até mesmo porque, foi somente a partir dessa aproximação que comecei a compreender a lição de Hauriou, que há tempos já afirmava que “um pouco de sociologia afasta o jurista do direito e muita sociologia o traz de volta”.

Guilherme T. M. Rodrigues

Minhas dúvidas aumentam quando me dou conta de que será sempre questão de decisão ou de convenção saber o que deve ser denominado "ciência" e quem deve ser chamado "cientista".

Karl R. Popper

INTRODUÇÃO

É inquestionável que a ciência ocupa posição de destaque na sociedade ocidental. Até mesmo porque as próprias bases do desenvolvimento da cultura ocidental encontram-se, em grande parte, assentadas na ideologia de fé na ciência. Afinal, era nas sociedades liberais e democráticas que a ciência poderia encontrar as condições mais favoráveis para seu desenvolvimento[1], assentando as bases de um universalismo construído sobre fatos empiricamente demonstráveis e livres dos particularismos culturais.

Frente a esse inegável prestígio alcançado pela prática científica, a invocação do adjetivo científico vem sendo cada vez mais pleiteado para qualificar as mais diversas atividades nas sociedades contemporâneas.[2] E o recurso ao crivo do método científico consiste em verdadeira condição *sine qua non* para conferir o tão almejado *status* de ciência. Dessa maneira, desde que estejam atendidos na prática os métodos e pressupostos da cartilha positivista, orientados pelos critérios de verdade e validade do conhecimento, o trabalho realizado alcançaria a condição de científico – não obstante a aplicação da metodologia positivista seja mais difícil nas

[1] "Science develops in various social structures, to be sure, but wich provide an institutional context for the fullest measure of development?" (Merton *apud* Santos, 1989). Sobre o tema vide capítulo I.

[22] "Ironicamente, ao mesmo tempo em que o conhecimento invade a cena dessa maneira, sua confiabilidade é questionada por filósofos e outros de maneira cada vez mais radical, ou pelo menos em voz muito mais alta do que antes. O que costumávamos pensar como tendo sido descoberto é hoje descrito muitas vezes como 'inventado' ou 'construído'." (Burke, 2003, p. 11)

ciências sociais.[3] Até mesmo os filósofos da ciência, como Thomas Khun (1991), apontavam para o caráter pré-paradigmático das ciências sociais, o que as tornava "menos ciência" do que ciências paradigmáticas como a física[4].

Nesse âmbito de análise, denota-se que a teoria científica foi sendo construída em oposição com as "outras" formas de conhecimento, como o senso comum ou conhecimento vulgar, a religião, a experiência prática, sendo que, mais especificamente, no caso da sociologia, num confronto mais direto com a literatura (Lepenies, 1996). A proposta de uma epistemologia volta-se, portanto, e em princípio, a uma nítida demarcação entre a construção teórica da ciência e as outras instâncias do conhecimento (Popper, 2003). A objetividade do conhecimento científico estaria, assim, garantida através de um constante policiamento epistemológico, onde são impostos protocolos de pesquisa em conformidade a critérios de verdade e validade pré-definidos, e uma estrita observância à necessidade de separação entre sujeito e objeto, fato e opinião, prova e valores, que servem de lindes aos cânones científicos.

Diante dessas constatações, alguns críticos acusam a teoria e a prática científica de representar um "etnocentrismo" responsável por uma redução dos modos de compreensão do "outro" a recursos inerentes a cultura moderna ocidental (Bhabha *apud* Santos *et al*, 2002). Verifica-se, dessa maneira, uma consolidação da crítica aos postulados de verdade e validade apropriados com exclusividade pela ciência, uma vez que esta não comportaria um espaço para categorias como a diferença, heterogeneidade, hibridação, estética, e a dialética entre o global e o

[3] "O positivismo apareceu inicialmente nas ciências sociais, na medida em que propunha a adoção de um método inerente a uma ciência empírico-analítica do comportamento, orientado conforme o modelo da ciência analítica normativa, fundada na pressuposição da ação." (Habermas, 1983, p. 302)

[4] "Considero 'paradigmas' as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência." (Kuhn, 1990, p. 13)

local, que passaram a constituir alguns dos primados básicos do pós-modernismo. Tais traços estariam a apontar para uma transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, designado de ciência pós-moderna ante a falta de outra designação, e que cujos efeitos não estão circunscritos às ciências sociais, atingindo de forma contundente pressupostos dos paradigmas de algumas ciências "duras".

Ciência, tecnologia e sociedade encontram-se, nessa perspectiva, envolvidos na dinâmica resultante das transformações epistemológicas oriundas da "viragem cultural" provocada pelos prenúncios da pós-modernidade, globalização e transição paradigmática. Neste contexto, as ciências sociais, em específico, vêem-se diante de questionamentos voltados, principalmente ao papel que lhes é reservado na cultura contemporânea frente às outras formas de conhecimento. E ao passo em que não lhe é mais permitida uma cômoda posição de verdadeiro "censor" ou "juiz" na definição do "válido e verdadeiro", rotulando de "sem sentido" tudo aquilo que escapa aos seus instrumentos de cognição, as ciências sociais tem a difícil tarefa de promover uma articulação desses múltiplos saberes, que envolvem formas de experiências, conhecimentos e racionalidades que não se limitam à racionalidade cognitivo- instrumental ou lógico-dedutivo característicos da ciência moderna.[5]

Diante dessa premência, não há como vislumbrar uma articulação das ciências sociais com esses múltiplos e disformes saberes sem que haja uma prévia renúncia à ambição panótica de policiamento dos critérios de verdade e validade do conhecimento, cuja presença implica em uma desqualificação mútua ou na hierarquização de saberes. Até mesmo porque, já em 1912 Willian James (*apud* Baumam, 1998, p. 142) dizia que o verdadeiro é "somente um expediente na nossa

maneira de pensar", sendo que esse expediente consiste, conforme aponta Rorty, também citado por Baumam (*op. cit*.), em "elogiar" (avalizar, endossar, aceitar expressamente) as crenças aceitas. E diante dessa conjuntura, faz-se necessário a organização de um campo do conhecimento onde se torne possível o desenvolvimento de um diálogo e uma negociação entre as diferentes formas de conhecimento[6].

Até mesmo porque, conforme se procurará enfatizar nesse estudo, a teoria[7] em si não é perene e imutável, anterior à própria existência, mas sim um conhecimento "situado", resultado de uma construção negociada entre elementos e dinâmicas contingentes, antagônicas e diferenciadas, de modo que o conhecimento produzido por esse processo de teorização é atrelado à perspectiva daquele contexto específico de produção, não podendo ser compreendido de forma separada dessa negociação. Conforme argumenta Habermas (1983, p. 302), compactuando o entendimento de Husserl, "não é o conteúdo informativo da teoria, mas é a formação de uma atitude reflexiva entre os teóricos, a responsável pela produção de uma cultura científica". De certa maneira, tem-se que o aforismo de Protágoras onde "o homem é a medida de todas as coisas" ressurge vitalizado na *epistéme* pós-moderna.

Num outro aspecto, tais considerações estariam a apontar uma "descanonização", ou "desdogmatização" da teoria científica, uma vez que há um

---

[5] "O que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico." (Fleck *apud* Burke, 2003, p. 11)

[6] Uma das preocupações que guiou toda a evolução da presente dissertação consistiu, exatamente, em especular se a antropologia, dada sua proximidade com a literatura e outras formas de conhecimento, poderia ocupar esse campo do conhecimento onde se abriga um diálogo entre as diversas formas de conhecimento.

[7] "Na linguagem filosófica, o conceito de *theoría* está vinculado à contemplação do *kósmos*. Como consciência contemplativa do *kósmos*, a *theoría* pressupõe o limite entre o Ser e o Tempo. (...) Na medida em que o filósofo contempla a ordem imutável, realiza um processo de adequação a si próprio do processo cósmico, recriando-o em si. A teoria penetra na *práxis* da existência através da adequação do espírito ao movimento cósmico: ela imprime sua força à existência, disciplinando-a no seu *éthos*." (Habermas, 1983, p 301)

reconhecimento do caráter histórico e contingente dos limites de demarcação entre a teoria e os outros discursos.[8] Descanonizar, ou desdogmatizar, teria aqui o significado de permitir uma abertura a novos modos de articular as configurações das formas de conhecimento e seus múltiplos signos, jogos de linguagens e representações. Trata-se, portanto, em um primeiro momento, de uma prática "desconstrucionista" (Derrida, 2003) onde se compreende uma reinvenção da teoria a partir da metalinguagem (discurso sobre o discurso), concebida de modo indissociável de uma subsequente reconstrução fundamentada no processo de articulação dos enunciados performativos emergentes, viabilizando uma ligação entre elementos e processos não necessariamente ligados entre si. Não que Derrida tenha reconhecido problemas sobre a textualidade até então ignorados, mas, como esclarece Richard Rorty (*apud* Jameson, 2002, p.394), "o que ele fez foi idear maneiras de falar que transformaram as outras em maneiras opcionais e, portanto, mais ou menos duvidosas". De modo que essa imanente teoria crítica pós-moderna é caracterizada não pelo seu poder legislativo, entendido como a pretensão de dizer como o mundo deve ou deveria ser, mas sim pelo seu poder interrogativo, ou seja, pelo potencial de mostrar que o mundo pode ser de outra maneira, numa verdadeira política performativa de articulação (Grossberg, 1996; Slack, 1996; Hebdige, 1993; *apud* Santos *et al, op. cit*., p. 329/330).

> É cada vez mais visível que a topologia do território da teoria social cada vez menos assume a forma de regiões integradas, delimitadas e diferenciadas por referência a autores, correntes ou tradições, e que mesmo a tentativa de definir especialidades tende a perder terreno a favor de configurações em *rede* (organizadas em torno de temas ou de constelações de temas) ou de *espaços fluidos*, caracterizados por uma erosão ou negociação de fronteiras, por uma hibridização das formas de conhecimento e de actividade social, e por um desenvolvimento activo da transposição metafórica, da articulação de

[8] "É de bom-tom, hoje, contestar a oposição das ciências às letras , na medida que relações cada vez mais numerosas, quer de modelo, quer de método, ligam essas duas regiões e apagam frequentemente sua fronteira; e é possível que essa oposição apareça um dia como um mito histórico." (Barthes, 1989, p. 20)

> novas linguagens (Law e Mol, 1994). Assume particular relevância, aqui, a fluidificação das fronteiras entre as ciências naturais, as ciências sociais e as humanidades, dando origem a novas configurações de saberes e de racionalidades que, sendo articulados localmente, têm implicações no modo como são concebidas as relações entre o local e o global. (Santos *et al*, 2002, p. 310)

Nessa perspectiva analítica, torna-se essencial uma oposição aos paradigmas estereotipados da modernidade, por meio dos quais o conhecimento humano é enclausurado em construções herméticas, fechadas para o mundo.[9] Apesar da veemência da crítica, é importante consignar que a oposição ao paradigma da ciência moderna não se reporta à importância histórica e produtiva do conhecimento humano alcançados até então, mas antes em reforçar a necessidade de ir além desse modelo que cerceia o conhecimento. Cercear no sentido de que apenas uma ínfima parte do conhecimento humano é academicamente reconhecido. Sendo que, por outro lado, o discurso acadêmico representa um "código opcional" ante inúmeros outros "códigos" de discurso possíveis (Baudrillard *apud* Jameson). Este embate entre esses "códigos" é constitutivo do que Stuart Hall (*apud* Jameson, *op. cit*.) chama de "luta discursiva". Trata-se, num outro enfoque, em evidenciar e repensar o verdadeiro "etnocentrismo intelectual" que permeia a instituição acadêmica e hierarquiza o saber humano.

> Em vez de aspirarmos à episteme (o conhecimento verdadeiro das coisas) temos que aspirar a "fronesis" que significa, aproximadamente, uma sabedoria de como funcionam as coisas do mundo.
> (...)
> O novo paradigma não é um invento extraído do nada, mas uma resposta às condições cambiantes do mundo contemporâneo que puseram em primeiro plano a comunicação. (Pearce, 1998)

Mostra-se, dessa maneira, ser imprescindível questionar a forma como a comunicação do conhecimento científico é feita na prática. Até mesmo porque deve-

se considerar como verdadeiro pressuposto analítico a condição de que "a ciência é um discurso; quem silencia esta condição arrisca a não mais encontrá-la" (Granger *apud* Epstein, 1986). É sobre tal premissa que a comunicação textual da ciência, compreendida em seus aspectos primários (interpares) e secundários (divulgação pública da ciência), vem sendo objeto de estudos em diversos campos acadêmicos em dimensões lingüísticas e semióticas, antropológicas e sociológicas, epistemológicas e deontológicas.

Torna-se visível, neste ponto, a imbricação da teoria pós-moderna com os questionamentos de definição da antropologia enquanto disciplina científica, os quais sempre ficaram circunscritos à problemática da distinção entre o processo de pesquisa (linguagem-objeto) e a crítica sobre a forma de exposição dos seus resultados (metalinguagem).[10] Se houvesse, por um lado, a pretensão de conferir aspectos de cientificidade à pesquisa, esta deveria se pautar em uma metodologia precisa, passando por um cuidadoso procedimento de análise dos dados obtidos, os quais seriam, ao final, devidamente adaptados para uma exposição sistemática e objetiva. Por outro lado, havendo uma primazia em relação à exposição, "todo conhecimento somente poderia legitimar-se se pudesse expor seus resultados de modo tão claro que pudessem ser reproduzidos na intuição imediata" (Lepenies, 1996, p. 211). E no âmbito dessa aporia epistemológica, passou a ser legítimo questionar se a antropologia poderia ser indicada como uma das candidatas naturais a representante dessa "nova ciência" apregoada pelos pós-modernos.

---

[9] Uma das propostas da etnometodologia é exatamente superar a "organização por *disciplina* e por *objeto*". (Latour, 2000, p. 34)

[10] "Uma crítica não é uma questão de dizer que as coisas não estão certas como estão. É uma questão de ressaltar em que espécies de suposição, em que espécie de modo de pensar familiares, não discutidos, irrefletidos se baseiam as práticas que aceitamos. (...)
A crítica é uma questão de fazer jorrar esse pensar e tentar mudá-lo: mostrar que as coisas não são evidentes por si mesmas quanto se acreditava, perceber que o aceito como sendo por si mesmo já não será aceito como tal." (Foucault *apud* Bauman, 1998, p. 141).

Independentemente da resposta dada à esta indagação, tem-se que é nesse cenário de emergência de uma teoria crítica pós-moderna onde se encontra espaço para o questionamento e o desenvolvimento sobre possíveis novas formas de representação do conhecimento nas ciências sociais. E no campo da antropologia, em específico, verifica-se que as alternativas propostas pelo movimento pós-moderno na disciplina, especialmente pelos autores de *Writing Culture* (1984), são basicamente textuais, com uma série de projetos de etnografias experimentais direcionados a encontrar novas maneiras de escrever sobre culturas. Afinal, como argumenta Paul Rabinow (1999) parafraseando Fredric Jameson (2002):

> Os antropólogos interpretativos trabalham com o problema da representação da representação de outros; historiadores e metacríticos da antropologia trabalham com a classificação, canonização, e explicitação da representação de representações de representações. O aplainamento histórico encontrado no pastiche de filmes nostálgicos reaparece no aplainamento metaetnográfico que faz todas as culturas do mundo praticantes da textualidade. Os detalhes nestas narrativas são precisos, as imagens evocativas, a neutralidade exemplar, e o modo *rétro*.

Essa singularidade histórica constatada na contemporaneidade, consistente nessa apontada condição de que todas as culturas do mundo são praticantes da textualidade, já havia sido notada por Bakhtin, cuja teoria eleva o texto à posição de objeto específico das ciências humanas. Isto porque apesar das ciências humanas estarem voltadas para o estudo do homem, estas estudam o homem enquanto produtor de textos.[11] O conhecimento do homem, portanto, não só é revelado por meio dos textos, como também estes são responsáveis pela própria construção do homem enquanto objeto de estudos. Fato que, segundo Bakhtin (1992, p. 31), distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que estudam o

[11] "O que nos interessa nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto." (Bakhtin, 1992, P. 333)

homem “fora do texto”. Cada ciência humana teria assim um objeto textual específico, uma vez que interpretações diferentes sobre um texto constróem novos textos, criando, assim, objetos diferentes.

Nessa perspectiva, Clifford Geertz (1997) sugere que o trabalho do antropólogo interpretativo pode ser comparado ao do “novo filólogo”. Mas antes de expor uma definição do que seria esse “novo filólogo”, é necessário deixar ressaltado que o filólogo, tomando como premissa que o significado de uma inscrição é fixado em um metanível, atua como “uma espécie de autor secundário”, cuja função “é reinscrever, ou seja: interpretar um texto através de um outro texto” (Geertz, 1997, p. 51). No entanto, tem-se que a partir do momento que a filologia passou a se ocupar de questões conceituais relativas à própria natureza dos textos aos quais detinha seu olhar, foi desencadeada uma verdadeira ruptura na disciplina, dividindo-a em duas atividades antagônicas: uma voltada ao estudo de textos específicos (historiadores, editores e críticos – humanistas), e outra enfocada na própria atividade de criar textos (lingüístas, psicólogos, etnógrafos – cientistas). Em outros termos, houve uma separação do estudo das inscrições do estudo dos processos de inscrição, assim como do estudo do significado fixo, do estudo dos processos sociais que promovem a significação (Geertz, *op. cit*. p. 52). Portanto, esse “novo filólogo” ocuparia, em verdade, uma posição de reparador dessa ruptura no estudo de construção textual.[12]

[12] “Em um mundo multicultural, um mundo de epistemologias múltiplas, há necessidade de um novo tipo de filólogo – um especialista em relações contextuais – em todas as áreas do conhecimento que tenham a construção de textos como atividade principal: literatura, história, direito, música, política, psicologia, comércio, e até mesmo guerra e paz.” (Becker *apud* Geertz, *op. cit*. p. 52)

Percebe-se, portanto, que, de forma sintomática, as preocupações dos autores pós-modernos trazem críticas desconstrucionistas[13] e propostas de uma nova postura do pesquisador frente à prática antropológica e à representação etnográfica, enquanto texto que compõe, como *topoi*, tanto uma disciplina acadêmica como um determinado discurso ou gênero literário.[14]

Ainda nesse âmbito epistêmico das ciências sociais, alguns autores vêm apontando a ocorrência de um processo de "estetização da teoria social", cuja expressão se faz presente no reconhecimento de aspectos estéticos, literários e narrativos nos processos de teorização, cujos indícios foram identificados por Walter Benjamim (1983). Traços que estariam a evidenciar, segundo alguns autores como Lash, 1996 e 1999, e Lash e Urry, 1994, citados por Boaventura de Souza Santos (2002), uma sucessão da "sociedade material" por uma "sociedade da cultura" ou, numa terminologia mais expressiva cientificamente, por uma "sociedade semiótica", que resgata a importância do sensorial e da percepção na produção do conhecimento e na organização da experiência.

A partir da perspectiva semiótica, alguns autores também têm ressaltado a supremacia da literatura em relação à ciência. Para Roland Barthes (1978, p. 18), por exemplo, se todas as disciplinas devessem ser expulsas do ensino, com a exceção de uma, seria exatamente a literatura que deveria ser salva, pois "todas as ciências estão presentes no monumento literário". Segundo esse autor, a literatura revela o real sem dissipar a intensidade da experiência humana; "faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles. (...) A ciência é grosseira, a vida é

[13] "Assim também alguns antropólogos são impulsionados a novas criações pela infusão de idéias da crítica literária desconstrucionista, enquanto esta vem perdendo sua energia cultura em departamentos de literatura..." (Rabinow, 1999, p. 81)

[14] "Colocada no âmago da problemática literária, que só começa com ela, a escritura portanto é, essencialmente, a moral da forma, a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a Natureza de sua linguagem." (Barthes, 1974, p. 125)

sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa" (Barthes, *op. cit.*). Em outros termos, tem-se que enquanto a linguagem da ciência permite a denotação, a linguagem literária possibilita a conotação do significado.

> Eu aprendi a considerar a sociologia como uma daquelas numerosas narrativas, de muitos estilos e gêneros, que recontam, após terem primeiramente processado e reinterpretado, a experiência humana de estar no mundo. A tarefa conjunta de tais narrativas era oferecer um insight mais profundo no modo como essa experiência foi construída, pensada e, desse modo, ajudar os seres humanos na sua luta pelo controle de seus destinos individuais e coletivos. Nessa tarefa, a narrativa sociológica não era 'por direito' superior a outras narrativas, pois tinha de demonstrar e provar seu valor e utilidade pela qualidade de seu produto.
> Eu, por exemplo, me lembro de ganhar de Tolstói, Balzac, Dickens, Dostoiévski, Kafka ou Thomas Morus muito mais insights sobre a substância das experiências humanas do que centenas de relatórios de pesquisa sociológica. Acima de tudo aprendi a não perguntar de onde uma determinada idéia vem, mas somente como ela ajuda a iluminar as respostas humanas à sua condição, assunto tanto da sociologia quanto das 'belle lettres'. (Zygmunt Bauman, jornal Folha de São Paulo de 19 de outubro de 2003, entrevista concedida à Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke)

E considerando que a representação textual da antropologia, enquanto disciplina acadêmica, encontra-se situada nas fronteiras entre ciência, literatura e senso comum, sendo-lhe, assim, lícito transitar livre e conciliatoriamente por esses dois campos do conhecimento, que também constitui referência essencial para a proposta analítica da presente pesquisa a texto *As três culturas*, de Wolf Lepenies (1996), onde este autor analisa historicamente a relação entre a literatura e as ciências sociais, e principalmente a disputa entre essas disciplinas em oferecer a "orientação-chave da civilização moderna". Na visão de Lepenies (1996), nessa competição de interpretações há um dilema das ciências sociais, especialmente da sociologia, associado tanto à história de seu surgimento, quanto ao seu próprio desenvolvimento: "a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura" (*op. cit.* p. 11). A perspectiva histórica adotada por Lepenies (1996) retrata

como a sociologia, em sua tentativa de "imitar" as ciências naturais para se firmar enquanto disciplina autônoma, está compreendida num processo complexo de proximidade e concorrência com a literatura.[15]

Esses determinantes de ordem epistemológica implicam numa mudança de postura do pesquisador não só perante o seu objeto de pesquisa, mas principalmente nas formas de representação textual desse conhecimento. A idéia central consiste, portanto, em recuperar a tradição e a vocação humanística que sempre identificou a antropologia.[16] Mas para alcançar uma realização plena de tal proposta, faz-se necessário, no entanto, uma prévia desconstrução epistemológica dos pressupostos cientificistas que condicionam, e que, conseqüentemente, acarretam um empobrecimento da representação textual da antropologia. Até mesmo porque, o texto científico, numa perspectiva semiótica, deve ser um texto dotado de uma linguagem própria – fato que, como se verá, consiste num dos fatores persuasivos que conferem legitimação e validade a esse saber. E constatada, assim, a falência dos esforços em conferir cientificidade à etnografia mediante o recurso a métodos racionais, lógicos e objetivos, que estariam a possibilitar o acesso a verdades universais por meio duma linguagem unívoca, livre de retóricas persuasivas, reassumir, enfim, sua postura humanística usurpada pela literatura.

---

[15] "Com isso, desde cedo se estabelece um processo de purificação no interior das disciplinas: áreas de especialização como a sociologia, que ainda devem conquistar seu reconhecimento dentro do sistema das ciências, buscam obter esse reconhecimento distanciando-se das formas literárias primitivas da própria disciplina, que procedem de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador. Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social. O problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se uma ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura." (Lepenies, 1996, p. 17)

[16] "A imanência do sistema que virtualmente se imobiliza não tolera sequer algo qualitativamente outro, que poderia ser experimentado, nem capacita os sujeitos que lhe são adequados a uma experiência não regulamentada. A situação de mediação universal da coisificação de todas as relações entre homens, está

Considerada essa oposição epistemológica entre a textualidade antropológica, literária e referentes à outras formas alternativas de conhecimento – que impõe à primeira uma injustificável limitação – a presente dissertação tem seu objeto situado exatamente nessa fronteira disciplinar onde reside a consciência disciplinar da antropologia sobre sua representação textual quando contrastada com outros textos não científicos.[17] Partindo de um referencial teórico metacrítico, voltado a uma desconstrução epistemológica favorecida por uma hermenêutica de suspeição, este texto procura evidenciar, através da constatação da presença de estratégias retóricas na construção etnográfica, os esforços do antropólogo para conferir validade e autoridade ao seu discurso expresso através do texto.

O enfoque analítico é direcionado, portanto, à argumentação científica do antropólogo e seus aspectos comunicacionais identificados na construção etnográfica. Dado o caráter técnico do discurso científico, que lhe confere, numa perspectiva axiológica, mais validade do que a argumentação literária,[18] seu conteúdo é condicionado pela pragmática de ter de convencer seu auditório específico, consistente na comunidade científica (comunicação primária), resistindo às discordâncias que lhe serão impostas para que seja aceito como uma literatura técnica ou científica.[19] Fato que não ocorre com a literatura não-técnica. E, portanto, à medida que o antropólogo deverá persuadir seu auditório (interpares) sobre o

---

sabotando a possibilidade objetiva de uma experiência específica da coisa – este mundo ainda é passível de uma experiência viva? – incluída a aptidão antropológica." (Adorno, 1983, p. 250-251)

[17] "O surgimento da consciência antropológica acerca do modo de operação textual da própria antropologia está deveras atrasado." (Rabinow, 1999, p. 82)

[18] Sobre essa perspectiva axiológica entre os textos literários e científicos, Rilke (*apud* Jameson, 2002, p. 261) escreve: "Já que geralmente se admite que o valor-sedução é tolerável (e até admirável) nos assim chamados textos literários, de uma forma que não seria aceita em escritos 'filosóficos', o próprio valor desse valor está ligado à possibilidade de se distinguirem textos literários de textos filosóficos".

[19] Bruno Latour (2000, p. 34) já advertia para o fato de que "os historiadores da ciência prestam pouca atenção aos estudos literários ou à retórica", sendo que esta constatação é importante para justificar as pretensões desta dissertação.

acerto daquilo que escreve sobre o “outro”, sua argumentação utilizará de elementos próprios da retórica.

Uma pequena amostra disso é o fato de que a suscitada ausência de recursos retóricos no discurso científico consiste, por si própria, num discreto recurso retórico de persuasão. Ou, como diria Isaac Epstein (1986, p. 73), “um dos mais utilizados recursos retóricos dos discursos das pseudo ciências é dizer que eles são ‘científicos’ (isto é não persuasivos)”. Compartilhando desse entendimento, Boaventura de Souza Santos (1989, p. 97) também entende que “toda ciência é retórica e a sua retórica é a cienticidade”.

Por outro lado, a interface entre os saberes científico, literário e vulgar permitirá, ainda, denotar que, sintomaticamente, é possível constatar no texto literário e vulgar a presença de aspectos representacionais propostos pelos pós-modernos – como a polifonia e a alegoria por exemplo –, o que torna ainda mais nebulosa a fronteira disciplinar entre a antropologia, literatura e senso comum. Até mesmo porque são nesses conhecimentos alternativos que se encontram tradicional e historicamente situadas descrições subjetivas, metafóricas, alegóricas, sentimentais e polifônicas sobre a experiência no contato com o “outro”.

Tem-se, portanto, que à medida em que se tem por objeto de análise o antropólogo enquanto escritor de textos sobre culturas e os recursos utilizados por ele para conferir validade e autoridade às suas descrições, tornando-as, assim, técnicas, pode-se considerar que a análise recai, de um lado, sobre aspectos semióticos e exegéticos do texto (metalinguagem); e, de outro lado, sobre a prática de construção etnográfica (empírica). Esse trabalho peculiar de submeter a própria prática científica – neste caso a prática da argumentação antropológica – como objeto cognoscível, se enquadra nos escopos da antropologia da ciência (Latour,

2000), ou da antropologia do conhecimento, como preferem outros (Morin, 2004; Burke, 2003)[20]. Nesse tocante, é importante deixar consignado que tanto uma denominação como outra poderia ser utilizada para situar as pretensões desta dissertação na *epistéme* cognitiva, sem que, com isso, a noção de sua proposta ficasse comprometida. Até mesmo porque, para alguns, tais expressões seriam sinônimas.

Com efeito, tanto a antropologia do conhecimento como a antropologia da ciência partem da tese de que ciência e conhecimento são construídos pelos homens, e não dados pela natureza.[21] Mediante o emprego da etnometodologia, essa antropologia estuda de maneira detalhada as práticas que compõem a produção de fatos sociais, enfatizando como essas práticas buscam, através de instrumentos persuasivos, garantir validade e legitimidade aos seus argumentos a fim de que possam ser aceitos como fato, e não como mera opinião.

À medida em que o antropólogo do conhecimento (compreendido o conhecimento científico) parte da premissa de que o conhecimento é socialmente situado e condicionado, incorporando em seu processo de formação crenças, assentimentos e adesões dos homens em sociedades historicamente localizadas, também há um reconhecimento de que a argumentação utilizada na construção coletiva do conhecimento, embora racional, é feita sobretudo para convencer. Seria, por outro lado, prematuro supor que esse trabalho de convencimento sobre a validade e veracidade do conhecimento seja realizado somente pela prova formal. De forma diversa, analisando a prática de produção científica é possível verificar a

[20] "... os antropólogos desenvolveram uma tradição de levar a sério as categorias ou classificações das outras pessoas, investigando seus contextos sociais." Este autor procura definir a antropologia do conhecimento comparando-a a uma espécie de taxonomia do próprio conhecimento, visando mostrar "a arbitrariedade manifesta de qualquer sistema de categorias quando visto de fora". (Burke, 2003, p. 79)

[21] "A pesquisa é uma instituição social onde os seres humanos interagem; daí determinar pela comunicação entre os pesquisadores o que pode aspirar no plano teórico: a validação. A inteligibilidade *a priori* de certas normas

presença de diversos fatores que escapam aos primados de racionalidade e objetividade da ciência, como é o caso da performance do cientista, do conselho de composição, de estilo e de elocução, a lógica dos juízos de valor, dos dispositivos de inscrição utilizados, dentre outros.[22]

Considerando que a suscitada vocação meta-disciplinar da antropologia do conhecimento é voltada ao caráter discursivo do conhecimento (metalinguagem), ou seja, mais estritamente à prática e ao discurso científico e seus limites frente a outras formas alternativas de saber, que não podem ser apreendidas sem o recurso ao referencial hermenêutico, resta plenamente justificada a proposta da presente pesquisa, consistente na realização de uma interface entre a representação científica, literária e vulgar sobre uma mesma cultura. Mediante essa contraposição dialógica e intertextual, espera-se evidenciar na anatomia da etnografia o recurso a estratégias retóricas utilizadas pelo antropólogo para conferir o *status* de científico às suas afirmações, numa proposta de evidenciar ou questionar tanto a demarcação entre o antropológico, o literário e o senso comum na *empiria* do texto, como a recíproca imbricação entre os elementos que caracterizam as respectivas argumentações.

> Não se poderia tomar das disciplinas das ciências humanas textos que são tradicionalmente considerados modelos de argumentação e deles extrair experimentalmente os processos de raciocínio que consideramos convincentes?
> (...)
> Tendo, pois, empreendido essa análise da argumentação em certo número de obras, em especial filosóficas, e em certos discursos de nossos contemporâneos, demo-nos conta, no decorrer do trabalho, de que os procedimentos que encontráva-mos eram, em grande parte, os da *Retórica* de Aristóteles. (Perelman, 1997, p. 63/64)

---

sociais é básica para decisões referentes à validação de hipóteses legais, fundadas numa observação sujeita a controle." (Habermas, 1983, p. 292)

[22] "A autoconsciência de estilo, retórica e dialética na produção de textos antropológicos deveria nos levar a uma percepção mais aguçada de outras maneiras, mais imaginativas de escrever." (Rabinow, 1999, p. 83)

Como se vê da citação acima, Perelman (1997), após haver realizado empreendimento semelhante ao proposto na presente pesquisa, constatou que, apesar do descrédito em que recaiu a disciplina com o advento do racionalismo[23] e do positivismo, a retórica se manteve viva e presente na teoria do conhecimento.

Efetivamente, a excessiva preocupação da ciência moderna com as exigências da lógica formal e a neutralidade axiológica implicou numa desatenção às formas pelas quais a argumentação se desenvolve na tentativa de provar ou sustentar um fato ou uma afirmação. Como a epistemologia demonstrou, os enunciados científicos proporcionam referenciais provisórios, ou uma espécie de verdades *ad hoc*, que serão tidas como enunciados básicos até que sejam suplantadas, ou corroboradas, por outros novos enunciados científicos que, num processo racional de construção da ciência, tenham se mostrado mais fortes que os enunciados superados (Popper, 2003).[24] A retórica ressurge, assim, como referencial teórico imprescindível para demonstrar, empiricamente, a prática concreta dos cientistas na "construção negociada" de verdades.

Esta preocupação com a prática dos cientistas se justifica pelo fato de não parecer legítimo que estes, quando em ação, ajam de forma sistematicamente diversa dos preceitos estabelecidos pela epistemologia, e que, mesmo com tais transgressões, geralmente admitidas como desvio ou despreparo intelectual, suas pesquisas sejam aceitas como científicas. É inexorável que o processo de investigação científica é, antes de tudo, um processo de autoconvencimento do próprio cientista, onde este antecipa o juízo da comunidade científica sobre seus argumentos, e, dessa forma, utiliza de expedientes, ou estratégias retóricas, para conferir força aos seus argumentos.

[23] "A marginalização da retórica a partir de Descartes dá-se quando este, em *O Discurso do Método*, declara que uma das regras do novo método é considerar falso tudo aquilo que é apenas provável." (Santos, 1989, p. 98)

Expressada, em síntese, a importância da “nova retórica” no direcionamento da presente dissertação, faz-se necessário consignar que o referencial teórico e metodológico utilizado para a proposta de contraposição entre diferentes textos com produções documentárias, literárias, científicas e vulgares, com o intuito de evidenciar a presença de estratégias retóricas na composição de cada um desses textos foi inspirado, principalmente, no ensaio elaborado pelo antropólogo norte-americano Vicent Crapanzano (1991) para o texto *Writing Culture*, erigido por alguns estudiosos ao *status* de verdadeiro marco na entrada da pós-modernidade antropológica. Entitulado de *O dilema de Hermes: a máscara da subversão nas descrições etnográficas,* o artigo procurar identificar o trabalho do antropólogo ao do hermeneuta, uma vez que tanto aquele como este tem como objeto de interpretação o discurso contido no texto.

Crapanzano (1991) propõe nesse artigo que, assim como o hermeneuta, o antropólogo deve conseguir que sua mensagem convença seus leitores sobre a verdade e validade daquilo que escreve, recorrendo, para tanto, a certas estratégias retóricas para persuadir os leitores sobre sua autoridade e a validade de seus informes. Analisando aquilo que denomina de estratégias retóricas, Crapanzano (*op.cit*., p. 95) parte dos pressupostos que expressam a condição de autoridade do etnógrafo: sua presença física nos eventos descritos, sua habilidade para a percepção, sua perspectiva “desinteressada”, sua objetividade e sua sinceridade, para concluir de forma crítica que nos três casos, e muito embora tenham se manifestado de formas distintas e com êxitos diferentes, o lugar ocupado pelo etnógrafo no texto é meramente retórico.

Complementando a hermenêutica utilizada por Crapanzano (1991) para evidenciar o recurso que o antropólogo faz a estratégias retóricas para conferir

[24] Sobre o tema vide Capítulo I.

credibilidade e validade às suas etnografias, também foi recorrente a metodologia afeta à antropologia da ciência feita por Bruno Latour (2000), que consiste em agir como leigo no âmbito de construção de uma literatura técnica, compartilhando, assim, do mesmo escopo de Crapanzano (1991), consistente em explicitar os recursos utilizados pelo cientista – *in casu* o antropólogo – no esforço de conferir validade e credibilidade às suas afirmações.

Numa breve antecipação sobre as características dessas propostas, pode-se dizer que, para ambos antropólogos, a disposição com que as sentenças serão inseridas no texto é precedida de uma intenção de convencimento. No entanto, enquanto Crapanzano (1991) direciona seu enfoque numa análise exegética e interpretativa das sentenças que compõe o texto, considerando aspectos epistemológicos e metalingüísticos da representação antropológica, Latour (2000) opta por uma abordagem empírica sobre o comportamento do cientista quando este considera que a pertinência e validade de suas afirmações e representações dependerão de uma "aprovação" num processo intersubjetivo de falseamento e questionamento.[25] Partindo desse pressuposto metodológico, Latour (2000) adota em suas pesquisas a figura de um personagem denominado de "discordante", analisando os recursos adotados pelo cientista no esforço de convencer o discordante a acreditar em suas afirmações, e, assim, conferir o *status* de fato a um argumento, que antes de ser submetido a uma controvérsia era tido apenas como uma opinião.

Em síntese, tem-se que as abordagens assumidas nesta dissertação reportam ao conhecimento antropológico, mais especificamente às "regras do jogo",

[25] "A noção de verdade pertence à retórica do poder. Ela não tem sentido a não ser no contexto da oposição – adquire personalidade própria somente na situação de desacordo, quando diferentes pessoas se apegam a diferentes opiniões, e quando se torna o objeto da disputa de quem está certo e quem está errado – , por

ou seja, dos métodos e critérios de trabalho que conferem validade e cientificidade ao texto produzido pelo antropólogo. Com efeito, tem-se que o enfoque é direcionado especificamente às práticas de escrituração na construção e validação dos fatos científicos onde, ao longo de um processo em que evidências não necessariamente conclusivas são acumuladas, surge o consenso (entre um grupo de pessoas ligadas por uma certa maneira de ver e agir) de que existem dados suficientes para aceitar a proposição, que passará, então, a ser tida como verdadeiro paradigma para outras proposições ou teorias.

Diante dessa introdução aos referenciais e pressupostos de ordem teórica e metodológica, e considerando que as propostas da presente pesquisa se assentam no paradigma da ciência pós-moderna em ascensão, mostrou-se imprescindível traçar uma breve exposição sobre o perfil teórico e os pressupostos epistemológicos que caracterizam essa forma de conhecimento proposta pelos pós-modernos, bem como ressaltar a posição de destaque alcançada pela hermenêutica na composição desse novo paradigma. A importância do referencial hermenêutico para o desenvolvimento do tema central da presente pesquisa pauta-se no princípio sugerido por Boaventura de Souza Santos (1989, p. 12) consistente na afirmação de que, “qualquer que seja a opção epistemológica sobre o que a ciência faz, a reflexão sobre a ciência que se faz não pode escapar ao círculo hermenêutico”. Até mesmo porque, conforme será melhor delineado no capítulo próprio, a reflexão hermenêutica está subjacente ao paradigma da antropologia pós-moderna, compondo a matriz disciplinar da antropologia. Fato que nos autoriza a partir do pressuposto que torna-se possível conciliar a abordagem empírica da antropologia da ciência com o instrumental crítico-compreensivo da antropologia interpretativa.

---

determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que é o outro lado que está errado.” (Baumam, 1998, p. 143)

Enfim, espera-se ter propiciado com essa introdução um primeiro entendimento acerca das pretensões analíticas desta dissertação, bem como das bases teóricas e epistemológicas em que estas se encontram assentadas. Uma vez que é exatamente a partir desse referencial extremamente dinâmico e efêmero de configurações e reconfigurações teóricas que esta dissertação vai procurar incorporar em seu bojo o olhar meta antropológico de um “etnógrafo de etnógrafos”, que examinando, numa perspectiva crítica, produções textuais representativas de diferentes formas de conhecimento, procura identificar a presença de estratégias retóricas nos processos de descrição e inscrição etnográfica predispostas a conferir mais autoridade e validade à representação antropológica em relação à literatura e ao senso comum.

A relevância dessa proposta analítica é justificada no dilema da antropologia entre a opção por uma análise objetiva, que lhe garanta cientificidade, ou uma análise subjetiva, que a torna literária. E a aporia que se coloca é que se a pretensão de ser literário ou poético retira da antropologia o acesso às verdades científicas, a sua pretensão de objetividade é feita, paradoxalmente, a partir de estratégias retóricas na construção etnográfica.

CAPÍTULO I

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: DA DOGMATIZAÇÃO À DESDOGMATIZAÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA

O senso comum é melhor para uma esfera de vida, a ciência para outra e a crítica filosófica para uma terceira; mas só Deus sabe qual deles é, em termos absolutos, mais verdadeiro.

Willian James

1. O referencial hermenêutico como instrumento de compreensão, integração e suspeição

A idéia de uma pós-modernidade antropológica defendida na década de 80 pelos autores de *Writing Culture* (1984), considerado como marco na ascensão desse novo paradigma que compõe a matriz disciplinar da antropologia, sob o qual está fulcrado o presente estudo, está compreendida – conforme já indicado na introdução – no bojo de uma discussão epistemológica sobre uma transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma ainda em emergência, e que, na falta de uma designação mais precisa, vem sendo chamado de ciência pós-moderna.[26]

Considerando que a dissertação procura evidenciar aspectos dessa crise paradigmática que também recai sobre a antropologia enquanto disciplina, uma vez que a "norma" vem se apresentando como uma noção cada vez mais imprecisa, faz-se necessário traçar uma breve exposição sobre o perfil teórico e os pressupostos

[26] Para Zygmunt Bauman, "chegou o momento de se desfazer do velho paradigma e encontrar um novo, que fará a 'normalidade' voltar ao que parece, à luz do velho paradigma, anormal e excepcional, de modo que aquilo que

epistemológicos que caracterizam essa forma de conhecimento proposta por esse paradigma pós-moderno em ascensão.

Nesse âmbito de reflexão epistemológica sobre a ciência moderna, a hermenêutica vem alcançando posição de destaque à medida em que a fragmentação disciplinar típica da ciência moderna dificulta uma imprescindível apreensão do funcionamento do todo. Em outras palavras, para uma compreensão da totalidade, devemos necessariamente passar pela análise de como as partes operam e se conjugam, e os recursos para esse mister compreensivo são fornecidos pela hermenêutica. Até mesmo porque, como diria Gadamer (1983, p. 162), o princípio hermenêutico é o de que a parte é tão determinada pelo todo como o todo pelas suas partes. As próprias oposições objetividade-intersubjetividade, sintaxe-semântica, signo-símbolo, explicação-compreesão devem ser apreendidas, necessariamente, numa perspectiva hermenêutica.

Para uma maior compreensão sobre o potencial que o instrumental hermenêutico pode fornecer à antropologia, também é importante destacar que é através da hermenêutica que preocupações afetas a outras ciências do texto, como a filologia, semiologia e exegese, alcançam condições de contraposição. Para que a cultura possa ser representada através de um texto, assim como que para que essa cultura possa ser "lida" através do texto, é imprescindível que o intérprete compreenda o universo de signos que compõe o "campo semântico" do "outro".

E para essa necessária exposição sobre a problemática hermenêutica, são recorrentes as concepções que Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur adotam em suas respectivas teorias, as quais possuem em comum a idéia diretriz consistente no enfoque sobre o papel fundamental da *compreensão* no trabalho de interpretação

---

é verdadeiramente excepcional será mais uma vez marginal, e os fenômenos marginais, mais uma vez, se tornarão somente exceções...". (1998, p. 165)

dos discursos representados nos textos. Afinal, como enfatiza Celso Azzan Júnior (1993, p. 15), a própria concepção de cultura como texto, tão recorrente pelos antropólogos pós-modernos, é uma apropriação da hermenêutica.

Interessante notar, ainda, que é também nesse âmbito de reflexão sobre os fundamentos, a validade e os limites do conhecimento científico, cujas bases foram edificada sobre as teorias modernas de uma nova concepção de ciência e de método, formuladas, principalmente, por Locke e Descartes no século XVII, que a própria filosofia tem procurado legitimar-se perante a ciência. Com Kant, essa reflexão filosófica sobre a distinção entre a filosofia e a ciência obtém seus traços fundamentais. Na perspectiva de Gadamer, “os dois últimos séculos constituem uma densa sucessão de esforços para reconciliar a herança da metafísica com o espírito da ciência moderna” (*apud* Santos, 1989, p. 22).

Mas, ainda com relação à incipiente ascensão da hermenêutica, é cediço que somente através de uma análise afeta à reflexão hermenêutica que se poderá apreender a aporia epistemológica que vem caracterizando a antropologia enquanto disciplina: a relação dialética entre explicar e compreender.

Conforme já salientado acima, é na linguagem escrita que a hermenêutica focaliza seu mister interpretativo, a ponto de possuir uma relação privilegiada com as questões da semiose na linguagem. A polissemia, enquanto conceito que define a possibilidade das palavras possuírem mais de uma significação quando consideradas fora de um determinado contexto, constitui uma das bases da problemática hermenêutica. De fato, interpretar um texto relativamente unívoco construído com o uso de palavras polissêmicas mediante a identificação de uma intenção de univocidade, requer, a adoção de critérios básicos de interpretação. Desse modo, não é sem razão que Bakhtin (*apud* Bourdieu, p. 26) observa ainda

que, “nas situações revolucionárias, as palavras comuns assumem sentidos opostos”.

Para o estabelecimento desses princípios específicos de interpretação, o primeiro problema que se apresenta à hermenêutica é a particularidade de regras e recursos utilizados no trabalho interpretativo, que variam conforme à diversidade de textos que poderiam constituir o objeto da interpretação. A arte de compreender encontrava-se dispersa em particularismos exegéticos e filológicos, e exigia um trabalho de articulação.

E o primeiro passo em direção a uma hermenêutica geral, dotada de regras universalmente válidas de compreensão, foi dado por Schleiermacher, considerado como verdadeiro fundador da hermenêutica moderna (cf. Ricoeur, 1988). Amparado no kantismo, tido como horizonte filosófico mais próximo da hermenêutica, Schleiermacher identificou o problema relacionado às duas formas de interpretação: a interpretação gramatical, interessada nos caracteres linguísticos específicos do autor, e a interpretação técnica, pela preocupação de desenvolvimento de uma tecnologia de interpretação.

Mas foi com Dilthey que a aporia central da hermenêutica pode ser ampliada com a subordinação da filologia e da exegese à problemática histórica. Para Dilthey, a questão de compreensão de um texto estaria subsumida à necessidade prévia de uma perspectiva sobre o encadeamento da própria realidade, disposta de um modo coerente pela *história*, e que possibilitou e favoreceu a concepção desse determinado texto. E é nesse verdadeiro pacto entre a hermenêutica e a história proposto inicialmente por Dilthey que se instaurou o que hoje entendemos por *historicismo*.[27]

[27] “O que hoje chamamos de historicismo num sentido pejorativo, exprime inicialmente um fato de cultura, a saber, a transferência de interesse das obras-primas da humanidade sobre o encadeamento histórico que as

Ricoeur ressalta, ainda, um segundo fato cultural em que o problema da intelegibilidade do histórico estava inclinado, privilegiando, de forma inaugural, a epistemologia em detrimento da ontologia: a ascensão do positivismo enquanto filosofia (Ricoeur, 1988). Foi justamente na objeção que Dilthey fazia quanto a aplicação da metodologia correlata às ciências da natureza sobre as ciências do espírito que se iniciou uma formulação teórica disposta a conferir a estas ciências uma metodologia e uma epistemologia particulares. A base para tal réplica ao positivismo foi formulada sobre a premissa de que enquanto a natureza deve ser *explicada* pelo homem, a história deve ser *compreendida*. Isto porque a natureza física disposta no mundo é exterior e alheia ao conhecimento humano, ao contrário do que ocorre com o conhecimento sobre o humano, onde, por mais estranho que o outro homem aparente ser, sua existência é semelhante a do sujeito cognoscente.

Essa diferença entre a coisa natural e o espírito é o que recomenda que enquanto se dediquem esforços de explicação da natureza, a compreensão consistirá no instrumental analítico da experiência humana. Em síntese, “a explicação implica uma única consciência, um único sujeito; a compreensão implica duas consciências, dois sujeitos. ...A compreensão sempre é, em certa medida, dialógica” (Bakhtin, 1992, p. 338).

A relação entre signo e interpretante, evocando o aparecimento de significações, sugere, numa análise superficial, uma impossibilidade de extração de uma dedução pura e objetiva da imensa gama de significados induzidos pelo signo sobre a estrutura-objeto onde as significações são produzidas. Tal constatação é decorrente do fato de que o próprio interpretante seria a expressão simbólica. Para

---

transportou. O descrédito do historicismo não resulta apenas dos embaraços que ele mesmo suscitou, mas de outra mudança cultural, ocorrida mais recentemente, e que nos leva a privilegiar o sistema em detrimento da mudança, a sincronia em detrimento da diacronia.” (Ricoeur, 1988, p. 23-24)

G. G. Granger (1974, p. 138), a associação signo-interpretante, enquanto relação envolta à experiência prévia entre locutor e receptor, realizada sobre a técnica lingüística, não pode ser reduzida à idéia ou objeto do signo. Nesse ponto é que se evidencia o dualismo epistemológico explicação causal/compreensão resultante da consideração do fato humano sob a ótica das estruturas e significações, e que, para o citado autor, constitui a base para um movimento de revolta contra uma "redução positivista brutal" que busca um determinante causal, emprestado das ciências naturais, para objetivar o fato social.

> Objetivar o fato social ou o fato psíquico de modo a coordenar-lhe um modelo abstrato cujos elementos são definidos por relações mútuas, não é reconduzir a essência e os modos a uma realidade de tipo inferior. Nada obriga a interpretar as ligações como coerções mecânicas e trocas de energia. A estrutura abstrata, ao contrário, implica uma recusa de interpretação que, aliás, a realidade dos fatos obrigará a ceder cedo ou tarde, mas em proveito de uma construção nova, mais adequada, se bem que ainda abstrata. Se a coesão e a eficácia de um conhecimento forem obtidas a esse preço, a empresa é legítima, por só poder ser apresentada como substituta da experiência vivida pelo efeito de uma aberração ideológica. É a palavra 'causalidade' que traz aqui, de fato, todo o peso do anátema. Vamos bani-la, pois, sem remorso: os matemáticos sempre que a utilizam é por metáfora ou quando querem justamente dar um interpretante sugestivo do 'objeto' de seus signos. (G. G. Granger, 1974, p. 143)

Dessa citação se faz possível notar o apelo a um novo paradigma do conhecimento que viesse a favorecer a compreensão, numa variante fenomenológica, promovendo uma estrutura associada a uma interpretação, orientada, de forma polêmica, quer em direção ao conteúdo crescente, ou decrescente, do sentido como feixe de significações. Nesse âmbito, a hermenêutica, por não visar a uma realidade como objeto, valendo-se de processo distinto do utilizado pela ciência, aproximando-se mais da filosofia, consistiria um viés para a interpretação das significações da experiência. Sua empreita volta-se mais para uma reflexão interpretativa do que à construção de modelos estruturais que objetivam a experiência.

A questão que se coloca, por outro lado, é que se a proposta de uma análise interpretante das estruturas significativas faria parte daquilo que entendemos como ciência. Para G. G. Granger (1974), que parte do entendimento de que um paradigma da interpretação estaria afeto a uma filosofia da história, a resposta para tal pergunta seria negativa.

Para K. O. Apel (*apud* Azzan Júnior, 1993, p. 26), ao identificar uma complementariedade entre as análises científica e hermenêutica no tocante ao trabalho de interpretação da ação humana, somente uma área do conhecimento humano que logra-se êxito em sintetizar os procedimentos da ciência e da hermenêutica poderia realizar a interpretação das culturas.[28] Segundo esse autor, essa conciliação poderia ser alcançada por uma "antropologia do conhecimento", expressão por meio da qual vislumbra "um tipo de compreensão em que há um 'interesse cognoscitivo' para constituir o sentido".

Após o delineamento dessa base hermenêutica, que se caracteriza como uma modalidade de conhecimento voltada a um debate epistemológico entre o explicar e o compreender, inicia-se em meados do século XX um empreendimento crítico encabeçado por Dewey, Wittgenstein (1995), Heidegger, e, num segundo momento, por Gadamer (1977 e 1997), que, ao invés de dar continuidade ao projeto de Dilthey, voltado a um aperfeiçoamento da metodologia do mister exegético de interpretação de textos, direcionou-se ao resgate da problemática ontológica, relegada a segundo plano pela pressuposição de uma hermenêutica entendida como epistemologia.

Segundo essa teoria crítica, o objetivismo científico não pode ser superado através de novas concepções teóricas. Mas, de forma antagônica, somente mediante uma demonstração prática entre as conexões entre conhecimento e

interesse se poderia aferir a validade das proposições, indissociáveis das intencionalidades dos sujeitos sociais que as formulam. Passa-se, assim, a ser colocado em questão a pertinência e validade dos métodos científicos que até então eram aplicados sem qualquer hesitação ou reflexão quanto aos interesses envolvidos na construção do conhecimento.

Nessa perspectiva reflexiva, adota-se uma concepção pragmática do conhecimento científico, uma vez que passa a importar muito mais o processo em que se dá a produção do conhecimento, do que o conhecimento em si mesmo. Até mesmo porque, essa epistemologia pragmática não possui, e nem busca, uma concepção absoluta de verdade. De modo contrário, suas reflexões estão voltadas ao conhecimento enquanto prática social situada local e historicamente.

Percebe-se, em síntese, que de uma forma geral esse debate se encontra cingido no âmbito de um questionamento crítico sobre a mediação entre a teoria e a realidade.

> A *ciência histórico-hermenêutica* produz o conhecimento em outro quadro metodológico. O sentido da validação das proposições não constitui o quadro de referência da atitude técnica. O plano da linguagem formalizada e o da experiência objetivada ainda não são distintos. Nem a teoria é construída dedutivamente nem a experiência é organizada tendo em vista o resultado da operação. O acesso aos fatos é dado através da compreensão do sentido, em lugar da observação. À verificabilidade sistemática das leis no quadro da ciência analítico-empírica contrapõe-se a exegese dos textos. A regra da hermenêutica determina o possível sentido do enunciado nas ciências do espírito. (Habermas, 1983, p. 306)

Outro aspecto da crise da ciência moderna em que a hermenêutica tem sido invocada é a relacionada ao distanciamento e estranheza do discurso científico frente aos discursos usuais que garantem sentido às relações e práticas sociais e individuais da sociedade contemporânea. Em seu extremo, esse processo tem feito

[28] "É com a ajuda de uma ciência objetiva e explicativa que podemos analisar os fatores factuais e contingentes

com que o distanciamento e a conseqüente ininteligibilidade do discurso científico se reproduza no interior da própria comunidade científica, considerando que a crescente especialização das disciplinas tende a retirar também do próprio cientista a compreensão da posição e do funcionamento da ciência perante a sociedade. A burocratização da intelectualidade favorece, nessa perspectiva, uma delimitação do conhecimento, que passa a ficar circunscrito no âmbito dos campos e departamentos universitários. E, conforme salienta Russel Jacoby, em *O fim da utopia* (2001, p. 141), à medida que essa absorção da vida intelectual se desenvolve, "a visão e os textos dos intelectuais contraem-se; o pensamento e a prosa tornam-se tortuosos e obscuros".

Em outros termos, o discurso científico vem assumindo perante a sociedade o *status* de um discurso anormal, uma vez que suas convenções estruturais mostram-se incomensuráveis, ou até mesmo ininteligíveis, para o cidadão comum.[29] A hermenêutica, nesse aspecto, tem a missão de tornar esse discurso anormal compreensível socialmente. Diante disso, é a ciência enquanto prática social de conhecimento e seu diálogo com o mundo que a reflexão hermenêutica procura evidenciar e compreender.

> A reflexão hermenêutica visa transformar o distante em próximo, o estranho em familiar, através de um discurso racional – fronético, que não apodíctico – orientado pelo desejo de diálogo com o objeto da reflexão para que ele 'nos fale', numa língua não necessariamente a nossa mas que nos seja compreensível, e nessa medida se nos torne relevante, nos enriqueça e

da história; à qual não se chega através de um 'acordo intersubjetivo' porque trata-se de motivos, não subjetivamente transparentes, mas apenas factualmente efetivos." (K. O. Apel *apud* Azzan Júnior, *op. cit*., p. 27)

[29] "À medida em que a relação entre o cientista e o leigo adquire importância, surgem incentivos para iludir a norma da ciência. O abuso da autoridade de especialistas e a criação de pseudociências entram em jogo quando a estrutura do controle exercido por colegas qualificados se faz ineficaz. (...) Porém, sua autoridade [da ciência] pode ser e é apropriada para propósitos interessados, precisamente por que os leigos não estão em condição de distinguir as pretensões espúrias das genuínas de tal autoridade. As declarações pretendidamente científicas que dos porta-vozes autoritários sobre a raça, a economia e a história são, para os leigos não instruídos, da mesma ordem que os informes dos jornais sobre a expansão do universo e a mecânica ondulatória." (Merton, *apud* www.sabatini.com/marcelo/artigos/acad002-imperativos.htm, em 12.6.2004).

> contribua para aprofundar a autocompreensão do nosso papel na construção da sociedade, ou, na expressão cara à hermenêutica, do mundo da vida (Santos, 1989, p. 14)

Tem-se por evidente, assim, que a hermenêutica possui plena aplicação no trabalho de compreensão da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Sua adequação recai tanto sobre a necessidade de tornar compreensível o papel que as ciências sociais ocupam na sociedade como sobre o que elas dizem sobre a sociedade.

A relevância dessa abordagem decorre do fato de que, numa perspectiva histórica, torna-se possível aferir as determinações que as ciências sociais e a sociedade mutuamente se atribuem, uma vez que a produção e apropriação do conhecimento técnico-científico confere uma potencialização ao sujeito social detentor desse conhecimento perante os demais sujeitos sociais que não podem se apropriar desse conhecimento. Tal afirmação resulta da constatação de que "enquanto prática de conhecimento, as ciências sociais transformam a sociedade em múltiplos objetos teóricos e, nesse sentido, objetivam (coisificam) a sociedade" (Santos, *idem*), o que torna o conhecimento apropriável, e, em conseqüência, subjetivável. Daí se constata a pertinência da afirmação de que é, de fato, nas sociedades liberais e democráticas que a ciência encontra maiores condições de realização.[30]

Considerando, portanto, que as condições sociais de produção tecnológica e a criação de objetos teóricos são determinados pelo interesse dos sujeitos sociais em ampliar suas potencialidades mediante a apropriação do conhecimento científico, em detrimento dos sujeitos sociais que não podem investir na produção e aquisição

[30] A título de ilustração, Merton, citado por Boaventura de Souza Santos (1989, p. 126), reconhece que "o comunismo enquanto ética científica é incompatível com a definição da tecnologia como propriedade privada na economia capitalista. Uma vez que a patente dava (e dá) todo o direito ao uso como ao não-uso, muitos

do conhecimento científico, torna-se imprescindível a análise das condições em que esse conhecimento é produzido pelos cientistas e apropriado pela sociedade em forma de tecnologia.[31] Esse empreendimento crítico sobre a prática científica e sua função na sociedade contemporânea contrapõe de forma incisiva o discurso de descomprometimento apregoado oficialmente pelos cientistas e universidades.

Não se pode, assim, deixar de considerar e problematizar todas as implicações decorrentes da medição ou apreensão da realidade objetiva e o controle do sujeito sobre os resultados ou representações. Há todo um universo de significações entre a compreensão inicial do intérprete sobre a realidade e como essa realidade é mediada. Ou, como argumenta Habermas (1983, p. 307), "o mundo do sentido é aberto ao intérprete somente na medida em que, ao mesmo tempo, problematiza seu próprio universo". De qualquer forma, a consciência crítica do hermeneuta constitui, assim, uma verdadeira condição *sine qua nom* em seu trabalho de comunicação entre dois universos.

2. Reflexão epistemológica e crise da ciência

As bases da construção epistemológica que sustenta os pressupostos universalistas da ciência têm suas origens em Gaston Bachelard (2000), com a publicação de *O novo espírito científico* em 1934. É na epistemologia bachelardiana que se encontra representado "o máximo de consciência possível do paradigma da ciência moderna" (Santos, 1989, p. 35). Bachelard (2000) buscou em sua teoria delimitar e organizar os cânones da ciência por meio dos quais os "paradigmas" tem sua origem, seu funcionamento normal, e resolve suas crises sem que próprio

cientistas, incluindo Einstein, foram levados a patentear o seu trabalho a fim de garantir o seu acesso ao público".

"paradigma" entre em crise. Tem-se, portanto, na teoria de Bachelard uma estruturação dos limites da ciência moderna construída contra o senso comum.[32] [33]

A influência da epistemologia bachelardiana se faz presente nos trabalhos de Thomas Kuhn, Michael Polanyi, Paul Feyerabend, Norwood Hanson, Georges Carguilhem, Foucault, Pierre Bourdieu, Edgar Morin, dentre outros, por maior que sejam as diferenças entre eles.[34] Com efeito, é em sua teoria que a consciência do compromisso perante à verdade do conhecimento científico, aferido exclusivamente sobre os resultados da prática científica, adquire seu grau máximo (Santos, 1989, p. 30).

A reflexão epistemológica passa, nessa construção lógica, a também estender suas formulações sobre a prática científica em si, investigando, para tanto, as condições sociais de produção e distribuição do conhecimento científico. Bachelard foi um dos primeiros a negar a perenidade dos métodos científicos, apontando ainda para o fato de que os próprios conceitos científicos perdem a sua universalidade. Conforme argumenta Jean Perrin, citado por Bachelard (2000, p. 121), "todo conceito acaba por perder sua utilidade, sua própria significação, quando nos afastamos pouco a pouco das condições experimentais em que ele foi formulado".

Na teoria bachelardiana inicia-se um projeto intelectual voltado exatamente à indagações voltadas às "perturbações" que envolvem as teorias e métodos

---

[31] "O conhecimento também se tornou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social." (Burke, 203, p. 11)

[32] O senso comum também vem sendo identificado ou representado na literatura filosófica através de termos como *doxa* ou *phronesis*. (Baumam, 1998, p. 147)

[33] "O senso comum, enquanto conceito filosófico, surge no século XVIII e representa o combate ideológico da burguesia emergente contra o irracionalismo do *ancien régime*." (Nowell Smith *apud* Santos, *op. cit.*, p. 36). "O senso comum é um 'conhecimento' evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é a de reconciliar a todo custo a consciência comum consigo mesma." (idem, p. 32)

científicos durante sua efêmera existência. Segundo Bachelard (*op. cit.,* p. 132), "o pensamento científico permanece muito tempo nesse estágio do complexo tomado como sinônimo de *perturbado*; um tal pensamento se desenvolve em dois tempos: esforço para determinar uma lei, estudo menos ansioso das perturbações da lei". Inicia-se, portanto, em Bachelard, uma reflexão crítica sobre essas mencionadas "perturbações" – posteriormente identificadas como crises paradigmáticas – que assolam as teorias científicas, o que implica no reconhecimento do caráter provisório dos enunciados científicos, indissociáveis da realidade a que correspondem. A ciência, vê-se, nesse entendimento, condicionada pelo normativo da experiência prática de seus postulados.

> É na encruzilhada dos caminhos que se deve colocar o epistemólogo, entre o realismo e o racionalismo. É aí que ele pode colher o novo dinamismo destas filosofias contrárias, o duplo movimento pelo qual a ciência simplifica o real e complica a razão. O trajeto que vai da realidade explicada ao pensamento aplicado é então encurtado. É neste curto trajeto que se deve desenvolver toda a pedagogia da prova, pedagogia que é a única psicologia possível do espírito científico. (Bachelard, *op. cit.*, p. 17)

Tem-se, portanto, que é a partir da ruptura epistemológica bachelardiana que se delimita o modelo de racionalidade subjacente ao paradigma da ciência moderna. Por outro lado, somente se torna compreensível a epistemologia de Bachelard (2000) dentro de suas próprias demarcações do paradigma da ciência moderna, de modo que, flexibilizados os rigores do positivismo lógico onde estão assentadas as bases da racionalidade formal que matiza a ciência moderna, a própria epistemologia bachelardiana perde sustentação. Isto porque, conforme frisado acima, a epistemologia bachelardiana é caracterizada por definir os limites que definem o paradigma da ciência moderna, estabelecendo, ainda, sua organização

[34] "As epistemologias que sucedem à de Bachelard na mesma vertente do movimento de desdogmatização da ciência são já epistemologias de crise e, como tal, manifestam a crise da epistemologia. São os casos de Kuhn e

interna com a definição dos métodos de resolução de crises sem que o próprio paradigma entre em crise.

Frente à construção epistemológica de Bachelard (*op. cit*.) encontram-se outras formas de conhecimento que se opõem à ciência. É o caso do senso comum, representativo de um conhecimento vulgar, que pode ser adquirido através de uma "sociologia espontânea" ou da "experiência imediata", e que expressam opiniões falsas ou distorcidas sobre a realidade. É em oposição a esse senso comum que o conhecimento científico é construído. Desse modo, a "vigilância epistemológica" sobre o paradigma da ciência moderna surge como uma necessidade para que esta se mantenha enquanto tal, viabilizando um conhecimento objetivo, não-literário, livre do uso de metáforas, analogias, imagens ou outras estratégias retóricas presentes nas outras formas alternativas de conhecimento.

No entanto, essa construção epistemológica sobre a qual se encontram assentadas as bases do conhecimento científico são de aplicação mais difícil nas ciências sociais, que facilmente sucumbe à sociologia espontânea e ao senso comum, retirando, assim, a objetividade necessária para que a observação tenha o cunho científico. Segundo Boaventura de Souza Santos (1989, p. 33), "a dificuldade está na pertinácia dos 'obstáculos epistemológicos' que só uma constante 'vigilância epistemológica' consegue superar". Para a compreensão da epistemologia bachelardiana o conceito de obstáculo epistemológico é essencial.

Para Pierre Bourdieu (*op. cit*., p. 109) é possível uma vigilância epistemológica no âmbito das ciências sociais, que poderia ser obtida através de uma organização da comunidade científica voltada à promoção de uma maior comunicação livre entre os cientistas e um maior controle dos resultados das investigações. É imprescindível que o conhecimento produzido pelas ciências sociais

---

Feyerabend." (idem, p. 35)

seja refletido, medido, criticado, testado e até mesmo confrontado com outras formas de conhecimento. Nesse sentido, a sociologia do conhecimento se apresenta como um instrumento predisposto à implementar uma imprescindível vigilância epistemológica sobre o próprio sujeito que faz a ciência, alcançando, por meio dessa reflexividade crítica, um reforço das ciências sociais enquanto campo científico.

> É, pois, necessário que toda a ciência se interrogue sobre as suas estruturas ideológicas e o seu enraizamento sociocultural. Aqui, damo-nos conta de que nos falta uma ciência capital, a ciência das coisas do espírito ou noologia, capaz de conceber como e em que condições culturais as idéias se agrupam, se encadeiam, se ajustam umas às outras, constituem sistemas que se auto-regulam, se autodefendem, se automultiplicam, se autopropagam. Falta-nos uma sociologia do conhecimento científico que seja não só poderosa mas também mais complexa do que a ciência que examina. (Edgar Morin, 1982, p. 33)

A pertinência dessa proposta é justificada porque seria exatamente a possibilidade de provar a falsidade de uma teoria o que a tornaria científica, e não a prova de sua verdade (Popper, 2003). Tal constatação implica na lógica de que o progresso da ciência se dá mediante o reconhecimento de seus erros, e não pelo gradual acumulo de verdades.[35]

Contudo, tem-se que com o advento das propostas teóricas formuladas por pensadores identificados ao movimento pós-moderno, voltadas à revalorização de conhecimentos que não se deixaram pensar pelo paradigma da ciência moderna, como é o caso da hermenêutica, do senso comum, da retórica e da literatura, dentre outros, a epistemologia bachelardiana, que melhor dá conta do paradigma da ciência moderna, encontra-se envolvida em um evidente processo de exaustão paradigmática. Não que a epistemologia bachelardiana esteja superada. Na verdade o que se constata é a ocorrência de um processo gradual de “desconstrução” desse

[35] “É obviamente importante que nossa noção de ciência seja uma noção de ciência como coisa viva e não uma mera definição abstrata. Não nos esqueçamos de que a ciência é uma busca realizada por homens vivos e sua

paradigma, de modo que sua manutenção consiste em “um fator de ordem e de estabilidade, em suma, um fator de tradição sem o qual não é possível pensar a próxima revolução científica” (Santos, *op. cit*., p. 36).

Mas, no entanto, é possível desde logo concluir que se a ruptura epistemológica da ciência moderna foi uma ruptura com o senso comum e outras formas alternativas de conhecimento, o ato epistemológico conseqüente é a ruptura com a ruptura epistemológica, permitindo a reascensão de um conhecimento que se aproxima da *prhonesis* aristotélica, que permite a combinação do “caráter prático e prudente do senso comum com o caráter segregado e elitista da ciência, uma vez que é um saber que só cabe aos mais esclarecidos, isto é, aos sábios” (Santos, *op. cit*., p. 41). Nesse ponto, tem-se que a hermenêutica assume função essencial, pois é através dela que se mostra possível obter uma desconstrução da ciência mediante sua inserção numa totalidade de conhecimentos que se entrechocam na heterogênea discursividade social.

Mas de qualquer modo, tem-se que é a partir dessa epistemologia da ciência moderna que se inicia um movimento voltado à análise e reflexão das relações e implicações mútuas entre o contexto social em que se insere a prática científica. Ou, como diria o próprio Bachelard (*op. cit*., p. 18), “o mundo científico é, pois, nossa verificação. Acima do sujeito, além do objeto imediato, a ciência moderna se funda sobre o projeto. No pensamento científico, a meditação do objeto pelo sujeito toma sempre a forma do projeto”.

característica mais marcante é que quando ela é genuína está permanentemente em estado de metabolismo e crescimento.” (Peirce, 1983, p. 139)

3. Sociologia do conhecimento: a reflexão sobre a influência das condições sociais na produção do conhecimento científico

O termo "sociologia do conhecimento" foi empregado inicialmente por Max Scheler e Karl Mannheim (*Soziologie des Erkennens, Wissensoziologie*). Seus postulados básicos consistem na constatação de que o conhecimento também é determinado por fatores extracognitivos, e não somente por seus objetos e antecedentes lógico-formais. [36]

Como já visto, o termo "sociologia do conhecimento" vem sendo empregado desde aproximadamente os anos 20 – sobretudo quando Karl Mannhein publicou, em 1929, *Ideologie und Utopie* – como uma forma de análise que visava expor as ligações de determinadas áreas do pensamento como a religião, a história, a filosofia, a economia, a arte, o direito, o pensamento político e a própria sociologia, ao contexto social subjacente, considerando-as como construções humanas histórica e culturalmente desenvolvidas e localizadas. Afeta principalmente pelos determinantes sociais do pensamento, em conformidade à tradição materialista, Mannhein propõe em sua tese que o conhecimento qualitativo compreendido no âmbito das humanidades e das ciências sociais é impregnado por fatores sociais como "a situação do grupo na sociedade e na história...os objetivos e as necessidades de sua ação coletiva" (Maquet *apud* Perelman, p. 294, 1997).

Nessa mesma época, porém numa perspectiva voltada mais aos determinantes culturais da construção do conhecimento, conforme a tradição

[36] "A idéia segundo a qual o que os indivíduos acreditam ser verdade ou conhecimento é influenciado, se não determinado, por seu meio social não é nova. Nos primórdios da era moderna – para mencionar apenas três exemplos famosos – a imagem dos 'ídolos' da tribo, caverna, mercado, e teatro de Francis Bacon, as observações sobre a 'arrogância das nações' (em outras palavras, etnocentrismo), de Giambattista Vico, e o estudo da relação entre as lei dos diferentes países e seus climas e sistemas políticos, de Charles de Montesquieu, expressam essa intuição fundamental de maneiras diferentes." (Burke, 2003, p. 12)

idealista, Piritim A. Sorokim, em seu texto *Social and Cultural Dynamics*, ao contrário de Mannheim, procura demonstrar que “aquilo que determinada sociedade considera verdadeiro ou falso, científico ou não científico, legítimo ou ilegítimo, belo ou feio, é fundamentalmente condicionado pela natureza da cultura dominante” (Maquet *apud* Perelman, p. 294, 1997). Segundo essa teoria, as categorias fundamentais da mente humana, e, conseqüentemente, o conhecimento humano, são influenciados por premissas culturais, o que pode ser constatado no desenvolvimento histórico pela flutuação de sistemas de verdade, moral e de direito.

Trabalhos dos austríacos Moritz Schlick (1918) e Rudolf Carnap (1923) e do inglês N.R. Campbell (1920) estabeleceram um influente grupo de discussão, o "Círculo de Viena", que no final da década de 20 desenvolveu vários aspectos dessa visão da ciência, que unia os métodos da lógica com a postura empirista (conhecimento fundado na observação) e positivista (enfatizando a demarcação entre ciência e metafísica), estabelecendo o método do positivismo lógico.

Também integrante do chamado *Círculo de Viena*, Karl Popper (2003), em *A Lógica da Pesquisa Científica*, publicado originalmente em 1935, apesar de compartilhar da valorização da lógica na construção do conhecimento científico, foi um dos críticos mais brilhantes do positivismo lógico, enfatizando que na ciência não se deve procurar verificar sentenças básicas, mas sim procurar falseá-las. A ciência somente alcançaria progressão pelo método “hipotético-dedutivo” e não através da "generalização indutiva", característica do positivismo pelo qual a ciência decide acerca da verdade.

Para Popper (2003) não é dado à ciência alcançar a verdade ou a falsidade. Aos enunciados científicos somente é possível atingir “graus sucessivos de probabilidade, cujos inatingíveis limites, superior e inferior, são a verdade e a

falsidade" (Popper, *op. cit*., p. 30). Desse modo, tem-se que para Popper (2003) os enunciados científicos proporcionam referenciais provisórios, ou uma espécie de verdades *ad hoc*, que serão tidas como enunciados básicos até que sejam suplantadas, ou corroboradas, por outros novos enunciados científicos que, num processo racional de construção da ciência, tenham se mostrado mais fortes que os enunciados superados.[37]

Com efeito, é a circunstância de os enunciados científicos poderem ser "intersubjetivamente submetidos a teste" (p. 46) que confere objetividade aos mesmos, e não o seu grau de verificabilidade empírica. Até mesmo porque, segundo a teoria popperiana, as observações não podem ser tidas como científicas antes que as mesmas venham a ser submetidas a prova por repetidas vezes. A objetividade, nesse ponto, deriva do fato de que por mais forte que seja uma convicção pessoal sobre uma verdade expressa em determinado enunciado, ele jamais poderá ser tomado como científico sem que tenha passado por uma apreciação intersubjetiva. Ou, como sintetiza Popper (2003), "tomado pela intensidade de minha experiência, toda dúvida pode parecer-me absurda. Mas estaria aí uma razão qualquer para a ciência aceitar meu enunciado?" (*op. cit*. p. 48). Respondendo negativamente a essa questão, Popper (2003) enfatiza que é o fato da ciência exigir objetividade para seus enunciados básicos que afastamos os meios lógicos subjetivamente adotados na tentativa de reduzir a verdade a experiências pessoais.[38]

---

[37] "Importa acentuar que uma decisão positiva só pode proporcionar alicerce temporário à teoria, pois subseqüentes decisões negativas sempre poderão constituir-se em motivo para rejeitá-la. Na medida em que a teoria resista a provas pormenorizadas e severas, e não seja suplantada por outra, no curso do progresso científico, poderemos dizer que ela "comprovou sua qualidade" ou foi "corroborada" pela experiência passada." (Popper, *op. cit*., p. 34)

[38] "A possibilidade de teste intersubjetivo implica em que outros enunciados suscetíveis de teste possam ser deduzidos dos enunciados que devam ser submetidos a teste. Assim, se os enunciados básicos devem ser, por sua vez, suscetíveis de teste intersubjetivo, *não podem existir enunciados definitivos em ciência* – não pode haver, em Ciência, enunciado insuscetível de teste e, conseqüentemente, enunciado que não admita, em princípio, refutação pelo falseamento de algumas das conclusões que dele possam ser deduzidas." (Popper, *op. cit*. p. 49)

Dessa maneira, tem-se que na perspectiva epistemológica proposta por Popper (2003) se procura definir, através da lógica do conhecimento, uma clara linha de demarcação entre ciência e idéias metafísicas. Como já dito acima, Popper (2003) não considera que o objetivo da ciência seja a obtenção de enunciados absolutamente verdadeiros e irrevogáveis, o que tem como afeto a um inadmissível dogmatismo positivista. Isto porque se a ciência empírica fosse caracterizada somente pela estrutura lógica-formal de seus enunciados não haveria como excluir dela o conteúdo metafísico consistente na exigência de considerar uma teoria científica obsoleta como uma verdade perene e incontestável. Mas antes, à lógica do conhecimento estaria reservada a tarefa de elaborar um "conceito de ciência empírica" que viesse a tornar possível uma definição da terminologia e da metodologia científica, ainda contaminada por resquícios metafísicos. As razões para que a ciência empírica seja caracterizada por seus métodos, segundo a concepção popperiana, seriam a maneira como que os cientistas manipula os sistemas científicos, aquilo que fazem com eles, e aquilo que fazem a eles (*op. cit.* p. 52).

Nota-se, portanto, que há, em Popper (2003), um revigoramento da teoria filosófica genuína, até então descartados pelos positivistas[39]. Antes da publicação do texto *A lógica da pesquisa científica*, as idéias de Popper (2003) foram veementemente criticadas pelos adeptos do *Círculo de Viena*, para os quais era impossível uma teoria do método que não fosse nem ciência empírica nem pura lógica, uma vez que o resultado de qualquer desses campos seria totalmente sem

[39] Conforme destaca Boaventura de Souza Santos (1989, p. 124), "foi o predomínio da concepção positivista que levou ao isolamento a obra de Bernal, uma das primeiras tentativas para analisar o impacto da sociedade na ciência sob uma perspectiva marxista. Pode-se mesmo considerar Bernal o fundador da "ciência da ciência", uma disciplina que incluía a sociologia, a historia, a psicologia, etc., e tendo por objeto de estudo a ciência".

sentido. Objetando as críticas que os positivistas lhe dedicaram, o autor se manifestou da seguinte maneira:

> O positivista não aprova a idéia de que deva existir uma teoria genuína do conhecimento, uma epistemologia ou metodologia. Ele inclina-se a ver, em todos os problemas dito filosóficos, meros “pseudoproblemas” ou “charadas”. Ora, essa inclinação – que, digamos de passagem, ele nunca expressa em termos de desejo ou de proposta, mas em termos de enunciado de ato – sempre pode ser satisfeita. Com efeito, nada mais fácil do que apresentar um problema como “destituído de significado” ou como “pseudoproblema”. Tudo o que se faz necessário é estabelecer uma significação convenientemente restrita para “significação” e dentro em pouco haverá como dizer, a propósito de qualquer questão inconveniente, que não há como nela vislumbrar qualquer significação. Mais ainda: se não admitirmos como significativos quaisquer problemas, a não ser os relativos à ciência natural, qualquer debate em torno do conceito de “significação” mostrar-se-á sem significação. O dogma da significação, uma vez acolhido, paira acima de qualquer disputa. Não pode mais ser atacado. Torna-se (em palavras de Wittgenstein) “inexpugnável e definitivo”. (Popper, *op. cit*. p. 53)

A par dessa sucinta descrição das formulações teóricas que marcaram a ascensão da "lógica da ciência" na década de 30, representada nos trabalhos de Carnap, Popper (2003), e outros estudiosos, é importante também destacar o sociólogo norte-americano Robert Merton, que publicava em 1938 o livro *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Inglaterra do Século 17,* onde analisava a institucionalização da ciência neste período e o papel desempenhado pela ética puritana na produção científica, uma vez que, conforme constatado em suas pesquisas, uma parte significativa dos cientistas ingleses daquele período eram puritanos.

Percebe-se, assim, que o enfoque empregado por Merton em suas pesquisas sobre a história da ciência é eminentemente institucional, tendo ainda este autor definido os quatro imperativos institucionais da ciência: universalismo (o conhecimento científico deve ser fundamentado em critérios preestabelecidos e impessoais), comunismo (o produto da ciência é resultado da colaboração social e pertence, desse modo, a comunidade), desinteresse (conferência pública do

conhecimento obtido pela ciência), e ceticismo organizado (mandato institucional e metodológico destinado a apurar a validade dos resultados das pesquisas científicas).

Salvo raras exceções, a sociologia, pelo menos a do conhecimento, não era aplicada sobre as ciências naturais, como a física, a química, a biologia, entre outras. Naquele momento, a sociologia em vigor, quer fosse a de Max Weber ou a de Robert Merton, mantinha-se essencialmente "externalista", ou seja, interessada nos efeitos sociais da ciência, sendo que as denominadas questões "internalistas", como as que indagam sobre o porque das teorias científicas assumirem a forma que assumem, ou porque tais teorias alcançam a relevância e a influência que lhes são conferidas, continuavam ao largo das ciências sociais.

Para Geertz (2001), foi exatamente essa linha divisória aparentemente intransponível, que separa a ciência como forma de atividade intelectual (saber), da ciência como fenômeno social (prática), que Thomas Kuhn (1991) questionou em *Estrutura das revoluções científicas*, texto escrito e publicado em 1962. Muito embora estimando como inviável, e até mesmo impraticável, discorrer sobre todos os argumentos apontados pela comunidade científica como favoráveis ou contrários às teses propostas na *Estrutura das revoluções científicas*, Geertz (2001) traz de forma sucinta as principais teses propostas nesse texto:

> (...) a de que a mudança científica é descontínua, alternando-se entre longos períodos de estabilidade 'normal' e pequenos surtos de convulsão 'revolucionária'; a de que a pesquisa científica 'normal' é regida por modelos estabelecidos – os famosos paradigmas –, que constituem modelos de solução de quebra-cabeças para a comunidade pertinente; a de que esses paradigmas são 'incomensuráveis' e de que os cientistas que trabalham com paradigmas diferentes só apreendem parcialmente as idéias uns dos outros, na melhor das hipóteses; a de que a 'escolha da teoria', o movimento de um paradigma para outro, é mais adequadamente descrita como uma questão de 'conversão' intelectual por mudança da *Gestalt* do que como um confronto gradativo, ponto a ponto, entre a visão abandonada e a aceita; e a de que o grau em que os paradigmas se cristalizam numa ciência é uma medida de

> sua maturidade, de sua ‘exatidão’ ou ‘inexatidão’, e de sua distância e diferença das iniciativas não científicas. (Geertz, 2001, p. 145)

No entanto, a tese mais influente apresentada por Kuhn (1991) foi a de que uma mudança científica não consiste, por si só, numa investida certeira na descoberta de uma verdade ainda não alcançada pelo paradigma superado. Tal proposição aguçou sobremaneira os debates daqueles que viam a ciência e a razão como o verdadeiro e único caminho para a verdade e o real. Na concepção kuhniana, a história da ciência se revela como uma reprodução de comunidades científicas auto-recrutadoras, normatizadas, competitivas, e historicamente localizadas e determinadas. Ou, para citar as palavras de Kuhn (1991, p. 179-180):

> A ciência normal e as revoluções são ... atividades baseadas na comunidade. Para descobri-las e analisá-las, primeiro é preciso desenredar a estrutura comunitária mutável das ciências ao longo do tempo. Um paradigma não rege ... um assunto, mas um grupo de praticantes. Qualquer estudo das pesquisas norteadas por paradigmas ou destruidoras de paradigmas deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis. (Kuhn, 1991, p.179-180)

Enquanto Popper (2003) atribui à falsificação o papel de questionar negativamente a validade das teorias científicas, para que, confirmada a falsidade de um de seus fundamentos, a teoria acabe sendo inevitavelmente rejeitada, Kuhn (1991) confere tal atribuição às experiências anômalas, entendidas como aquelas que “ao evocarem crises, preparam o caminho para uma nova teoria” (*op. cit*., p. 186). Kuhn (1991) chega a duvidar da existência das experiências de falsificação propostas por Popper (2003), visto que, em seu entendimento, “se todo e qualquer fracasso na tentativa de adaptar teoria e dados fosse motivo para a rejeição de teorias, todas as teorias deveriam ser sempre rejeitadas” (*op. cit.*, p. 186). Por outro lado, Kuhn (1991) destaca a relevância da proposta de Popper (2003) pelo fato desta gerar “competidores para um paradigma existente”, muito embora entenda que

“a competição de paradigmas não é o tipo de batalha que possa ser resolvido por meio de provas” (*op. cit*. 187-188).

Ainda no âmbito da formulação dessa nova teoria sobre a história da ciência, Paul Feyerabend, em seu livro *Contra Método* (1975), faz uma abordagem da ciência considerando-a como fruto não de um empreendimento racional, mas antes como resultado de fatores não-racionais como a persuasão, a retórica, os instrumentos colocados à disposição do cientista, sua criatividade individual etc. Enquanto Thomaz Kuhn (1991) partia de uma analogia política ao descrever "revoluções" científicas, Feyerabend usou tal analogia para caracterizar a ciência como "anarquia", considerando que a diversidade de métodos e teorias é fundamental para o progresso da ciência.

A questão da internalidade/externalidade da história da ciência foi ainda desenvolvida e implementada, num segundo momento, por S. B. Barnes (1982), conferindo à disciplina uma reflexão sociológica. Nesta dicotomia interno/externo, já antes considerada por Kuhn (1991) como insatisfatória, Barnes verifica a existência de “um mito maniqueísta sobre o conhecimento por meio do qual se estabelece uma pronunciada fronteira entre ciência e seu contexto social”. Em outras palavras, haveria uma supervalorização da “decisão científica”, assentada nas regras universais da razão, em detrimento das outras formas de conhecimento derivadas das “contingências sociais” . (Barnes *apud* Cardoso de Oliveira, 1988, p. 168)

É a partir dessa dicotomia entre os estereótipos da história interna e externa distinguida por Barnes (*op. cit.*), posteriormente, mediante uma incrementação sociológica, como a havida entre fatores macro-políticos e micro-políticos, que se iniciou o desenvolvimento dessa linha de pesquisa na qual o olhar sociológico é direcionado ao saber científico. Os intelectuais passaram a ser vistos como um

grupo profissional dotado de interesses profissionais. Como diz um editor de um livro sobre os intelectuais, citado por Jacoby (2001, p. 154): “todos parecem concordar que hoje em dia os intelectuais (...) estão, como nunca antes, vinculados a circunstâncias institucionais”. Tal fato estaria ainda mais evidente considerando que a sociedade passou a exigir uma “produção em massa de profissionais com treinamento acadêmico” (Jacoby, *op. cit*.).

Mas foi a partir de *Homo Academicus*, de Pierre Bourdieu, que o estudo sobre os intelectuais e acadêmicos alcançou a condição de subcampo científico. Suas pesquisas tinham a própria instituição acadêmica, com a pesquisa da dimensão micro-política da produção científica, assim como da relevância da distinção entre “sujeito empírico” e “sujeito epistêmico”, da reprodução do conhecimento e da sua transmissão disciplinada.[40]

Assim, muito embora a epistemologia continuasse a ser ensinada nos departamentos de filosofia, esta outra tradição de pensadores começou a questionar a possibilidade de uma teoria geral das representações mentais, compreendida nas reivindicações filosóficas de fundar e basear toda a verdade.

> Estes pensadores não procuram construir teorias melhores e alternativas da mente ou do conhecimento; o objetivo deles não era melhorar a epistemologia mas sim jogar de forma diferente. Rorty chama este jogo de hermenêutica. Para ele, isto simplesmente significa conhecimento sem fundamentos; um saber que é essencialmente uma conversação edificante... Ainda que se aceite a desconstrução que Rorty faz da epistemologia, as conseqüências de tal movimento permanecem abertas... rejeitar a epistemologia não significa rejeitar a verdade, a razão ou padrões de julgamento. (Rabinow, 1999, p. 74)

[40] Nessa mesma linha: “Num estudo sobre o mundo acadêmico norte-americano, Veblen iluminou os escuros desvãos do sistema universitário com sua tocha sociológica, comparando os acadêmicos a outros ‘guardiãos’ do ‘conhecimento esotérico’, como os ‘padres, xamãs, curandeiros’, observando que, dentro do grupo, esse conhecimento esotérico é considerado verdade universal, ‘embora seja evidente para qualquer estranho que ele deriva seu caráter, alcance e método dos hábitos de vida do grupo’ ”. (Burke, 2003, p. 13)

Nesse mesmo âmbito analítico, porém sob um enfoque diverso daquele utilizado por Rorty (1997) ao separar certeza e verdade na desconstrução da epistemologia,[41] Ian Hacking, em *Language, Truth and Reason*, sugere a existência de distintas "filosofias": umas voltadas à busca da verdade, e outras que denomina de "estilos de pensamento" – num esforço de não limitá-las à filosofia moderna –, que possibilitariam uma ampliação das possibilidades ao procederem em termos de "verdade ou falsidade". Enquanto aquelas são dependentes de um evento histórico anterior para o estabelecimento daquilo que é tido como "verdade", ou seja, necessitam de uma determinada forma de pensar sobre verdade e falsidade que condiciona, aprioristicamente, uma proposição, para que esta possa então ser considerada verdadeira ou falsa, os denominados "estilos de pensamento" aceita previamente a possibilidade de verdade e falsidade. Em seus próprios termos, Hacking coloca a questão da seguinte maneira:

> Por raciocínio eu não quero dizer lógica, quero dizer justamente o oposto, pois lógica é a preservação da verdade, enquanto que um estilo de raciocínio é o que introduz a possibilidade de verdade e falsidade... estilos de raciocínio criam portanto a possibilidade de verdade e falsidade. Dedução e indução preservam tão somente esta possibilidade. (Hacking *apud* Rabinow, 1999, p. 74-75)

Evidencia-se da citação acima a intenção de Hacking em superar os domínios limitados da lógica, que não seria capaz de servir de base e fundamento para toda a verdade. E o risco de uma sucumbência à total relativização da razão, mediante a submissão das diferentes concepções históricas de verdade e falsidade para uma mera questão de subjetivismo, é suprida por Hacking mediante uma evocação à positividade das proposições que necessariamente substanciam o raciocínio. A ciência, nessa concepção, permaneceria suficientemente objetiva

“simplesmente porque os estilos de raciocínio que empregamos determinam o que conta como objetividade...” (idem). Os estilos históricos de raciocínio, método e objetos propiciariam, assim, outros instrumentos que poderiam ser utilizados neste jogo ostentando o mesmo *status* de “verdadeiro” conferido aos procedimentos utilizados anteriormente. Enquanto que para Rorty (1997) essas idéias podem ser consideradas afetas à hermenêutica, Hacking as considera como fruto de um “anarco-racionalismo”, entendido como a “tolerância para com outras pessoas, combinada com a disciplina dos próprios padrões de verdade e razão” (ibidem, p. 76).

Estas idéias “anarco-racionalistas” apresentadas por Hacking foram consideradas de maneira paralela por Michel Foucault em *Arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*, onde os conceitos de “verdade e falsidade” e “estilos de pensamento” puderam ser analisados. No entanto, tem-se que no pensamento de Foucault e outros pensadores franceses praticantes da filosofia da ciência, como Georges Canguilhem, além da preocupação com a problemática da epistemologia, há também uma recorrência a categorias como “sociedade” e “poder”, o que não se acha presente no trabalho de Rorty (1997) e, em menor escala, nos textos de Hacking. Mediante essa recorrência, percebe-se uma limitação da proposta de que o saber não passaria de uma conversação edificante. Muito embora Rorty (1997) ajude a limitar as reivindicações da filosofia, “a conversação entre indivíduos e culturas somente é possível dentro de contextos moldados e limitados por relações históricas, culturais, políticas e práticas sociais parcialmente discursivas que as constituem” (Rabinow, 1999, p. 77), de modo que o ponto de partida continua sendo a constatação de que o pensamento não passa de um conjunto de práticas

localizáveis historicamente, o que favorece um retorno à epistemologia.[42] Enfim, pode-se afirmar que Foucault, ao contrário de Rorty (1997), considera as idéias filosóficas como práticas sociais e não simplesmente alterações aleatórias numa conversação.

4. A "nova" sociologia do conhecimento

A partir da exposição teórica no tópico anterior, pode-se notar que importantes contribuições ao desenvolvimento da sociologia do conhecimento também advieram de fora da disciplina. É o caso de Thomas Kuhn, na história da ciência, de Claude Lévi-Strauss e Geertz, na antropologia, e de Michel Foucault e Richad Rorty, na filosofia, dentre outros. Num segundo momento, Norbert Elias, antigo assistente de Mannheim, também legou importantes contribuições à sociologia do conhecimento, especialmente pela sua formulação de uma "teoria dos *establishments* científicos" (*apud* Burke, 2003, p.16). Mesmo as determinantes contribuições de Pierre Bourdieu, com seus estudos sobre "prática teórica" e o poder das universidades na definição do que é ou não é considerado como conhecimento legítimo, foram em grande parte devidas à sua formação de antropólogo. Essa perspectiva crítica da sociologia do conhecimento também foi compartilhada por filósofos da tradição da *Escola de Frankfurt* como Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel.

Diante de tais contribuições multidisciplinares, era inevitável que a sociologia do conhecimento se distanciasse ou ganhasse novas configurações daquelas conferidas pelos seus precursores, ao ponto de legar à esta disciplina a

[42] Em outra passagem, Rorty define a epistemologia da seguinte forma: "Este projeto de saber mais acerca do que nós conhecemos e do modo como podemos conhecer melhor através do estudo de como funciona a nossa

denominação de “nova sociologia do conhecimento” (Burke, *op. cit*., p. 16). Sem se distanciar muito da tradição inerente à “velha” sociologia do conhecimento, essa nova linha passou a direcionar seu enfoque sobre as condições de produção do conhecimento considerado válido, ou seja, científico. Intenta-se, assim, mediante o estudo “microscópico” da prática científica, promover uma ruptura com a linha divisória que separa a ciência das outras formas de conhecimento numa valorização do “conteúdo” do conhecimento em detrimento da “forma” de sua produção.

Sob a influência do movimento identificado como *Virada Lingüística*, a “nova” sociologia da ciência tem também como uma de suas principais características a valorização dos aspectos lingüísticos e semióticos da prática científica. Passa a ser recorrente a análise metadiscursiva sobre a linguagem presente nas construções de “signos” e enunciados científicos, que envolvem verdadeiras “negociações” entre os cientistas, que no necessário esforço de persuasão para a obtenção do consenso, recorrem a estratégias retóricas para convencer os partidários das teses contrárias sobre a maior “validade” da tese proposta.

Com efeito, Peter Burke (2003) aponta para quatro diferenças entre a primeira e a segunda geração da sociologia do conhecimento: o primeiro diferencial passível de ser notado seria a ênfase que a segunda geração passou a conferir à “construção”, “produção” ou mesmo “manufatura” do conhecimento, em lugar da antiga ênfase na sua aquisição e transmissão, identificando, assim, uma inclinação pós-estruturalista ou pós-moderna na disciplina. “Há menos insistência sobre a estrutura social e mais sobre os indivíduos, sobre a linguagem e sobre práticas como a classificação e o experimento” (Burke, *op. cit*., p. 17).

Em segundo lugar, Burke (2003) destaca que os detentores do conhecimento analisados pelos sociólogos do conhecimento são hoje vistos como um grupo maior

---

mente veio a ser batizado com o nome de ‘epistemologia’” (*apud* Santos, 1989, p. 20).

e mais variado. O objeto da sociologia do conhecimento passou a não se limitar mais somente aos intelectuais das universidades, estendendo-se, também, para "conhecimentos práticos, locais ou cotidianos", de modo que as iniciativas passaram a estar mais afetas aos métodos da escola dita "etnometodológica", representada principalmente por Bruno Latour, Knorr Cetina, Harold Garfinkel e S. Woolgar. Com efeito, a etnodetodologia, também denominada antropologia da ciência, se propõe a estudar as práticas cotidianas e rotineiras dentro de grupos ou instituições sociais, empresas e laboratórios, responsáveis pela produção do conhecimento científico.

Como terceiro aspecto de diferenciação, Burke (2003) aponta para o maior interesse dessa "nova sociologia do conhecimento" pela microssociologia, ou seja, "pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos, círculos, redes ou 'comunidades epistemológicas', vistas como as unidades fundamentais que constróem o conhecimento e conduzem sua difusão por certos canais" (*op. cit*., p. 17). Como se verifica, este tipo de abordagem está muito próxima da antropologia, de modo que alguns autores passaram a recorrer ao uso da expressão "antropologia do conhecimento" (Elkanah, 1981; Crick, 1982; *apud* Burke, 2003) para conceituar essa "nova sociologia do conhecimento".

Em quarto lugar, quando se pensava nos primórdios da sociologia do conhecimento que o conhecimento era socialmente situado, se fazia referência mais à classe social do que ao gênero ou à geografia da distribuição espacial do conhecimento.

Denota-se, portanto, que esses múltiplos aspectos identificados à sociologia do conhecimento, principalmente àqueles voltados ao caráter situado (*situaded*) de toda reivindicação de conhecimento, trazem, em si, traços de pós-modernismo que também se fez presente na antropologia.

CAPÍTULO II

ANTROPOLOGIA PÓS-MODERNA: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes
Thomas Kuhn

1. Modernidade e pós-modernidade antropológica

Muito embora afirmado de forma veemente por muitos pesquisadores, ainda não é assente, numa perspectiva epistemológica, que a antropologia já possa ser considerada uma disciplina pós-moderna. Por outro lado, independentemente de sua entrada ou não naquilo que chamamos de pós-modernismo – aqui entendido como movimento intelectual genérico –, é certo que a antropologia vem experimentando um período extremamente fecundo de auto-questionamento, voltado à redefinição disciplinar e paradigmática, fomentado, principalmente, pela corrente interpretativista da disciplina.

Inicialmente calcada na teorização de uma "antropologia simbólica" desenvolvida essencialmente no âmbito das universidades norteamericanas nas décadas de 1960 e 1970, e sob os auspícios da fenomenologia, a antropologia interpretativa teve a influência da teoria crítica da *Escola de Frankfurt*, da filosofia nietzcheana e da semiótica de Peirce. Os argumentos relativistas de Foucault e a desconstrução de Derrida, tomados como métodos críticos de um pós-modernismo francês, também legaram à corrente interpretativista importantes contribuições.

Carlos Reynoso (1991) destaca ainda que em todo congresso antropológico dos últimos anos as referências a Wittgenstein e Habermas) tem sido recorrentes.

Segundo este mesmo autor, no que se refere à temática, os pós-modernos vêm se atendo, basicamente, a uma prática antropológica consistente na análise de escrituras etnográficas em diferentes perspectivas: a meta etnográfica ou meta antropológica, tida como a principal, direcionada a uma análise crítica dos recursos retóricos da etnografia, vislumbrando possíveis alternativas para a escritura etnográfica; a caracterizada como etnografia experimental, que busca uma redefinição das práticas da pesquisa de campo retratadas nas escrituras etnográficas; e, por fim, a terceira corrente – considerada a vanguarda pós-moderna – interessada em evidenciar a crise da ciência em geral, incidindo, via de conseqüência, nos “gêneros literários acadêmicos”.

Com efeito, o chamado pós-modernismo na antropologia está diretamente relacionado ao aparecimento do paradigma hermenêutico e sua influência na disciplina, e que estaria a informar aquilo que vem sendo chamado nos EUA de antropologia interpretativa. Note-se que o surgimento dessa incipiente antropologia não implica no esgotamento ou superação dos paradigmas de outras tradições intelectuais, como é o caso dos paradigmas racionalista, estrutural-funcionalista e culturalista, orientados, respectivamente, pela *École française de sociologie*, da *British School of Social Anthropology* e da *American Historical School of Anthropology*. Dessa maneira, na visão de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), o paradigma hermenêutico estaria a compor o “quarto domínio de uma matriz disciplinar que imaginei com ela dar conta de uma sorte de ‘estado teórico’ da antropologia”. Conforme o autor, esse novo paradigma passaria a ser visto como uma alternativa em relação às modalidades antropológicas apresentadas pelas

escolas acima mencionadas, consideradas pelos interpretativistas como formadoras de uma antropologia tradicional.

Mas o que diferenciaria essa nova forma de fazer e pensar a antropologia daquela desenvolvida nas primeiras décadas do século pelas escolas ditas tradicionais ou modernas? Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1988) a questão pode começar a ser respondida mediante a invocação das categorias da ordem e da desordem: as escolas fundadoras da disciplina comporiam o paradigma da ordem, enquanto que o paradigma hermenêutico viria a compor um novo paradigma, caracterizado por elementos opostos à ordem e ao objetivismo que lhe é inerente. Com efeito, a categoria da ordem está explícita nos paradigmas racionalista, estrutural-funcionalista e culturalista, contaminando, assim, todo o discurso das escolas acima mencionadas, à medida em que nega a proeminência da subjetividade, do indivíduo e da história. Não que tais conceitos tenham sido totalmente abstraídos da "Antropologia tradicional", mas sim, de uma certa forma, neutralizados frente à dificuldade de conferir "cientificidade" ao discurso que viria a tematizá-los. Tal fato reflete o grau de impregnação do ideário positivista sobre a própria constituição da antropologia como uma disciplina autônoma. Os textos de Durkheim (1979) e Radcliffe-Brown são exemplos clássicos dessa busca por um conhecimento objetivo que viria a assentar os parâmetros legitimadores da antropologia. Verifica-se, portanto, que o que caracteriza o paradigma da ordem é o caráter essencialmente cientificista de seu discurso. (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 92-96)

Com efeito, foi a partir do uso do método etnográfico da observação participante, criado por Bronislaw Malinowsky (1978), na década de 1920, como um recurso capaz de conferir uma apreensão da alteridade cultural de forma livre do

etnocentrismo, que a Antropologia consolidou seu *status* de disciplina científica, elevando o antropólogo, através da experiência vivida com a cultura estudada, à posição de autoridade perante o texto produzido (etnografia, na etmologia: *éthnos*, "povo" + *gráphein*, "descrever" + *ia*). Para Malinowski (1978), somente por meio de uma imersão total no universo social estudado, tornando-se um verdadeiro nativo da outra cultura, é que o antropólogo poderia vir a compreendê-la. Foi então através da legitimação do trabalho de campo como método primordial da pesquisa antropológica que a teoria funcionalista tornou-se recorrente, à medida em que concebia as culturas como totalidades que deveriam ser recompostas pelo viés do antropólogo. Essa metodologia associou-se à idéia de que, no trabalho de recomposição da experiência de campo, cujo resultado final é a etnografia, o antropólogo colocava-se numa posição de distanciamento perante a outra cultura, desenvolvendo uma narrativa sincrônica da realidade estudada. Esse distanciamento proposital marcou a introdução de um modernismo na antropologia.[43]

Fica evidente, portanto, que foi com Malinowsky (1978) que as etnografias passaram a trazer em seu bojo a noção do relativismo cultural e a denúncia ao etnocentrismo, demonstrando a existência de culturas diversas que não podiam ser analisadas e avaliadas com critérios e perspectivas de uma outra cultura. Havia, portanto, uma premissa metodológica de que pesquisador e nativo tinham seus lugares bem definidos no encontro cultural, e as diferenças entre suas culturas podiam ser evidenciadas antes mesmo da pesquisa ser realizada pela própria configuração histórico-política de uma época colonial. Com efeito, constata-se que o método criado por Malinowsky (1978) para a apreensão e conhecimento de uma

[43] "A divisão entre observador e observado foi sempre consciente. O que caracterizou o modernismo na antropologia foi a adoção dessa divisão como um exercício teórico através do fenômeno do trabalho de campo. Quando o antropólogo 'entrava' em uma outra cultura, levava consigo essa consciência. Isso é o que foi inventado pelos pesquisadores de campo da época de Malinowsky." (Strathern *apud* Caldeira, 1988, p. 139)

outra cultura é o que compõe o paradigma clássico ou tradicional da matriz disciplinar da antropologia, e que ainda hoje vem caracterizando seu estado atual (Gellner, 1997, p.7).

Ainda recorrendo à definição de matriz disciplinar desenvolvida na antropologia brasileira por Roberto Cardoso de Oliveira (1988), a forma de relação observador-observado instituída pelo método funcionalista, após ter percorrido com êxito os três paradigmas tradicionais da disciplina (racional-funcionalista, estrutural-funcionalista e culturalista), tem sido submetido a um verdadeiro projeto de desconstrução de seus pressupostos metodológicos e epistemológicos provocado pelo paradigma hermenêutico composto pela corrente pós-moderna da antropologia.[44] Tais críticas tiveram início na década de 60, quando se imaginou que devido ao processo de descolonização, que transformava os nativos em cidadãos de nações independentes, a pesquisa de campo desapareceria (Peirano, 1992, p. 15). Naquele momento Lévi-Strauss (1962) redefine os rumos da disciplina ao enfatizar que o que interessa à antropologia são principalmente as "diferenças", as quais nunca desapareceriam do âmbito das relações humanas, e o antropólogo seria um legítimo intermediário dessa relação. Ficava claro nesse período de crise paradigmática que a pesquisa de campo e os métodos utilizados para possibilitar um conhecimento científico do "outro" eram, assim como a própria cultura estudada, datados e localizados historicamente, uma vez que também se achavam inseridos num determinado contexto biográfico, político e teórico.[45]

---

[44] "O conceito funcionalista de sistema, implícito nas ciências sociais com fundamentação analítica, conforme o princípio operacional que lhe é inerente, não pode ser desmentido ou confirmado empiricamente; nem as inúmeras comprovações confirmatórias poderiam provar que a estrutura da sociedade confirma o conceito funcional que, conforme o método analítico, constitui o marco necessário das convariâncias possíveis." (Habermas, 1983, p. 281).

[45] "O desmantelamento dos impérios coloniais, a restruturação das relações entre as nações do Primeiro e Terceiro Mundo, e a atenção para as sociedades complexas – a dos antropólogos, faz com que o antropólogo não se defronte mais com culturas isoladas ou semi-isoladas, mas cidadãos de nações que se relacionam por

E é sob tais matizes de crítica aos pressupostos metodológicos e epistemológicos em que se encontram assentadas as bases disciplinares da antropologia que as discussões pós-modernas se inserem no âmbito da disciplina, principalmente através das propostas formuladas pela corrente interpretativa desenvolvida nos Estados Unidos, caracterizada por questionamentos semiótico-desconstrucionista sobre a autoridade etnográfica e o modelo textual resultante da pesquisa de campo. A cultura passou a ser, desde então, encarada pela corrente interpretativista não mais como uma totalidade integrada, mas sim como um texto, de modo que o trabalho do antropólogo seria o exercício da interpretação e da crítica. As "descrições densas" propostas por Geertz (1989, 1997 e 1999), entendidas como "retratos multifacetados de acontecimentos isolados", por meio da qual "são menosprezadas as teorias ambiciosas que abarcam questões amplas, e valorizadas as observações modestas que descrevem acontecimentos menores" (Jacoby, 2001, p. 170), tem exercido grande influência não só na antropologia, mas também em áreas como a história e a teoria literária. A partir dessa ruptura interpretativa, a antropologia passou a estar, assim, mais próxima da abordagem literária do que com a abordagem científica.

E é exatamente a crítica sistemática contra esse discurso marcadamente cientificista das antropologias tradicionais que caracteriza o paradigma hermenêutico, o qual, por sua vez, procura reformular, mediante uma verdadeira desconstrução do modelo clássico, o modo com que essa antropologia vinha apreendendo a subjetividade, o indivíduo e a história, libertando esses elementos da objetividade com que eram tratados pelos outros três paradigmas. Nesse sentido,

---

complexos caminhos culturais e políticos com a nação de onde vem o antropólogo. Ou então defronta membros de sua própria sociedade. Essas transformações no macrocontexto tem levado ainda a mudanças nos temas pesquisados e na maneira de encará-los. Os antropólogos contemporâneos se preocupam com transformações,

Roberto Cardoso de Oliveira (1988, p. 97) sintetiza os parâmetros com que esses conceitos, até então domesticados pelo discurso cientificista, viriam a ser tratados pelo paradigma hermenêutico:

> (...) a subjetividade que, liberada da coerção da objetividade, toma sua forma socializada, assumindo-se como inter-subjetividade; o indivíduo, igualmente liberado das tentações do psicologismo, toma sua forma personalizada (portanto o indivíduo socializado) e não teme assumir sua individualidade; e a história, desvencilhada das peias naturalistas que a tornavam totalmente exterior ao sujeito cognoscente, pois dela se esperava fosse objetiva, toma sua forma interiorizada e se assume como historicidade. Esses três elementos, assim reformulados, passam a atuar como fatores de desordem daquela antropologia que os interpretativistas tendem a chamar de 'antropologia tradicional', sustentada pelos paradigmas da ordem. O paradigma subjacente a essa 'antropologia interpretativa' pode ser chamado de hermenêutico.

Com efeito, pode-se constatar que a influência da teoria hermenêutica sobre a antropologia está compreendida no âmbito de um dos grandes dilemas epistemológicos não só da antropologia, mas de todas ciências humanas: a relação sujeito, linguagem e verdade na ciência contemporânea. A dialética entre conhecimento e verdade, sensibilidade e entendimento, e razão e paixão tem favorecido uma redefinição dos métodos utilizados pelas ciências humanas na construção de um conceito de verdade. E o primeiro passo nesse redirecionamento do pensamento no interior das ciências humanas – ou da antropologia em específico –, é o rompimento com as abordagens positivistas mediante a invocação da linguagem como verdadeiro *topoi* para a apreensão da complexidade e cambiaridade da condição humana.

Mas é então sob os auspícios do movimento hermenêutico que a antropologia interpretativa vem colocar em questão as bases do conhecimento científico e seus pressupostos de verdade e validade. A formulação teórica que serviu de mote inicial

---

com história, com encontros e sincretismos, com práxis e comunicação e, principalmente com relações de poder." (Caldeira, 1988, p. 135)

ao desenvolvimento dessa crítica assentou-se nos textos de Jean François Lyotard, principalmente nos livros *A condição pós-moderna* e *Le Postmoderne Expliqué aux Enfants* , nos quais considera-se que "a pesquisa e a transmissão do conhecimento" estariam afetados pelas transformações tecnológicas do saber. Nesse âmbito, os discursos totalizantes ou metanarrativas perdem sua legitimidade como forma de expressão do conhecimento científico, passando a ser substituídos pelas "pequenas narrativas". O consenso, tido como fim do discurso científico, é dado por Lyotard como inatingível, consistindo apenas num "estado de discussões". [46] Nesse quadro, a antropologia interpretativa passa a se desenvolver mediante uma série de "experimentos descomprometidos". (Lyotard *apud* Cardoso de Oliveira, 1988, p. 98-99).

2. Etnografias experimentais: a dimensão dialógica, polifônica e alegórica no discurso antropológico

Este mencionado descomprometimento com as representações científicas vem dar mostras da suspeição com que vêm sendo tratadas não só as modalidades tradicionais de escritura etnográficas, mas também o próprio investigador, que passa a ter sua autoridade contestada em relação ao conhecimento que pretende apreender. Essa desconfiança de Lyotard em relação à legitimação do discurso científico foi incorporado à antropologia pós-moderna através dos questionamentos de James Clifford sobre a autoridade etnográfica, expressando-se, nas palavras de

[46]Lyotard compara a situação de um escritor pós-moderno a e um filósofo, uma vez que: "o texto que escreve e a obra que apresenta não estão, em princípio, norteados por regras estabelecidas, e eles não podem sujeitar-se a um determinado julgamento pela aplicação de categorias conhecidas. São essas regras e essas categorias que o texto ou a obra procura. O artista e o escritor, portanto, trabalham sem regras, com o fim de estabelecer as regras do que *terá sido feito*. Por isso, a obra e o texto têm a característica de um evento; surgem tarde demais para seus autores ou – o que equivale à mesma coisa – sua realização sempre começa cedo demais. O pós-moderno precisa ser compreendido através do paradoxo do tempo futuro anterior". (*apud* Baumam, 1998, p. 133)

Carlos Reynoso (1991): “un sentimiento de crisis disciplinar generalizado que torna hoy en día difícil embanderarse atrás de una formulación teorética cuaquiera. Como nunca antes, el tiempo está maduro para el escepticismo”.

Porém, são nos questionamentos cliffordianos que o cepticismo sobre as etnografias apresenta sua feição mais contundente:

> Si la etnografia produce interpretaciones culturales a partir de intensas experiencias de investigación, cómo es que la experiência, no sujeta a reglas, se transforma en informe escrito autorizado? Cómo es, precisamente, que un encuentro transcultural, locuas y sobredeterminado, atravesado por relaciones de poder y desencuentros personales, puede ser circunscrito como una versión adecuada de ‘otro mundo’ más o menos discreto, compuesto por un autor individual? (Clifford, 1988, p. 144)

Expressada, em parte, nestas questões, a incredulidade pós-moderna sobre os meta-relatos, bem como o cepticismo com que a autoridade etnográfica é encarada, fica evidente que as críticas pós-modernas proporcionaram profundas alterações não só sobre o trabalho etnográfico, mas no próprio discurso científico, que, assim como aquele, também tem sua experiência transmitida de forma textual. Conforme argumenta Clifford em sua meta antropologia textualista (*apud* Rabinow, 1999, p. 81), “os antropólogos têm experimentado formas de escrita, quer soubessem ou não”. Desta forma, tem-se que é a verdade científica expressada através de escrituras monológicas que é colocada em questão quando confrontada com as múltiplas subjetividades e configurações político-ideológicas que, apesar de invariavelmente conformarem a realidade objeto de apreensão, não se mostram suscetíveis de uma transcrição totalmente livre de considerações de ordem subjetiva, individual e histórica. Em outras palavras, há uma proposta de

desmistificação da etnografia clássica como um tipo e conhecimento que reflete a realidade como espelho.[47]

E é exatamente nesse momento que se evidencia a tensão mais fecunda havida hoje no interior da matriz disciplinar da antropologia - e que até aqui se procurou delinear no texto -, qual seja, a desenvolvida entre os paradigmas racionalista, afeto à razão analítica, e hermenêutico, expressado na sua forma dialógica. Seriam tais paradigmas conciliáveis ou excludentes? Alguns antropólogos, como Marcus e Fischer (1991), e, na antropologia brasileira, Roberto Cardoso de Oliveira (1988), entendem ser possível a coexistência da "antropologia interpretativa" com as "antropologias tradicionais" (equilíbrio poliparadigmático), acreditando que a tensão daí resultante estimularia o surgimento de novos experimentos, proporcionando o enriquecimento da disciplina. Há que se destacar, no entanto, conforme alertado por esses mesmos autores, que diante do risco dessa "antropologia interpretativa" sucumbir a um "niilismo antropológico", compreendido como o "desenvolvimento perverso do relativismo cultural como históricamente desenvolvido pela antropologia", que em sua forma extrema culminaria na "perda absoluta de qualquer referência cultural de verdade" (Rubim, 1999), não se pode abdicar totalmente da razão mediante a rejeição deliberada de todas as teorias desenvolvidas ao longo do século pela antropologia.

Nesse âmbito do discurso pós-moderno caracterizado pela crítica da razão, há de se levar em conta, no dizer de Roberto Cardoso de Oliveira (1988, p. 102), parafraseando Habermas, que a modernidade não se esgotou, de modo que "se entendermos por isso que não há mais espaço para a razão, em seu sentido

[47] "(...) pela via dos artifícios retóricos, o texto construído da etnografia, que se pretende convincente, verdadeiro e objetivo, ora esconde ora passa ao largo de questões tais como a articulação da subjetividade do autor com as das pessoas pesquisadas, o contexto sociológico onde se dá o encontro etnográfico e as limitações que esse contexto impõe ao saber antropológico." (Trajano Filho, 1986, p. 140).

metafísico, há para racionalidades regionais como a que tem lugar no interior da própria antropologia". Até mesmo porque, há uma preocupação assente em todos os autores, sejam eles pós-modernos ou não, de que o pós-modernismo corre o risco de "degenerar en una nueva escolástica autoritaria. La idea misma de una etnografía experimental es contradictoria, porque implica continuidades, progresos y vanguardias típicos de la modernidad" (Reynoso, 1991, p. 38).

Por outro lado, o fato do desenvolvimento da etnografia experimental, fomentado pelas categorias da dialogia, polifonia e heteroglosia,[48] ter sido efetivado de um modo tal que a prática etnográfica não se revelasse independente da teoria e da reflexão *a posteriori* é suficiente para evidenciar uma certa superposição entre esta corrente interna e a anterior (Reynoso, 1991, p. 36). James Clifford (1991), George Marcus, Paul Rabinow (1991 e 1999), Vincent Crapanzano (1991), Dick Cushman, Stephen Tyler, Renato Rosaldo e Michael Fischer foram os antropólogos que se encarregaram de traçar os rumos e delimitar os conceitos desse movimento experimental em etnografias publicadas, principalmente, entre meados da década de 70 e início da década de 80.

Nesse aspecto voltado à análise do texto etnográfico, James Clifford, George Marcus e Dick Cushman sugerem que o que diferenciaria o trabalho eminentemente antropológico dos textos produzidos em outras disciplinas devotas à teoria social, seria a sua busca de articulação entre o trabalho de campo e a própria produção dos textos, ao ponto de definirem a etnografia como sendo "a representação do trabalho de campo em textos" (*apud* Cardoso de Oliveira, 2000, p. 28). Isto porque o texto

---

[48] "A etnografia é invadida pela heteroglosia. Se for concedido um espaço textual autônomo às afirmações nativas, se forem extensamente transcritas, elas farão sentido em termos distintos daqueles empregados pelo etnógrafo que as ordena... Isto sugere uma estratégia textual alternativa, a utopia de uma autoria plural que concede aos elaboradores o status de escritores e não meramente de informantes independentes." (Clifford *apud* Rabinow, 1999, p. 86)

etnográfico, diferentemente de outros escritos produzidos pelos antropólogos, como por exemplo o diário e a caderneta de campo, bem como os artigos e as teses acadêmicas, possuem, no entendimento de Roberto Cardoso de Oliveira, exigências específicas que as distinguem em objetivo, estrutura e conteúdo. Enquanto as monografias clássicas privilegiam uma narrativa padronizada normativa e estruturalmente, uma vez que utilizam uma disposição de capítulos e temas de forma estereotipada, as modernas focalizam um tema tido como relevante para proporcionar uma idéia da sociedade analisada. E um terceiro tipo, chamadas de "monografias experimentais" ou pós-modernas, cuja definição ainda não se encontra sedimentada, considerando a atualidade e a veemência das críticas que lhes são dirigidas, mas que tem como padrão de escrita o fato de se escrever na primeira pessoa do singular ou do coletivo, revelando um caráter polifônico que favorece a criação de um espaço dialógico e intersubjetivo na construção do texto.

Como se vê, esse terceiro tipo de monografia antropológica – muito embora ainda marcado pela polêmica de suas propostas inovadoras, que levam muitas vezes a um inevitável subjetivismo em seus resultados – é o que permitiu, na visão de Geertz, que a etnografia também se torna-se um meio de se discutir sobre teoria, filosofia e epistemologia, na medida em que eleva o escrever e a produção de textos ao nível de crítica e reflexão. O privilégio conferido à intersubjetividade, de caráter eminentemente epistêmico, no âmbito da qual se articulam, como já dito acima, os integrantes de uma mesma comunidade profissional ou científica em um mesmo *horizonte teórico*, consiste para Roberto Cardoso de Oliveira, em uma "das mais fortes contribuições do paradigma hermenêutico para a disciplina" (2000, p. 31).

Vislumbra-se, dessa maneira, que a produção dos textos ocorre de forma simultânea à formação do próprio conhecimento, dada a co-dependência e a

implicação recíproca do ato de escrever e do ato de pensar, tidos como indissociáveis para o referencial teórico adotado nessa pesquisa. A par disso, busca-se também demonstrar aqui que o comprometimento dos atos cognitivos utilizados no trabalho de apreensão e representação da realidade com o horizonte da disciplina, compreendido como o sistema de idéias e valores que lhe é inerente – como, por exemplo, a "observação participante" e a "relativização", que marcam emblematicamente o fazer antropológico – é o que confere *gênero* ao texto produzido. Em síntese, parte-se da premissa analítica de que é possível demonstrar, por intermédio da experiência antropológica, que o conhecimento consolidado pelas teorias sociais, em suas diversas disciplinas, condicionam as possibilidades de observação e textualização a um horizonte lingüístico que lhes são peculiares, de modo a tornar tais considerações suscetíveis de uma abordagem reflexiva.

Paralelamente às etnografias consumadas por este movimento – muito embora estas etnografias não possam ser consideradas como "etnografias convencionais completas" – foram elaborados programas e diretrizes para ações antropológicas futuras, os quais podem ser considerados como verdadeiros guias para futuros trabalhos experimentais.

Dentre esses programas, o de maior destaque, segundo Trajano Filho (1986), pode ser considerado o da antropologia dialógica de Dennis Tedlock (1986), originado em observações sobre a peculiaridade da investigação nas ciências sociais. Publicado em 1979, o artigo *A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica* de Tedlock apontou o fato de que, se a investigação antropológica estiver baseada somente na observação silenciosa, não haverá nada que a diferencia da investigação realizada nas ciências da natureza. A investigação

cultural, portanto, deveria ser necessariamente desenvolvida no âmbito da intersubjetividade humana.[49]

Diante de tais considerações, fica evidente que a antropologia tradicional analógica tem no monólogo o seu modo de expressão. A representação dialógica, por seu turno, pressupõe a existência de um discurso contínuo, onde o consenso não será alcançado, pois, conforme afirma Tedlock (1986), compactuado com a idéia de Lyotard acima mencionada, se num diálogo fosse possível obter um ponto completo de acordo, já não haveria porque continuar dialogando. Ou como argumenta Bourdieu (1998, p. 151), a enunciação da verdade oculta do discurso escandaliza porque diz a "última coisa a ser dita". E neste ponto também se revela a já suscitada incredulidade pós-moderna sobre as meta-narrativas com suas pretensões totalizadoras, pois dada a constatação de que o discurso é um processo contínuo, nenhuma meta-narrativa seria possível.

> O princípio da produção textual dialógica situa as interpretações culturais em diferentes contextos intercambiáveis e obriga os escritores a encontrar diversas maneiras de apresentar realidades, que são de fato negociadas, como inter-subjetivas, cheias de poder e incongruentes. Nesta visão, 'cultura' é algo sempre relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente, entre sujeitos e relações e poder... Assim que o dialogismo e a polifonia são reconhecidos como modos de produção textual, a autoridade monofônica é questionada, aparecendo como uma característica de ciência que pretendeu representar culturas. (Clifford, *apud* Caldeira, 1988, p. 142)

Percebe-se, nesse quadro analítico, que os antropólogos da corrente pós-moderna possuem uma forte influência de autores como Mïkhail Bakhtin (1988 e 1992), Walter Benjamin (1983), Derrida e DeMan, a partir dos quais a dimensão

[49] "Tedlock afirma que cuando se prepara el texto sobre la experiencia etnográfica para su publicación esta dimensión dialógica se pierde, en benefiício de una pálida imitación de la objetividad de las ciencias exactas, a la que él caracteriza como 'tradición analógica'. La antropología convencional es analógica porque afirma que el discurso que se presenta en una publicación es 'equivalente a', 'proporcional a' la experiencia dialógica en que se origina. Pero en realidad no es así: el diálogo es un proceso continuo, dinámico: el análogo es un producto, un resultado estático." (Reynoso, 1991, p. 39)

dialógica, polifônica e alegórica da linguagem alcança condições metodológicas para a formulação de um novo *estilo de escrita* para a representação do conhecimento nas ciências humanas. Enquanto Bakhtin (1988 e 1992) recorre ao diálogo para superar o modo autoritário característico da fala monológica tradicional da representação científica, Benjamin (1983) tem na "citação autorizada" uma forma de possibilitar um diálogo entre textos. De outro modo, há por parte destes autores uma crença de que as ciências humanas têm o compromisso e a responsabilidade de alcançar um outro conceito de verdade no âmbito do conhecimento humano e social.

A valorização do estético, ou do alegórico, na linguagem também assume uma posição de grande relevância teórica para os antropólogos pós-modernos. O uso da metáfora e a defesa da escrita literária constituem pressupostos para a redefinição da escrita etnográfica. O próprio conceito de texto passa a ficar relacionado ao escritos que "se desconstroem a si mesmos", ou, em outros termos, "o paradigma de todos os textos consiste em uma figura (ou um sistema de figuras) e sua desconstrução" (DeMan *apud* Jameson, 2002, p. 260). As alegorias de figura e de leitura passam a ser, portanto, fundamentais na consideração dos aspectos de operação e inscrição textual.

Ainda nessa perspectiva voltada a uma autoconsciência reflexiva e desconstrutiva da operação textual na antropologia, também se propõe uma superação do discurso monológico enxertado nas ciências humanas pela racionalização do conhecimento científico, com o que se possibilitaria um resgate da necessária tensão entre conhecimento e verdade, até então sufocada pelos limites rígidos da racionalidade técnica inerente do conhecimento apodítico. E é através da categoria da dialogia, formada pela multiplicidade de vozes com conteúdos,

experiências, paixões e concepções de mundo diversas, que se tornaria possível a compreensão da condição humana em sua vida social.

> As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humana, etc.). (Bakhtin, 1992, p. 334)
> ...
> As ciências exatas são uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele, há a coisa muda. Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (Bakhtin, 1992, p. 403)

Verifica-se, portanto, que de um modo geral, as alternativas propostas pelo movimento dito pós-moderno, especialmente pelos autores de *Writing Culture*, são basicamente textuais, destinadas a encontrar uma nova maneira de escrever sobre culturas. Isto significa que o objeto de estudo não é mais a cultura do outro, mas a prática antropológica e a etnografia, enquanto texto que compõe, *como topoi*, um determinado gênero literário. Os ensaios que compõe o texto se voltavam ao projeto de estabelecer um sistema crítico de análise dos métodos de trabalho mais tradicionais na elaboração de etnografias, com o que pretendiam ampliar as possibilidades das investigações antropológicas.

E é exatamente nessa jornada epistemológica que se acham inseridos os debates que procuram definir quais seriam as zonas limítrofes da antropologia frente a outros saberes como a literatura e senso comum. Sendo que a base de relevância para esse questionamento advém da constatação de incapacidade demonstrada pelas diferentes disciplinas das ciências humanas em apreender a complexidade da experiência humana no interior de sistemas teóricos fechados. Até mesmo porque o

que interessa não é a formulação de um sistema teórico em si, mas sim a busca de um *estilo de escrita* que melhor dê conta de expressar as transformações sociais e exprimir a fragmentação e a diversidade dos discursos inscritos nessa realidade.

3. O antropólogo como "testemunha articulada"

Ainda no campo das ciências sociais, o autor pós-moderno Hebdige (*apud* Santos, op. cit.) descreve o pesquisador, em seu trabalho de campo e relação com o objeto de pesquisa, como uma "testemunha articulada", a qual, diferentemente da concepção convencional do pesquisador como observador ou etnógrafo, posiciona seu enfoque cognitivo *num* terreno, e não *de* um terreno. A testemunha articulada tem como objetivo por em relação o que não está necessariamente ligado, ou até mesmo ligar aquilo que o pensamento moderno, por questões metodológicas, insistiu em separar, tais como o individual e o coletivo, o geral e o particular, o sujeito e o objeto, o global e o local, o cognitivo e o estético e o cultural, estabelecendo relações não-contingentes e criando novos modos de expressar e enunciar essas relações. Mediante esse exercício de articulação, o pesquisador estaria superando o realismo etnográfico, passando para aquilo que Hebdige denomina de "realismo mágico", sensível a uma necessária presença de elementos que não desprezem o caráter heterógeno, multivocal, dialógico, e porque não dizer, retórico, da relação entre sujeito e objeto nas ciências sociais.

> O testemunho articulado baseia-se nos princípios do dialogismo e da multivocalidade, da retórica dialógica, da hermenêutica diatópica (Santos, 1997) e da reflexividade, da tolerância discursiva e da experimentação e hibridação discursivas e representacionais (Santos *et al*, op. cit., p. 331).

A presença desses princípios epistemológicos possibilitaria, portanto, a produção de um conhecimento mais apto a dar conta da complexidade das relações sociais e culturais contemporâneas. O envolvimento do pesquisador enquanto testemunha articulada não se limita a determinadas práticas sociais ou a alguns campos do conhecimento, envolvendo-se com práticas associadas a vários contextos de atividades, como as de produção estética, de informação, e a científica. Em relação a este último campo, tem-se que, nas duas últimas décadas, a antropologia do conhecimento científico vem abrindo uma nova linha de pesquisa a partir do uso da abordagem etnográfica e da observação participante, onde o pesquisador ocupa a posição de verdadeira testemunha articulada, em terrenos como laboratórios científicos, instituições e grupos sociais urbanos em suas práticas cotidianas.

4. Antropologia da ciência: os novos campos de pesquisa antropológica

Nas últimas três décadas, a sociologia do conhecimento científico têm voltado seu enfoque à análise de processos de construção de saberes e práticas sociais cotidianas, em uma posição antagônica às pesquisas tradicionais, concentradas nos resultados das investigações científicas. Nessas pesquisas de caráter etnográfico, é a ação cotidiana de cientistas em seus respectivos campos de atuação que se torna o próprio objeto de pesquisa. Essa perspectiva elaborada a partir de questões internas e externas à instituição social das ciências suscita novas possibilidades de pesquisa e reflexão para cientistas sociais.

É nesse âmbito que a antropologia da ciência, também chamada de etnografia da ciência, ou de antropologia do conhecimento irrompeu como uma maneira peculiar de submeter a própria prática científica como objeto cognoscível,

identificando questões particulares como o local ocupado pela ciência e pelos seus praticantes na cultura contemporânea, o seu crescente distanciamento da intelegibilidade geral, o ceticismo crescente quanto à autoridade científica e à possibilidade de existirem pesquisas isentas de juízo de valor. Acrescente-se que nas duas últimas décadas, a antropologia do conhecimento científico vem abrindo uma nova linha de pesquisa a partir do uso da abordagem etnográfica e da observação participante, não sobre comunidades tradicionais, mas sobre laboratórios científicos, instituições e grupos sociais urbanos em suas práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a antropologia da ciência parte da tese de que a ciência é construída pelos homens, e não dada pela natureza. Os trabalhos de Bruno Latour, Karin Knorr-Cetina, M. Lynch, H. Garfinkel, S. Woolgar retratam o que acontece entre os cientistas em ação, observando, a partir das práticas adotadas dentro de cada respectivo contexto estudado, como o conhecimento é construído.

Mediante o emprego da etnometodologia, a antropologia da ciência estuda de maneira detalhada as práticas que compõem a produção de fatos sociais, enfatizando como essas práticas buscam garantir validade e legitimidade. Latour e Woolgar escreveram *Laboratory Life* (1979), considerado o primeiro clássico da antropologia da ciência contemporânea. Neste texto, os autores examinam os vários tipos de práticas lingüísticas que ocorrem em um laboratório de pesquisa científica, que além da comunicação oral e da geração de textos escritos envolvem "dispositivos de inscrição". Este último termo se refere a qualquer instrumento que forneça um registro simbólico, que pode ser um número, um gráfico, uma posição de ponteiro em uma escala, etc. O laboratório é o local de "organização da persuasão

através da inscrição literária". A realidade (como por exemplo a síntese de uma substância) é construída com ajuda dos dispositivos de inscrição, e todo fato científico é concebido como sendo uma "construção social".[50]

Pode-se afirmar, diante de tais considerações, que o conhecimento científico e técnico ocorre sempre em um contexto de tradições de pensamento e de trabalho, autoridades que controlam as fronteiras do legítimo e do ilegítimo, e crenças e consensos descritos, algumas vezes, como "paradigmas", e outras como o "componente tácito" do conhecimento (Schwartzman, 1997).

Importante ainda destacar a dupla dimensão da antropologia da ciência: a disciplinar e a meta-disciplinar. A citação abaixo, além de delimitar esse enfoque dicotômico, também apresenta a principal característica dessa abordagem etnográfica:

> Enquanto a primeira dimensão pode ser apreendida quase intuitivamente como o estudo das 'culturas científicas particulares' que não são outra coisa que subculturas, portanto partes daquilo que nos vai contemplar mais especificamente o reino dos conceitos e das noções inerentes a um pensamento disciplinarmente domesticado, graças a um processo de socialização no interior dessas culturas. Contudo o toque característico da abordagem etnográfica – sem o qual ela não se diferencia da própria epistemologia, como disciplina filosófica –, está, a meu ver, no envolvimento total do pesquisador na prática da disciplina investigada, a ponto de tornar-se um 'falante' da linguagem científica veiculada pelos 'nativos' da comunidade da disciplina a par de um compromisso definitivo com a 'empiria', a saber, com o fato cultural, seja ele 'datado' ou 'epistemológico'". (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 175)

Como se percebe dessa citação extraída do posfácio do texto *Sobre o pensamento antropológico*, há toda uma preocupação no desenvolvimento da

[50] "A 'antropologia da ciência' ajudou a romper as barreiras que tanto a epistemologia quanto a sociologia tradicionais haviam erigido entre o mundo social, carregado de valores, conflitos, ideologias, mitos e imprecisões, e o mundo da ciência, idealizado como o reino na lógica, da razão, da técnica e da eficiência. Vista no seu que-fazer quotidiano, a pesquisa científica não seria mais nem menos 'racional' do que qualquer outra atividade humana. Os conhecimentos obtidos não derivam de uma lógica ou razão atemporais, nem de generalizações e abstrações obtidas diretamente da observação sistemática dos fatos. Eles surgem como construções provisórias e tentativas, desenvolvidas em um processo gradual de decisões oportunísticas, negociações e, em muitos casos, a imposição dos pontos de vista de uns sobre os dos demais." (Schwartzman, 1997)

prática dessa abordagem etnográfica proposta. Isto porque apesar desses problemas de ordem prática não aparecerem quando a etnografia é feita sobre a própria antropologia - uma vez que o referencial lingüístico é compartilhado pelo antropólogo que propõe a meta análise –, se porventura uma outra disciplina seja enfocada pelo antropólogo, este sentirá a necessidade de incorporar a linguagem científica da disciplina objeto de pesquisa de modo que o habilite a compreender e compreender-se perante aquele universo estranho. Nesse âmbito pode ser colocada a questão da "epistemologia prática", onde Geertz relaciona a "comensurabilidade de estruturas conceituais de uma comunidade de discurso para outra" (Geertz *apud* Cardoso de Oliveira). Exemplo disso poderia ser a necessidade do antropólogo estar familiarizado com a linguagem forense ou jurídica para que, assim, pudesse realizar uma antropologia do direito.

5. Considerações sobre o capítulo

Tem-se, portanto, que as propostas da corrente pós-moderna da antropologia fundamentam-se, basicamente, numa perspectiva lingüística, convergendo seus esforços num projeto de mudança descontrucionista-semiótica, cujo principal escopo é propiciar uma abertura, epistemológica ou fronética, a novas possibilidades para a representação textual antropológica. Domínios disciplinares ocidentais até então tido como universais passam a ser questionados, e até mesmo testados, através de uma infusão de idéias da crítica literária desconstrucionista. Há, dessa maneira, um empreendimento intelectual direcionado tanto a um projeto de "reinvenção" da representação antropológica, mediante experimentos textuais e novas perspectivas

de aplicação da etnometodologia, quanto uma meta antropologia, voltada à construção textual da validade e autoridade da construção etnográfica.[51]

A antropologia, nessa atual configuração epistêmica, mostra-se totalmente engajada em questionamentos sobre a forma como a construção e a comunicação do conhecimento científico é feita na prática. E, nesse ponto, tem-se como um verdadeiro pressuposto analítico a condição de que a ciência é um discurso situado, perspectivístico, preso ao seu contexto de origem. Não se pode, por outro lado, tecer considerações sobre a validade de um enunciado que se pretende científico fora da perspectiva da linguagem, uma vez que é nessa onde se encontram ligadas as dimensões do significado e da validade. Desse modo, torna-se imprescindível expor alguns traços sobre as relações e implicações de aspectos históricos, epistemológicos, semióticos e institucionais inerentes à representação textual do discurso, seja ele científico ou não.

[51] "Observemos a ciência – a ciência de hoje – como uma coisa viva. O que a caracteriza, genericamente, sob este ponto de vista, é que verdades totalmente determinantes são catalogadas e colocadas em prateleiras nas mentes dos cientistas onde elas posam estar ao alcance quando for necessário utilizá-las – isto é, arranjadas para se adequarem à sua convivência - , enquanto a ciência propriamente dita, o processo vivo, ocupa-se principalmente de conjecturas que estão em processo de serem estruturadas ou testadas. Quando o conhecimento sistematizado nas prateleiras é usado, ele é usado do mesmo modo que um artesão ou médico poderia usá-lo, quer dizer, ele é, simplesmente, aplicado. Se ele, em algum momento, passa a constituir objeto da ciência é porque chegou o momento em que deve sofrer um processo de purificação ou de transformação." (Peirce, 1983, p. 140)

CAPÍTULO III

LINGUAGEM E METALINGUAGEM: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO TEXTO

É de bom-tom, hoje, contestar a oposição das ciências às letras, na medida que relações cada vez mais numerosas, quer de modelo, quer de método, ligam essas duas regiões e apagam freqüentemente sua fronteira; e é possível que essa oposição apareça um dia como um mito histórico.

Roland Barthes

1. Textualidade e metalinguagem

Considerando que, na expressão de Lyotard (*apud* Cardoso de Oliveira, 1988, p. 98), "o saber científico é uma espécie de discurso", é importante ressaltar que o presente projeto tem suas pretensões analíticas voltadas exatamente para esse discurso antropológico que se pretende científico, questionando os pressupostos metodológicos, epistemológicos e semióticos[52] a que o "sujeito falante" (antropólogo) é obrigado a recorrer ou utilizar em seu "discurso" expresso num texto para que o mesmo obtenha validade e autoridade técnica. Afinal, a antropologia impõe uma maneira autorizada de ver o mundo social, contribuindo para fazer a realidade desse mundo (Bourdieu, 1998, p. 82).

[52] "A semiologia tem uma relação com a ciência, mas não é uma disciplina (é a segunda conseqüência de seu apofatismo). Que relação? Uma relação ancilar: ela pode ajudar certas ciências, ser, por algum tempo, sua companheira de viagem, propor-lhes um protocolo operatório a partir do qual cada ciência deve especificar a diferença de seu corpus. Assim, a parte da semiologia que melhor se desenvolveu, isto é, a análise das narrativas, pode prestar serviços à História, à etnologia, à crítica dos textos, à exegese, à iconologia (toda imagem é, de certo modo, uma narrativa)." (Barthes, 1989, p. 38-39)

É importante ressaltar desde logo que essa proposta analítica tem como um de seus pressupostos o fato de que o código lingüístico das ciências sociais foi sendo construído num processo de oposição com as “outras“ formas de conhecimento, como o senso comum, a religião, a experiência prática, e, mais especificamente, num confronto mais direto com a literatura (Lepenies, 1996). E uma das tarefas da epistemologia é proceder a uma constante policiamento dos cânones que demarcam essa separação entre a linguagem científica e a linguagem comum.

E com base no referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, parte-se de uma perspectiva linguisticamente reflexiva e desconstrutiva do modo de operação textual da antropologia, numa perspectiva cliffordiana do “etnógrafo de etnógrafos” (meta-antropológico), buscando evidenciar as estratégias retóricas utilizadas pelo antropólogo na construção etnográfica. Tais pretensões analíticas encontram condições de realização pelo fato de que tanto o discurso em seus aspectos pragmático-comunicacionais, como sua dinâmica lingüística interna, podem ser encarados como fatos epistemológicos passíveis de apreensão etnográfica.

Poder-se-ia, no entanto, objetar sobre qual seria a importância dessa etnografia que se propõe a analisar não mais o “outro”, mas a representação da representação do “outro”, o que pode ser justificado nas palavras de Russell Jacoby (2001, p. 179), quando esse autor rebate as críticas que Ernest Gellner formula sobre a antropologia da antropologia proposta por James Clifford. Segundo Gellner (*apud* Jacoby, *op. cit*), “Clifford não está interessado nos navajos, nos nuers ou nos trobianders, mas apenas no que os antropólogos dizem sobre eles”. A pertinência dessa proposta analítica cliffordiana é justificada por Jacoby (*op. cit*.) sob o argumento de que “a pretensão de ser literário ou poético implica uma renúncia às verdades científicas. Em compensação, os trabalhos tornam-se literários.” Já

Bourdieu (1998, p. 160) justifica sua meta-análise sobre diversos textos argumentando que “o discurso encerra um discurso sobre o discurso cuja única função é significar a importância intelectual e política do discurso e daquele que o profere”. Ainda com Bourdieu (op. cit., 118-119), o discurso crítico lançado através da metalinguagem propõe:

> uma subversão herética que explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para a realidade, ou melhor, opondo uma pré-visão paradoxal (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural.
> (...) O discurso herético deve contribuir não somente para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, ma também produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas da legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo.

Torna-se legítimo nesse plano metalingüístico questionar o porquê de um texto subscrito por um antropólogo ser mais autorizado do que um texto subscrito por um escritor ou por uma pessoa qualquer, identificando quais fatores contidos na etnografia sustentam essa validade e autoridade. Por outro lado, como argumenta Bourdieu (*op. cit*.), apesar de que num primeiro momento essa pretensão possa soar como uma heresia para o grupo acadêmico criticado, o resultado dessa metacrítica é um fortalecimento da disciplina à medida que confere uma consciência sobre o seu modo de operação textual, identificando de forma mais clara as distinções entre esse discurso autorizado e os discursos alternativos. Até mesmo porque, na epistemologia de Popper (2003) somente é considerado científico o enunciado ou discurso passível de ser intersubjetivamente provado e falseado.

Para a antropologia essa perspectiva meta analítica mostra-se especialmente interessante, uma vez que sua oposição com a literatura e o senso comum consiste num dos fatores que impõe à disciplina uma “crise de identidade” que se evidencia

nas suas múltiplas formas textuais de representação. Tem-se, portanto, que tais considerações são fundamentais para o desenvolvimento da pretendida interface entre os discursos antropológico, literário e vulgar, compreendida, necessariamente, no plano crítico da textualidade e da metalinguagem.

2. Pressupostos de uma teoria do discurso

2.1. A teoria do discurso

O sentido atual da palavra literatura, corriqueiramente utilizado para designar todas as produções literárias, somente veio a ser concebido recentemente, sendo datado do século XIX. No entanto, ainda hoje, há várias línguas que desconhecem essa terminologia genérica da literatura, e a própria definição do que é literatura e o que não é, ou da diferença entre o uso literário e uso não-literário da linguagem, diante da imensa variedade de escritos produzidos na sociedade contemporânea, continua sendo uma problemática ainda irredutível.

A teoria literária, voltada à identificação de um caráter “natural” da literatura, evidenciando sua existência enquanto entidade, estabeleceu critérios de distinção que apontam, de um lado, para o aspecto funcional da literatura, analisando-a enquanto parte de um sistema mais amplo; e, de outro ponto, para uma apreensão estrutural, onde se indaga se todas as instâncias literárias que assumem uma mesma função possuem as mesmas propriedades.

> Língua e estilo são forças cegas; a escritura é um ato de solidariedade histórica. Língua e estilo são objetos; a escritura é uma função: é a relação entre a criação e a sociedade, é a linguagem literária transformada por sua destinação social, é a forma apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da História. (Barthes, 1974, p. 124)

Ou, como diria Todorov (1980, p. 12), “a estrutura é feita de funções, e as funções criam uma estrutura”. Porém, se de um lado o aspecto funcional da literatura na sociedade parece evidente – até mesmo pela sua função ontológica –, sua identidade estrutural é de difícil constatação.

Nesse mister de identificação estrutural da literatura, Todorov (1980) considera, como primeiro elemento de definição estrutural, a literatura como ficção, uma vez que ela não passaria de uma forma de “imitação pela linguagem, assim como a pintura é imitação pela imagem”. Até mesmo porque o texto literário, assim como a arte, não se submete a critérios de verdade ou falsidade, sendo tão somente *ficcional*.[53] Note-se que tal afirmação não implica que um relato histórico verdadeiro não possa ser considerado literário, mas sim que quando tomamos esse relato para leitura não estamos interessados em sua veracidade, mas apenas naquilo que nos motivou para a escolha de tal gênero literário.

Percebe-se, assim que a literatura não está adstrita à questão da verdade, uma vez que o texto, mesmo que verse sobre um relato real, pode ser utilizado para uma leitura meramente “literária”. De tal forma que se por um lado tudo que é considerado literário não é necessariamente ficcional, também nem tudo que é ficcional é necessariamente literário. Até mesmo no âmbito da ciência, é sintomático que um autor representativo como Foucault tenha declarado ter “plena consciência de que nunca escrevi outra coisa a não ser ficções”, e prossegue dizendo que “não pretendo chegar ao ponto de afirmar que as ficções estão além da verdade [*hors verité*]. Parece-me ser possível produzir uma obra de ficção dentro da verdade”

[53] “Em todas as estruturas verbais literárias, a orientação definitiva da significação é interna. Em literatura, as exigências da significação externa são secundárias, pois as obras literárias não pretendem descrever ou afirmar e, portanto, nem são verdadeiras, nem falsas... Em literatura, as questões de realidade ou de verdade são subordinadas ao objetivo literário essencial que é o de produzir uma estrutura verbal que encontre sua justificação em si mesma; e o valor designativo dos símbolos é inferior à sua importância enquanto estrutura de motivos ligados.” (Northrop Frye, *apud* Todorov, *op. cit*.)

(*apud* Hunt, 2001, p. 11). Fica evidente, portanto, a implicação do simbólico sobre a linguagem escrita.

Numa outra perspectiva, também se propõe que é a noção do belo que servirá para identificar a literatura enquanto evidencia o caráter não-instrumental do texto. Isto porque a própria perspectiva do belo compreende a natureza não-utilitária. "O belo verdadeiro consiste em que uma coisa signifique apenas a si mesma, designe unicamente a si mesma, só contenha a si mesma, designe unicamente a si mesma, que ela seja um todo realizado em si" (Moritz *apud* Todorov, p. 15). Torna-se, dessa maneira, lícito afirmar que a literatura é linguagem não-instrumental, uma vez que ela se revela em si mesma, de forma independente, portanto, de uma utilidade outra; o valor da obra é encontrado nela mesma. Parafraseando Diderot, Todorov (*op. cit*.) substitui o termo "belo" por "forma" que, por sua vez, é trocado pelo termo "estrutura". É de onde se pode obter a segunda definição estrutural da literatura: a de *sistema*, sendo que esse caráter sistemático da linguagem escrita consiste no fundamento da poética enquanto ciência que estuda os aspectos formalistas da literatura. No entanto, não será ainda o caráter sistemático da literatura que irá distinguir a linguagem literária das demais.

Frente a esse esboço sobre a construção de uma teoria literária, onde ficaram evidenciadas mais as dificuldades de conciliar as definições de literatura, que tomadas em suas particularidades não oferecem uma resposta satisfatória para estabelecer as devidas distinções entre a literatura do que não é literatura, Todorov passa a questionar a própria noção de existência da "não-literatura", admitida como existente para a formulação das distinções propostas. Neste ponto, e constatando que essa entidade – então designada como literatura – compreende tanto conversas

correntes como gracejos, tanto a linguagem ritual do direito e da administração, como os escritos científicos, obras filosóficas e religiosas, de modo que essa entidade não se apresenta de forma singular, o autor coloca a necessidade de introduzir uma noção genérica de literatura: a de discurso. Quanto à necessidade de adoção de um conceito funcional de "uso" da linguagem[54], Todorov escreve que:

> ... a língua produz frases a partir do vocabulário e das regras de gramática. Ora, as frases não são mais do que o ponto de partida do funcionamento discursivo: essas frases serão articuladas entre si e enunciadas em um certo contexto sócio-cultural; transformar-se-ão em enunciados, e a língua, em discurso. Além disso, o discurso não é um, mas múltiplo, tanto nas suas funções quanto nas suas formas: todos sabem que não se deve enviar uma carta pessoal no lugar de um relatório oficial, e que os dois não se escrevem da mesma maneira. Qualquer propriedade verbal, facultativa ao nível da língua, pode se tornar obrigatória no discurso: a escolha efetuada por uma sociedade entre todas as codificações possíveis do discurso determina o que se chamará seu *sistema de gêneros*. (p. 21)

As possibilidades de direcionamento do discurso, considerado o aspecto convencional ou de escolha de cada sociedade, é externado por meio dos gêneros literários. Assim como a literatura em si, o próprio discurso científico pode ser considerado como gênero literário,[55] ante a presença de regras discursivas que lhe garantem uma particularidade frente aos demais gêneros literários, como exemplifica o próprio Todorov ao afirmar que "o discurso científico exclui, em princípio, a referência à primeira e à segunda pessoas do verbo assim como o emprego de outros tempos além do presente".

Outro aspecto que pode servir de característico do discurso científico, embora não citado pelo autor, é sua datação e localização histórica, uma vez que o mesmo se reveste de ideologia e de um material lingüístico que é circunscrito, historicamente, à sociedade e ao pensamento ocidental. Por outro lado, o discurso

[54] Wittgentein também define o discurso a partir do "uso" que fazemos da língua. (1995)

científico utiliza de um código lingüístico construído a partir de uma ruptura com a linguagem comum. No entanto, essa ruptura é uma estratégia simulada, uma vez que o discurso científico é incapaz de operar sem recorrer à linguagem comum. Esta constatação já pode ser identificada por Bachelard (*apud* Bourdieu, 1998, p. 134), quando observa que a linguagem científica "coloca aspas para salientar que as palavras da linguagem comum ou da linguagem científica anterior que ainda se conservam são completamente redefinidas e derivam todo seu sentido do sistema de relações teóricas no qual estão inseridos". A respeito dessa ruptura da linguagem científica e a linguagem comum, o próprio Pierre Bourdieu, em seu texto *A economia das trocas lingüísticas* (1998), analisa a questão da seguinte maneira:

> O problema da linguagem se apresenta nas ciências sociais de modo peculiar, ao menos quando se admite que elas devem tender à mais ampla difusão de seus resultados, condição da "desfetichização" das relações sociais e da "reapropriação" do mundo social: o emprego de palavras da linguagem comum traz consigo o perigo da regressão ao sentido comum, correlato à perda do sentido imposto pela inserção no sistema das relações científicas; o recurso a neologismos ou a símbolos abstratos manifesta, ainda melhor do que meras "aspas", a ruptura como o senso comum, mas também corre o risco de produzir uma ruptura na comunicação da visão científica do mundo social.

Com a admissão da existência de discursos enquanto noção genérica com relação à de literatura, a questão principal dessa discussão, que de início cingia-se na indagação da existência de uma especificidade literária, passa por uma necessária reformulação frente à uma nova problemática: a da existência ou não de regras que sejam próprias a todas as instâncias da literatura. Desse modo, a objeção entre literatura e não-literatura cede lugar a uma "tipologia de discursos", contestando, assim, a existência de um "discurso literário homogêneo", e, consequentemente, a própria legitimidade de uma noção estrutural da literatura. É

[55] "Todo conhecimento científico se desdobra num universo de linguagem; aceitando provisoriamente a língua

diante de tais argumentos que Todorov (1980) proclama ser imperioso o reconhecimento de uma teoria do discurso e da análise de seus gêneros, substituindo a poética enquanto ciência direcionada aos aspectos estruturais da literatura.

Por outro lado, e até mesmo em observância à dialogia crítica que inspira o presente estudo, não se pode deixar de considerar que a construção lógica e estrutural sugerida por Todorov e outros autores na tentativa de esclarecer e delimitar a noção de literatura tem, em contrapartida, o inconveniente de tornar ao público em geral cada vez mais obscura a sua definição. Isto porque, apesar do esforço intelectual estar voltado ao esclarecimento de determinado conceito, a concorrência de definições diversas sobre a noção de literatura, em geral incompatíveis entre si, podem implicar, por conseqüência, em tornar mais confuso e difícil seu entendimento. Como já havia alertado Sartre (*apud* Perelman, 1997, p. 123), apesar dos esforços dos escritores em se diferenciarem dos demais, "suas obras, na mente dos leitores onde coexistiam, se contaminaram mutuamente", o que favorece a permanência da noção de literatura ante a pretensa formulação de um conceito unívoco sobre o que ela seria. Será, portanto, através do uso da linguagem literária que se poderá conceber a criação literária.

Por outro lado, ainda com relação à noção de discurso, e apesar desta não poder ser compreendida de forma dissociada ao uso que fazemos da língua, os aspectos voltados à intencionalidade do falante também são determinantes na análise do discurso. Não se pode analisar a problemática da fundação e constituição do discurso sem considerar os aspectos semióticos, ligados à intenção e finalidade do falante. Isto porque sendo o discurso direcionado ao "outro", ele terá sua própria

---

usual ou criando uma para seu uso, a Ciência requer necessariamente, como condição transcedental, um sistema lingüístico." (G. G. Granger, 1974, p. 133)

constituição definida em função desse "outro", que possui suas próprias regras de significação e validade. Segundo Habermas (1990, p. 118), "para que uma expressão lingüística tenha o mesmo significado para um sujeito, este tem que estar em condições de seguir uma regra junto com, pelo menos, um outro sujeito – regra essa que deve ser válida para ambos."

É o contexto de interação, determinado pelos signos[56] lingüísticos que o compõe, e a intenção do falante perante esse contexto, que irá determinar a constituição do discurso.[57] Como exemplo disso poderia ser utilizada a distinção entre os significados de "verdade" no sistema jurídico e no sistema acadêmico. Dessa maneira, pode-se afirmar que o discurso se constrói em função dos demais discursos com que dialoga (dialogismo), de modo que somente será possível uma classificação a partir de gêneros se determinado discurso for considerado perante outros discursos.

Considerando esses fatores, constata-se que todo discurso é desenvolvido considerando o auditório ao qual se destina, sendo, assim, condicionado por ele. É através do discurso, portanto, compreendido como um referencial lingüístico intersubjetivamente compartilhado, que será possível estabelecer um consenso, tornando possível a compreensão de alguma coisa. Daí se nota o nexo entre as noções de significado e validade.[58] Mas não se pode deixar de considerar que o

[56] "Um signo 'representa' algo *para* a idéia que provoca ou modifica. Ou assim – é um veículo que comunica à mente algo do exterior. O 'representado' é o seu objeto; o comunicado, a *significação*; a idéia que provoca, o seu *interpretante*. O objeto da representação é uma representação que a primeira representação interpreta." (Peirce, 1983, p. 93).

[57] "O mistério da palavra, assim como da narrativa, esconde-se tanto no autor como no leitor, da mesma forma que no texto e no contexto. Permitem muitos jogos de linguagem, podem ser colocadas em diferentes arranjos, desdobram-se em signos, ou ícones, índices e símbolos, como em um caleidoscópio sem fim" (Ianni, 1999, p. 17).

[58] "O orador, de posse de uma linguagem compreendida por seu auditório, só pode desenvolver sua argumentação conectando-a a teses admitidas pelos ouvintes, sem o que se arrisca a cometer uma petição de princípio. Daí resulta que qualquer argumentação depende, no tocante às suas premissas, como aliás a todo o seu desenvolvimento, do que é aceito, do que é reconhecido como verdadeiro, como normal e verossímil, como

poder de *representar* determinada realidade, impondo ao restante do grupo esse significado, encerra uma pretensão a uma autoridade simbólica. Em outros termos, para que uma representação sobre algo obtenha validade perante o grupo, é necessário que o representante esteja *autorizado* pelo grupo para falar em nome dele. O informe escrito por um indigianista não é aceito como uma etnografia, ou um informe *autorizado* pela comunidade de antropólogos, assim como uma petição subscrita por um rábula[59] não produz efeitos processuais válidos perante um juízo.

Sobre essa pretensão à autoridade simbólica, que confere legitimidade para que uma representação seja considerada válida, Pierre Bourdieu, ainda no texto *A economia das trocas lingüísticas*, expões alguns aspectos sobre a disputa que envolve a formulação de uma significação social:

> As diferentes estratégias, mais ou menos ritualizadas, da luta simbólica de todos os dias, assim como os grandes rituais coletivos de nomeação ou, melhor ainda, os enfrentamentos de visões e de previsões da luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social, ou seja, das divisões do mundo social. Em meio à luta para a imposição da visão legítima, na qual a própria ciência se encontra inevitavelmente engajada, os agentes detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo: a autoridade eu funda a eficácia performativa do discurso é um percipi, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um percipere, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum.

Fica claro, portanto, que a imensa diversidade dos auditórios faz com que os discursos sejam elaborados com vistas à objetivos variáveis, que determinam sua pragmática. Para que a argumentação seja eficaz, ela dependerá de sua adequação à linguagem comum utilizada no meio em que a comunicação se desenvolve, sem o que não haverá condições para o desenvolvimento regular de um diálogo. A

---

válido; com isso se arraiga no social, cuja caracterização dependerá da natureza do auditório." (Perelman, 1997, p. 305)

linguagem, nesse caso, é revelada pela tradição do meio em que a comunicação se desenvolve, podendo, assim, ser uma linguagem natural ou técnica, mas que deve ser uma linguagem comum aos membros de uma disciplina ou de uma profissão. Somente mediante um prévio conhecimento do que é considerado aceito e válido para o auditório relevante é que o discurso alcançará condições de eficácia.

Neste ponto, é possível se estabelecer um paralelo entre a noção de gênero do discurso e paradigma científico. Conforme já dito anteriormente, na concepção kuhniana a história da ciência se revela como uma reprodução de comunidades científicas auto-recrutadoras, normatizadas, competitivas, e historicamente localizadas e determinadas, e que ostentam, acima de tudo, uma linguagem comum. Os partidários de mesmo paradigma são, acima de tudo, partidários de um mesmo referencial lingüístico, onde a teoria compartilhada corresponderia, semioticamete, a um signo em comum.

2. 2. Os gêneros do discurso

A legitimidade do estudo dos gêneros está diretamente relacionada à questão do momento do aparecimento de um determinado gênero a par de todos os existentes. A origem de um gênero literário ocorre a partir de outros gêneros. Ainda com Todorov (p. 46), temos que “um novo gênero é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação”. Dessa maneira, compreende-se que um texto de hoje é resultado de um processo histórico de transformações de gêneros que favoreceram a concepção desse gênero atual. Até mesmo porque, Saussure (1991) já afirmava que:” o problema da origem da linguagem não é outro senão o de suas transformações”; como também

[59] Cf. o dicionário Larousse Cultural, rábula é o que “advoga sem ser diplomado”.

Humboldt (*apud* Todorov, *op. cit*.): “chamamos uma língua *original* apenas porque ignoramos os estados anteriores de seus elementos constitutivos”. Mas antes de se preocupar com a questão histórica sobre o que precedeu os gêneros no tempo, tem-se que o que mais se atrela aos anseios do presente trabalho é a indagação sobre os determinantes do nascimento de um gênero, e quais seriam – se é que elas existem – as formas que, prenunciando um novo gênero, ainda não o são.

Com efeito, os gêneros literários podem ser definidos, com o recurso à tautologia, como classes de textos: os gêneros são classes e o literário é o textual. Enquanto este é composto de frases, aquelas surgem da possibilidade de se encontrar propriedades comuns a dois ou mais textos. O interesse em se chamar de “gênero” o resultado de tal união é justificado por Todorov (*op. cit*., p. 47) partindo da atribuição dessa designação apenas às classes de textos que foram percebidas como tais no decorrer da história. Isto porque para esse autor o estudo dos gêneros passa antes pela existência histórica de classificação dos textos (taxonomia), assinalada pelo discurso sobre os gêneros (caráter metadiscursivo) bem como, de uma forma esporádica e indireta, nos próprios textos. Ou, numa perspectiva mais sistemática, os gêneros podem ser descritos tanto por meio de uma observação empírica como através de uma análise abstrata. De uma forma ou de outra, é a busca das propriedades que caracterizam os gêneros um dos objetivos dessa exposição.

> Numa sociedade, institucionaliza-se a recorrência a certas propriedades discursivas, e os textos individuais são produzidos e percebidos em relação à norma que esta codificação constitui. Um gênero, literário ou não, nada mais é do que essa codificação de propriedades discursivas.
> Tal definição exige, por sua vez, ser explicada quanto aos dois termos que a compõem: o de propriedade discursiva e o de codificação.
> ‘Propriedade discursiva’ é uma expressão que entendo em um sentido inclusivo. Todos sabem que, mesmo que se limite apenas aos gêneros literários, qualquer aspecto do discurso pode ser tornado obrigatório. A canção se opõe ao poema por aspectos fonéticos; o soneto é diferente da

> balada em sua fonologia; a tragédia opõe-se à comédia por elementos temáticos; a narrativa de suspense difere do romance policial clássico pelo agenciamento de sua intriga; enfim, a autobiografia se distingue do romance pelo fato de o autor pretender contar fatos e não constituir ficções (...) essas propriedades dependem quer do aspecto semântico do texto, quer de seu aspecto sintático (a relação das partes entre si), quer do pragmático (relação entre usuários), quer, enfim, do verbal (... para englobar tudo o que se refere à própria materialidade dos signos). (Todorov, p. 48-49).

A existência dos gêneros como instituição, revelando-se nesse aspecto como "horizontes de expectativa" para os leitores, e como "modelos de escritura" para os autores, está imbricada com a comunicação e a interação dos gêneros com a sociedade em que ocorrem os discursos. Será no âmbito da experiência histórica e cultural de determinada sociedade que propriedades discursivas particulares, correlacionadas com outros elementos culturais característicos dessa mesma sociedade, irão conferir predileção, ou até mesmo favorecer a própria constituição, de determinado gênero, a ponto de revelar em seu âmago aspectos constitutivos da sociedade em que está compreendido. Até mesmo porque, como escreve Todorov (p. 50): "o gênero é a codificação historicamente atestada de propriedades discursivas".

> Sendo o discurso teórico um género e uma forma de representação, ele está sujeito a convenções e a constrangimentos, como todas as formas de representação (Becker, 1986; Santos, 1995; Jameson, 1991; Lenoir, 1998; Jones e Galison, 1998): a selecção do que é incluído e do que é dito, com as consequentes exclusões e silêncios, a escala em que os fenómenos são representados, as limitações próprias da linguagem utilizada, do modo como se traduz ou simboliza na linguagem do *medium* a que se recorre e das convenções do género a que se faz referência aquilo que se pretende representar, as formas de "arrumar" ou organizar a representação, conferindo maior visibilidade a certos elementos do que a outros, a própria operação de interpretação, que acompanha a elaboração de representações em todas as suas fases. Estes constrangimentos estão ligados tanto às convenções genéricas a que se refere a operação de representação como ao *medium* através do qual a representação acede à existência e se torna um objecto material, comunicável e transmissível. Contudo, como sugeri noutro lado (Nunes, 1996a), sendo as convenções social e culturalmente construídas, é possível rearticular convenções associadas a diferentes géneros e a diferentes *media*, de forma a produzir objectos cognitivos ou estéticos híbridos e inovadores. A título de exemplo, veja-se a dinâmica da transposição metafórica e dos conceitos nómadas, hoje comum nas ciências da natureza. Mas esta dinámica tem outras implicações para além das

> especificamente cognitivas. Ela põe em causa a rigidez das fronteiras e dos territórios que separam o cognitivo do estético e do moral, a teoria da política, o conceito da metáfora, a descrição científica e a análise da narrativa. (Santos *et al*, 2002, p.311/312)

Entretanto, é importante ressaltar que se tem notado na *epistéme* contemporânea um movimento de suspeição na separação e classificação dos discursos por gêneros, uma vez que as inúmeras variações e combinações de discursos no decorrer histórico favorecem uma espécie de hibridização que tem dificultado o trabalho de classificação. No âmbito do pós-modernismo, Perry Anderson salienta em *As origens da pós-modernidade* (p.73) que houve uma conscientização de que as disciplinas anteriormente bem separadas "da crítica literária, da sociologia, da ciência política e da história começaram a perder os seus claros limites, cruzando-se em investigações híbridas e transversas que não mais podiam ser facilmente situadas num outro domínio". Tanto que esta hibridização pode ser notada também nesta dissertação, que traz em seu bojo um referencial teórico crítico voltado a questionamentos sobre aspectos situados nas fronteiras entre os discursos etnográficos, literários e vulgares.

Mas outro ponto que também merece atenção é que, na constituição do gênero por componentes de realidade histórica e realidade discursiva, a noção de estilo, enquanto categoria da poética em geral, ganha condições e possibilidades críticas e analíticas. O estilo pode tanto ser tratado numa perspectiva textual ao lado de outras categorias como modos, registros, formas ou maneiras, como também numa relação à história literária em sentido lato, como a noção de corrente, escola, movimento literário.

E verificado que a origem dos gêneros provém da codificação de propriedades discursivas ao longo da experiência histórica, captadas pelo "discurso metadiscursivo" (discurso sobre os gêneros), consiste na seara em que a questão

estilística se acha compreendida, resta a tarefa de expor, de uma forma mais específica ao objeto desta pesquisa, os fundamentos do que seria uma teoria ou filosofia do estilo.

2. 3. Prática científica e estilística

A análise da prática científica e do estilo de sua produção, enquanto fato humano representativo de um conhecimento científico, vincula-se ao contexto e às condições sociais que lhes conferem significação, ocultando uma verdadeira relação dialética entre forma e conteúdo.[60] O trabalho científico, considerado como uma certa maneira de relacionar a análise de conceitos, categorias e estruturas, suscitando uma forma e um conteúdo, somente é passível de sentido num contexto historicamente definido. Tal fato contribui para alimentar o preconceito para com os trabalhos produzidos no meio acadêmico, especialmente aqueles que resultam das ditas ciências do espírito, que operam mediante “representações” da realidade, subsistindo tão somente “formas” sem “matérias”. Daí decorrem as diversas modalidades que podem assumir a distinção e a valoração conferidas aos trabalhos manuais e aos trabalhos do espírito, conforme datados e localizados historicamente.

Ainda centrado nos aspectos associados às relações entre forma e conteúdo, é certo que, muito embora estes coexistam em todo o trabalho, a relevância conferida à estruturação formal e à aplicação prática se mostrará geralmente díspare, de modo que um aspecto sobressaia ao outro. É na determinação prática do individual que os dois aspectos se complementam, presos à intencionalidade do sujeito que realiza o trabalho.

Ora, o conhecimento científico, entendido como processo de conceitualização, consiste, em primeiro lugar, "em reduzir o que é experimentado na percepção como individual, isto é, no momento concreto vivido em tal situação," sendo que "todo um aspecto do pensamento laborioso orienta-se para a recuperação desse individual vivido. (…) A criação estética enquanto trabalho é, deste ponto de vista, uma das tentativas humanas para superar a impossibilidade de uma apreensão teórica do individual". Calcado em tais premissas, Gilles Gaston Granger (1974, p 17) se propõe a elaborar uma espécie de filosofia do estilo, que poderia ser entendida como uma "modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho e que se apresenta necessariamente em todas as formas de prática" .

Contrapondo o individual frente às estruturas, Granger (1974) sustenta que estas deveriam ser interpretadas como rede de *referenciação informacional*, cujos elementos possuem valor "opositivo, relativo e negativo". Através das *redundâncias* e *sobredeterminações*[61] apresentadas na linguagem, desde que não apareçam distribuídas de forma totalmente aleatória, mas sim expressas de modo a revelar uma certa constância, torna-se possível a individualização da mensagem, apontando a existência de um estilo. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que o fato de que a redundância identificada em determinada mensagem atrela-se de tal forma a esta estruturação estilística que uma modificação da grade lingüística, reduzindo ou deslocando as redundâncias, afeta diretamente os elementos que conferem uma individuação à mensagem.

---

[60] "Em toda e qualquer forma literária, existe a escolha de um *etos*, por assim dizer, e é precisamente nisso que o escritor se individualiza claramente porque é nisso que ele se engaja. Língua e estilo são dados antecedentes a toda problemática da linguagem." (Barthes, 1974, p. 124)

[61] Roberto Cardoso de Oliveira adota a noção de estilo na concepção de Gilles-Gaston Granger, que a entende associada à noção de redundância. (2000, p. 113)

Nesse âmbito, a denominação de estilo proposta por G. G. Granger (1974) não é uma simples modalidade de expressão, ou um tipo determinado de simbolismo. Mas sim uma “categoria do pensamento formal puro, definindo um conceito de estilo como “uso do simbolismo” e da “relatividade dos sistemas simbólicos”.

> Os componentes de estilo de um sistema variam com o referencial, o ponto de aplicação de seu simbolismo. Seja, por exemplo, num domínio bastante simples, uma escrita considerada como transcrição de uma língua. Só há verdadeiramente estilo se se considerarem as relações da escrita com o representado que é a língua, fonológica ou fonética; manifestando a transcrição de uma estrutura de preferência à outra já é uma tomada de posição estilística. A redundância que esta escrita admite, seus equívocos, individuam seu uso em relação à língua considerada. (G.G. Granger, 1974, p. 19)

Com efeito, é através da prática que se pode identificar um estilo; e, por sua vez, o contato das estruturas numa situação vivida conduz ao seu aparecimento. Considerando que uma significação “é o que resulta da perspectiva de um fato no interior de uma totalidade, ilusória ou autêntica, provisória ou definitiva, mas, em todo caso, vivida como tal por uma consciência”, como sugere G. G. Granger (1974), o nascimento de determinado estilo é inseparável de uma significação.

Delineadas estas considerações prévias a respeito da estilística e de sua afetação à individualidade, cumpre-nos, neste momento, realizar o necessário contraponto entre estilo e prática científica. E a primeira incongruência apontada é a aparente antinomia que parece marcar os conceitos de estilo e ciência. Isto porque esta, voltada primordialmente à identificação do universal e do impessoal, sugere, de início, uma insuperável incompatibilidade com a essência marcadamente individualística do estilo. Conforme esse entendimento, e considerando que não há ciência puramente especulativa, e que o processo de estruturação depende necessariamente da atividade prática que se procura objetivar, o individual

apareceria como o “lado negativo das estruturas”. É então na pluralidade dos modos de estruturação possíveis que a meditação sobre o estilo se justifica.

Segundo Comte (*apud* Lepenies, 1996, p. 27), nas ciências “as questões de estilo eram irrelevantes”, até mesmo porque o estilo está diretamente ligado à individualidade, o que contrapõe a pretensão de generalidade própria do discurso científico.[62] A idéia de estilo seria afeta à literatura, não sendo concebível no âmbito científico. “O *labor-lineae* não era da alçada do cientista, mas sim do literato” (Lepenies, *op. cit.* p. 43). O cientista devia atenção ao método, de modo que a criatividade e o estilo do autor passou a não ter tanta relevância acadêmica. Ou como enfatiza Lepenies, *op cit*., p. 69), “o bom estilo de um autor não mais garantia qualquer inferência a respeito do conteúdo de verdade de suas idéias; o estilo era tão agradável e inútil quanto um ornamento”.

Ainda no âmbito da noção de estilo, em seu ensaio *O que é um Autor?*, Foucault faz uma reflexão crítica sobre a cambiante importância do autor na literatura e na ciência durante o decorrer histórico ocidental. Segundo Foucault, até o século XVII o texto científico tinha sua validade e legitimação associados ao autor e ao seu prestígio e autoridade intelectual:

> Estes textos que nós hoje chamaríamos científicos, os que lidam com a cosmologia e os céus, a medicina e as doenças, as ciências naturais e a geografia, eram aceitos na Idade Média como sendo “verdadeiros” somente quando estavam marcados com o nome do seu autor. (Foucault *apud* Rabinow, 1999, p. 48)

Por outro lado, tem-se que com relação à literatura a trajetória aparenta ter sido contrária, uma vez que na Idade Média os textos “literários” não tinham seu valor relacionado à pessoa do autor, como acontecia com os textos “científicos”.

[62] “Comte odiava os *littérateurs* que se serviam de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes.” (Lepenies, 1996, p. 32)

> Os textos que nós hoje chamamos de "literatura" (narrativas, estórias, épicos, tragédias, comédias) eram aceitos, postos em circulação e valorizados sem quaisquer questionamentos acerca da identidade de seus autores; seu anonimato não causava dificuldades, já que sua antigüidade, real ou imaginada, era considerada como uma garantia suficiente do seu status. (idem)

No entanto, é certo que quando a literatura, a partir do século XIX alcançou o *status* de atividade intelectual autônoma e delimitada, houve uma crescente valorização do autor nas produções literárias. Tanto que, na modernidade, o texto literário passou a ser reconhecido como tal através de uma avaliação não só do texto em si, mas também à fama e ao prestígio intelectual do seu autor no campo da literatura. Essa valorização do autor na produção textual permitia uma "democratização da imortalidade individual" que anteriormente só estava acessível aos príncipes e filósofos (Bauman, 1998, p. 200).

Contudo, nos primórdios de uma era pós-moderna, Bauman (*op. cit*.) ressalta que observadores como Roland Barthes, Michel Foucault, Jaques Derrida e Jean Baudrillard proclamam a "morte do autor". O anonimato dos milhões de textos que produzem e autoreproduzem na cultura contemporânea, evidenciam que o autor já não tem o seu "anterior monopólio de elaboração do significado e da interpretação. A originalidade da criação tem se mostrado cada vez mais difícil de ser alcançada. Com efeito, a produção textual foi essencialmente modificada pelo advento dos meios computadorizados de escrita, que desde então não é feita em processos manuscritos ou datilografados, mas numa interação com a tela do computador, como todos os recursos de recomposição, reordenação, reutilização, alteração, compilação, e supressão das palavras que compõe o texto. Zygmunt Bauman (*op. cit*.) chama a atenção para o fato de que a "escrita em computador extinguiu a outrora sagrada idéia da 'versão original' ".

Numa apreensão das implicações culturais propiciadas com o advento do que chamou de *Segunda Era dos Meios de Comunicação*, iniciada com o estabelecimento da Internet, Mark Poster (*apud* Bauman, *op. cit*., p. 201) afirma que as palavras e imagens "procriam com indecente rapidez, não arboreamente, (...) como numa fábrica centralizada, mas rizomicamente, em qualquer localização descentrada", de modo que o autores assumem funções cada vez mais anônimas nesse processo compreendido num espaço cibernético. Jean Baudrillard (*apud* Bauman, *op. cit*.) enfatizou em *The Illusion of the End* que esse meio interagem somente consigo mesmo, uma vez que os "signos expandem-se, eles concatenam-se e produzem a si mesmos, sempre um sobre o outro – de modo que não existe absolutamente nenhuma referência básica que possa sustentá-los".

Percebe-se, assim, como é relativa a autoridade do autor no decorrer histórico. A individualidade e o estilo do autor têm sua valorização determinada, portanto, não só pelo conteúdo da produção textual, dependendo também da classificação histórica e social que confere gênero ao texto. E, no caso da antropologia, a par da definição regionalística de estilos de antropologia proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), também torna-se possível cogitar que o próprio viés científico ou literário conferido pelo antropólogo ao seu texto possa ser considerado como um fator de estilo antropológico, não em uma perspectiva regional, mas textual. Afinal, como argumenta Bourdieu (p. 25) em *A economia das trocas lingüísticas*, o estilo, enquanto um "desvio individual em relação à norma lingüística", permite estabelecer "*distinções* entre *maneiras de dizer* diferentes", à medida em que "cada locutor transforma a língua comum num idioleto", de modo que a questão estilística encontra amplas condições de aplicação nas múltiplas formas de representação textual da antropologia.

3. A oposição entre as ciências sociais e a literatura

A concorrência entre a literatura e as ciências sociais pela primazia em oferecer a "orientação-chave" da sociedade vem sendo travada desde meados do século XIX, nos primórdios da sociologia. Com efeito, até o final do século XVIII não era possível estabelecer uma separação rigorosa entre o que seria considerado literário daquilo que seria considerado científico. A preocupação dominante estava, naquele momento histórico, voltada muito mais para a qualidade estilística da exposição, do que a pertinência de seu conteúdo.

De uma certa forma, era aceito com naturalidade que um representante da denominada "ciência natural" também se identificasse como um escritor, e vice-versa. Mostra clara disso é o fato de que Balzac, que se autodesignava *docteur es sciences sociales*, pretendia dar um outro título a sua obra *Comédie humaine*, que poderia ter sido entitulada de *Études sociales*. Afinal de contas, conforme aponta Lepenies (1996), "qual sociólogo poderia, na metade do século XIX, competir com as concepções analíticas desse romancista e de sua *science sociale* – sem falar de sua habilidade estilística?".

E é nesse ambiente de suspeição e concorrência com a literatura que a sociologia e a antropologia surgem enquanto disciplinas acadêmicas. Ciente da seriedade que essa rivalidade representava para as ciências sociais em sua busca de reconhecimento acadêmico, estas foram obrigadas a adotar, estrategicamente, uma postura de imitação das ciências naturais. Como afirma Lepenies (1996), a partir disso, a purificação das ciências sociais para alcançar e garantir o reconhecimento acadêmico passou a estar associada a um processo de

distanciamento das formas literárias, as quais “procedem de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador”.

Lepenies (1996) identificou essa situação precária da sociologia como uma espécie de “terceira cultura”, uma vez que a mesma estaria situada entre as ciências naturais, de um lado, e as ciências humanas e a literatura, de outro. No entanto, a estratégia adotada pela sociologia em aproximar-se das ciências da natureza para ofuscar a concorrência com a literatura acabou apresentando à disciplina um dilema que até hoje não foi completamente superado: se de um lado a sociologia pode somente imitar as ciências naturais, não podendo ser a ciência natural da sociedade, por outro lado, se renunciar essa orientação científica afeta às ciências naturais, estará reestabelecendo uma perigosa proximidade com a literatura.

Denota-se, portanto, que o surgimento das ciências sociais enquanto disciplina acadêmica foi determinado por uma verdadeira hesitação entre um enfoque racional e objetivo próprio das ciências da natureza, e uma visão sentimental e subjetiva típicas da literatura.

No entanto, essa mencionada hesitação somente pode ser justificada na especificidade daquele momento histórico, caracterizado pela proliferação de novas formas de escritura identificadas a um movimento moderno tendente a uma ruptura com as formas clássicas de escrituração, denominado por Roland Barthes em *O grau zero da escritura* (1974) de “escritura revolucionária”. A associação do termo “revolução” à escrita moderna deve-se, portanto, à expansão da inclinação social e política na consciência literária nos séculos XVIII e XIX, que favoreceu o aparecimento de um novo tipo de escritura, caracterizada pelo fato de seu autor não mais se revelar publicamente como escritor, mas acima de tudo como militante.

Nesse momento de redefinições políticas, econômicas e sociais, a multiplicação de escrituras implicou numa aproximação da literatura com outras linguagens que até então não se faziam presentes no discurso literário. Em princípio, a incorporação desses novos jargões não comprometiam a estrutura da literatura, até mesmo em função do sentido pitoresco como os mesmos eram apresentados.[63] Mas a tendência a um aproximação do real impunha uma linguagem descritiva às escrituras, implicando que aspectos anteriormente atribuídos à questões de forma passassem a ser relacionados à própria conduta do escritor perante a classe ou condição social que descreve.

> Assim, a Literatura começa a conhecer a sociedade como uma natureza cujos fenômenos poderia talvez reproduzir. Nesses momentos em que o escritor acompanha as linguagens realmente faladas, não mais a título pitoresco, mas como objetos essenciais que esgotam todo o conteúdo da sociedade, a escritura toma como lugar de seu reflexos a fala real dos homens; a literatura não é mais orgulho ou refúgio, começa a tornar-se um ato lúcido de informação, como se devesse primeiro aprender, reproduzindo-o, o pormenor da disparidade social; ela se propõe dar conta imediatamente, antes de qualquer outra mensagem, da situação dos homens murados na língua de sua classe, de sua região, de sua profissão, de sua hereditariedade ou de sua história. (Barthes, 1974, p. 163)

Inicia-se, portanto, nesse momento, a formação de uma consciência literária sobre a postura performativa do escritor. Pela primeira vez, como argumenta Roland Barthes (*op. cit*., 164), "não é a escritura que é literária; expulsa-se a Literatura da Forma: ela já não é mais do que uma categoria. (...) a Literatura se reduz abertamente a uma problemática da linguagem". Como que num novo humanismo provocado pela suspeição que atingiu a literatura moderna, o escritor despe-se de sua "autoridade" assegurada pela forma, e se insere na sociedade numa verdadeira "reconciliação do verbo do escritor com o verbo dos homens" (Barthes, *op. cit.,* p. 164). A literatura assume, assim, independentemente da escola literária, uma

[63] "Balzac, Süe, Monnier, Hugo comprazeram-se em restituir algumas formas bem aberrantes de pronúncia e do

posição absolutamente realista. “Ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” (Barthes, 1989, p. 18).

Esse revigoramento da literatura propiciado pela postura performativa que passou a ser adotada pelos escritores incitou a oposição histórica entre a literatura e as ciências sociais. De forma sintomática, Lepenies (*op. cit*., p. 90) aponta que “a ciência cada vez mais se afastara da realidade, enquanto a literatura cada vez mais adquirira conteúdo empírico”.

Mas, por outro lado, a aproximação da literatura às questões sociais contingentes também impôs limitações à própria literatura. Tanto que Barthes (1974) aponta para a impossibilidade de uma obra-prima moderna[64] ante a contradição da condição do escritor, que se vê preso, de um lado, ao mito literário caracterizado pela forma, alheia aos processos históricos; e de outro lado, embora sensível aos constrangimentos impostos pela forma, e tendente a conferir uma perspectiva viva e nova à escritura, também se vê limitado pelo fato de dispor somente de uma linguagem. Ainda em *O grau zero da escritura,* Barthes (p. 166) escreve sobre a condição do escritor moderno frente a essa problemática da escritura:

> A história coloca-lhe entre os dedos um instrumento decorativo e comprometedor, uma escritura que ele herdou de uma História anterior e diferente, pela qual não é responsável, mas que é a única que possa ser usada. Assim nasce um trágico da escritura, de vez que o escritor consciente deve, daí por diante, debater-se contra os signos ancestrais e todos-poderosos que, do fundo de um passado estranho, lhe impõe a Literatura como um ritual, não como uma reconciliação.

E nesse ponto já se torna possível perceber que, tanto para as ciências sociais como para a literatura, os aspectos formais e significantes passam a ser determinantes não só para definir e disciplinar o que é ou não considerado legítimo

---

vocabulário: gíria de ladrões, patuá camponês, jargão alemão, linguagem de porteiros.” (Barthes, 1974, p. 162)

ou válido para cada um desses saberes, mas também para estabelecer os próprios limites que os separam.

No caso da literatura, durante muito tempo não se concebia que ela pudesse ser objeto de análise como qualquer outra linguagem. Não havia por parte da literatura uma atividade reflexiva sobre si mesma. Na expressão de Barthes (1970, p. 28), a literatura passou a mostrar uma face dupla: "ao mesmo tempo objeto e olhar sobre esse objeto, fala e fala dessa fala, literatura-objeto e metaliteratura". E a partir dessa consciência dicotômica, a metalinguagem passou a exercer simultaneamente uma função desconstrutiva sobre a linguagem-objeto da literatura sem se destruir como metalinguagem, assim como a própria metalinguagem passou a ser definida, em última instância, como uma atividade de construção de uma nova linguagem-objeto.[65]

Em outros termos, o poeta, o romancista e o escritor em geral se ocupam de objetos e fenômenos exteriores e anteriores à linguagem. A literatura não é nada mais do que a atividade de falar sobre o mundo. Já o objeto da crítica é diferente, uma vez que o objeto não é o mundo, mas o discurso sobre o mundo; ou ainda o próprio discurso passa a ser o "mundo". Conforme ensina Barthes em *Crítica e verdade* (p. 160): "a crítica é discurso sobre um discurso; é uma linguagem *segunda* ou *metalinguagem* (como diriam os lógicos), que se exerce sobre uma linguagem primeira (ou linguagem-objeto)." Em conseqüência disso, o papel da crítica não é de maneira alguma descobrir verdades, mas somente validades.

---

[64] É possível correlacionar esse entendimento de Barthes à consideração sobre os textos pós-modernos feita por Jameson (2002, p. 20), segundo o qual estes não passariam de "algo que é, em primeiro lugar, um texto –, uma categoria pós-moderna e um fenômeno que substitui o mais antigo, o de "obra".

[65] Sobre a relação entre a semiologia e a ciência Barthes (1989, p. 38) escreve que: "é preciso sugerir-lhes que é por um abuso epistemológico que começa precisamente a desmoronar, que identificamos metalinguagem e ciência, como se uma fosse a condição obrigatória da outra, quando a primeira não é mais do que o signo histórico da segunda, portanto refutável; já é talvez tempo de distinguir a metalingüística, que é uma marca como qualquer outra, do científico, cujos critérios estão alhures (talvez, seja dito de passagem, o que é propriamente científico seja destruir a ciência que precede)."

> Pode-se dizer que a tarefa da crítica (esta é a garantia de sua universalidade) é puramente formal; não consiste em “descobrir”, na obra ou no autor observados, alguma coisa de “escondido”, de “profundo”, de “secreto”, que teria passado despercebida até então (por que milagre? somos nós mais perspicazes do que nossos predecessores?), mas sòmente em *ajustar*, como um bom marceneiro que aproxima apalpando “inteligentemente” duas peças de um móvel complicado, a linguagem lhe fornece sua época (existencialismo, marxismo, psicanálise) à linguagem, isto é, ao sistema formal de constrangimentos lógicos elaborados pelo próprio autor segundo sua própria época. A “prova” de uma crítica não é de ordem “alética” (não depende da verdade), pois o discurso crítico – como aliás o discurso lógico – nunca é mais que tautológico: êle consiste finalmente em dizer com atraso, mas colocando-se inteiramente nesse atraso, que por isso mesmo não é insignificante. (Barthes, 1970, p. 161-162)

A preocupação crítica de Barthes em relação à linguagem é justificada pela sujeição do sujeito à linguagem, e todas as coações estruturais e históricas que esta lhe impõe, implicando uma fatal relação de poder e alienação. Esta relação de poder se expressa no fato do sujeito não poder falar sem que necessariamente tenha que recorrer aos signos que se “arrastam” na língua.

E, para Barthes, em sua *Aula*, (1989, p. 16) a literatura seria exatamente uma forma de expressão libertária, que permite romper com os constrangimentos impostos pela língua. “Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*” (Barthes, *op. cit*). O que se entende por literatura, portanto, não é “um corpo ou uma seqüência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever” (Barthes, *op. cit*.).

Diante de tais considerações, é possível correlacionar neste ponto que os constrangimentos impostos ao sujeito por fatores estruturais, históricos e significantes da linguagem, se assemelham aos constrangimentos impostos ao cientista social também por fatores estruturais, históricos e significantes do paradigma. Ora, as ciências sociais se encontram assentadas em bases

epistemológicas e metodológicas assim como a linguagem se constitui sobre aspectos semânticos e semióticos, uma vez que, no extremo, literatura e ciência se revelam sob a forma de discursos forjados em textos produzidos a partir de contextos históricos específicos. De modo que ao se propor uma análise sobre a linguagem institucional não se pode esquecer que “a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora, como bem o demonstra concretamente o cetro (*skeptron*) que se oferece ao orador que vai tomar a palavra na obra de Homero” (Bourdieu, 1998, p. 87). Com o que se denota que a força ilocucionária de determinado discurso, seja ele científico, literário ou vulgar (este último, como já dito no texto, identificado ao senso comum), é garantida pela posição social ocupada pelo falante perante determinado contexto social que lhe confere a condição de “porta-voz autorizado”. Não se pode, portanto, procurar evidenciar as diferenças entre as eficácias simbólicas dos discursos científicos, literários e vulgares somente através do exame das propriedades lingüísticas que compõem cada uma dessas linguagens, mas sim em “estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (Bourdieu, *op. cit*., p. 89). Daí o cabimento da epígrafe deste capítulo para ilustrar a reflexividade metacrítica que aqui se propõe: a relatividade da oposição das ciências sociais às letras, que um dia, segundo Barthes (*op. cit*), pode ser considerada como um “mito histórico”.

4. Considerações sobre o capítulo

Tem-se, portanto, que os traços característicos da oposição histórica entre as ciências sociais como um todo e a literatura consistem, sintomaticamente, em variantes dos questionamentos epistemológicos e metodológicos que matizam a

antropologia em sua construção histórica, os quais sempre ficaram circunscritos à problemática da distinção entre o processo de pesquisa (linguagem-objeto) e a crítica sobre a forma de exposição dos seus resultados (metalinguagem). De um lado, a pretensão de conferir aspectos de cientificidade à antropologia, o que impõe uma rigorosa adequação aos pressupostos epistemológicos e dogmáticos voltados à objetividade e universalidade, que acarretam um empobrecimento da representação etnográfica, e de outro lado, a opção pelo aspecto libertário, incondicionado, único, que enaltece a singularidade da condição humana, o que implicaria, no plano epistemológico, numa reaproximação com a literatura.

Entretanto, é importante ressaltar que não se trata de uma proposta onde haja uma valorização da literatura em detrimento da antropologia ou das ciências sociais, mas sim buscar a superação de uma "demagogia acadêmica" decorrente do fato de que, embora sob o "manto da cientificidade", os cientistas sociais, quando em ação, ajam de forma sistematicamente diversa dos preceitos estabelecidos pela epistemologia, e que, mesmo com tais transgressões, geralmente admitidas como toleráveis desvios metodológicos ou puro despreparo intelectual do pesquisador, suas pesquisas sejam aceitas como científicas.[66]

É certo que a prática de pesquisa representada no texto, para ser considerada científica, deve seguir obediência estrita aos determinantes epistemológicos. Caso contrário, corre-se o risco de se deparar com uma forma

[66] Discorrendo sobre as duras críticas que Péguy impingia contra a escola de sociologia moldada pelo ideal de cientificidade que Durkheim instituía na Nova Sorbone francesa, Lepenies (*op. cit.*, 73) aponta de forma contundente que: "A disciplina era cheia de pretensões, mas pobre em resultados, pois os sociólogos acreditavam que bastava ser sociólogo para compreender as sociedades humanas – como se bastasse simplesmente vestir um uniforme para ser corajoso. Era terrível a algaravia dos sociólogos, que aos poucos penetrava na linguagem cotidiana; esses sociólogos consideravam burros aqueles que não houvessem estudado sua pseudodisciplina. Os chamados "métodos" dos sociólogos eram sua grande fraude, pois ainda não tinham levado a um único resultado demonstrável. Não passavam de puros produtos da fantasia, inventados por uma propaganda sociológica para convencer jovens estudantes da burguesia de que se podia conseguir algo sem trabalhar. Além disso, a sociologia fracassou na própria pretensão de analisar a sociedade do presente. Como podia essa pretensão ser bem-sucedida, se se tentava reduzir tanto o direito romano como a cultura clássica e a vida social francesa a totem e tabu?"

"híbrida", que não é nem científica nem literária.[67] Não que uma pesquisa assim deva ser desprezada ou ridicularizada, mas que venha revestida de uma consciência de sua natureza libertária ou vinculada aos seus determinantes lingüísticos, pragmáticos ou epistemológicos.

Tais considerações voltam-se para a necessidade de uma mudança de postura do pesquisador não só perante o seu objeto de pesquisa, mas principalmente nas formas de representação desse conhecimento. A idéia central consiste, portanto, em recuperar a tradição e a vocação humanística que sempre identificou a antropologia. Ou, como argumenta Barthes (1989, p. 21):

> O paradigma que aqui proponho não segue a partilha das funções; não visa a colocar de um lado os cientistas, os pesquisadores, e de outro os escritores, os ensaístas; ele sugere, pelo contrário, que a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor (*saber* e *sabor* têm, em latim, a mesma etimologia).

Mas para alcançar uma realização plena de tal proposta, faz-se necessário, no entanto, uma prévia desconstrução que viabilize uma ruptura epistemológica dos pressupostos cientificistas que condicionam, e que, conseqüentemente, acarretam um empobrecimento da representação antropológica. Com efeito, a pretensão de observância estrita a uma linguagem própria e específica, que numa perspectiva topológica representa uma "delimitação de fronteiras", onde a antropologia deveria se "situar" na hermética divisão disciplinar das ciências, retira ou restringe a vocação humanística e ambivalente da antropologia. E constatada, assim, a falência dos esforços em conferir cientificidade à antropologia mediante o recurso a métodos racionais, lógicos e objetivos, que estariam a possibilitar o acesso a verdades

---

[67] "As primeiras publicações de Durkheim foram criticadas em termos aniquiladores justamente por socialistas como Charles Andler e Lucien Herr, que se negavam a reconhecer como científica uma ciências na qual se

universais por meio de uma linguagem unívoca, livre de retóricas persuasivas, reassumir, enfim, sua postura humanística usurpada pela literatura.[68]

Interessante notar, já num esforço metareflexivo, que algumas das propostas de autores pós-modernos são tradicionalmente associados e afetos à literatura, como é o caso da polifonia de Dostoiévski por exemplo, o que torna ainda mais obscura a fronteira disciplinar entre a antropologia e literatura. Até mesmo porque é nesta última que se encontram tradicional e historicamente situadas descrições subjetivas, metafóricas, alegóricas, sentimentais e polifônicas sobre a experiência no contato com o "outro".

Sendo assim, evidenciada em síntese nessa perspectiva metalingüística a inegável proximidade entre a ciências sociais e a literatura, torna-se lícito questionar quais são os recursos lingüísticos e os dispositivos de inscrição utilizados pelo cientista social (*in casu* o antropólogo) para conferir validade e autoridade às suas descrições, tornando-as, assim, técnicas, e axiologicamente superior às descrições literárias e vulgares.

misturavam estatísticas, relatos de viagens, manuais de Segunda categoria e pretensas observações, e na qual não havia qualquer avaliação precisa das fontes utilizadas." (Lepenies, 1996, p. 80)

[68] "Os sociólogos jogaram fora os instrumentos de uma formação literária sem por outro lado ter qualquer possibilidade de alcançar a exatidão das ciências naturais; pretenderam compreender o homem e sua sociedade, mas apenas conseguiram enganar a si mesmos." (Lepenies, 1996, p. 75)

CAPÍTULO IV

A ANTROPOLOGIA DA ANTROPOLOGIA: A ETNOGRAFIA E SUAS FICÇÕES PERSUASIVAS

Os antropólogos têm experimentado formas de escrita, quer soubessem ou não.
James Clifford

1. A antropologia da antropologia brasileira

É certo que a intensificação das atividades de pesquisa experimentadas no Brasil, especialmente a partir da criação dos programas de pós-graduação nos anos 60, conferiu um amadurecimento à disciplina caracterizado, principalmente, pela maior reflexão teórica e crítica sobre as múltiplas influências dos maiores "centros" de antropologia da Europa e dos Estados Unidos, e que prenunciavam, como já suscitado acima, uma crescente tensão entre os paradigmas que compõem a disciplina. Com efeito, a "era da pós-graduação"[69] possibilitou uma passagem do autodidatismo que caracterizava as pesquisas antropológicas realizadas até aquele período, para uma fase de crescente institucionalização.

Note-se que até então a antropologia estava restrita a pequenos grupos como o do Museu Nacional no Rio de Janeiro, USP e Escola de Sociologia e Política de São Paulo, apresentando um desenvolvimento atrelado às orientações e perspectivas presentes na sociologia, favorecendo, assim, uma abordagem interdisciplinar nas pesquisas. Fato ilustrativo desse desenvolvimento comum entre a

[69] Rubim, 1996, p. 319.

antropologia e a sociologia é a existência do que se convencionou denominar de "Escola de Sociologia Paulista", sem que houvesse, representativamente, uma semelhante "Escola Antropológica Paulista" [70].

Dessa forma, é a partir da implantação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social, com a definição de um espaço temático e identidade própria, que a antropologia brasileira passou a revelar e a sedimentar um fazer antropológico peculiar quando comparado à antropologia praticada em outros países. A supervalorização da observação participante malinowskiana e a recorrência a uma temática de pesquisa relacionada à especificidade do contexto social local – que no caso brasileiro, situa-se numa conjuntura de repressão política, subdesenvolvimento, exclusão social e outros – identificam a antropologia feita no Brasil. Levantamentos bibliográficos realizados em pesquisas voltadas para uma análise sobre os rumos que a disciplina vem tomando apontam que a história da antropologia no Brasil vem sendo marcada principalmente pelo predomínio de duas tradições que servem de verdadeiro matiz na identidade da antropologia brasileira: a da Etnologia Indígena e a Antropologia da Sociedade Nacional. Roberto Cardoso de Oliveira (2000) destaca o fato de que a antropologia no Brasil sempre primou por definir-se em função de seu objeto, que particularmente se definia pelo estudo de índios e negros, ou até mesmo os brancos enquanto pertencentes a grupos étnicos minoritários ou segmentos desfavorecidos da sociedade nacional.

[70] Segundo Egon Schaden: "Nunca chegou a esboçar-se, felizmente, na Universidade de São Paulo, algo que pudesse denominar-se 'escola antropológica paulista'. Por sorte, os interesses foram sempre variados, com tendência crescente para estudos interdisciplinares. Desde cedo se acentou, entretanto, a perspectiva sociológica, por influência, principalmente, de Claude Lévi-Strauss, que, vindo em 1935, era oficialmente professor de sociologia. Não tardou a ser fascinado pelos temas antropológicos, para os quais acabou convergindo quase todo o seu ensino. Por esse e outros antecedentes, continua a antropologia em São Paulo como conjunto de disciplinas vinculadas predominantemente, pelo menos de forma indireta, a estudos sociais e políticos." (*apud* Rubim, 1996, p. 320)

> Isso significa que o que se poderia chamar de *modo de conhecimento* – que deveria marcar a natureza do saber antropológico – ficou historicamente subordinado à natureza dos objetos reais (quer seja o índio, o negro ou o branco) com todos os equívocos que posições deste teor geram no desenvolvimento da disciplina. E em razão dessa mesma preponderância do objeto real sobre objetos teoricamente constituídos, surgiram duas tradições no campo da Antropologia Brasileira, ordenando a divisão do trabalho seja na academia, seja nas atividades profissionais não-universitárias. (Cardoso de Oliveira, 1988, p 111).

Contudo, se num primeiro momento do desenvolvimento das ciências sociais a orientação predominante voltava-se à compreensão do que seria o Brasil, nesse período as investigações passaram a se concentrar em questões pontuais, num esforço não só de compreensão, mas também no sentido de buscar soluções para os problemas abordados.

Nessa guinada acadêmica houve uma influência de um marxismo ortodoxo onde jovens autores apontavam para a existência de processos de exclusão e alienação na conformação da estrutura social e política brasileira, sendo que essa tendência contribuiu para uma redução da amplitude dos temas de pesquisa. Isto porque, muito embora num primeiro momento tenha sido constatado um engajamento dos cientistas sociais nos estudos das classes e grupos étnicos menos favorecidos[71], tem-se que, aos poucos, foi se verificando que as questões abordadas se mantinham praticamente as mesmas, limitando as possibilidades analíticas oferecidas pelas técnicas de pesquisa – que aliás também vinham sendo utilizadas muitas vezes mediante uma aplicação exclusiva de determinado tipo de coleta de dados.[72]

[71] A etnografia de Ramalho (1979), tomada nesta dissertação como representativa do discurso antropológico se encontra inserida nesse momento histórico do desenvolvimento da disciplina no Brasil.

[72] Entretanto, conforme ressalta Maria Isaura Pereira de Queiroz, "não quer isto dizer que toda a produção científica permanecesse inexoravelmente marcada por tais maneiras de agir; a ampliação dos campos abordados continuou a se operar, porém a massa dos pesquisadores tendia a seguir os rumos mais em voga. A fundação de entidades destinadas a fornecer as verbas de pesquisa pode ter influído também nas direções tomadas, exercendo

Se por um lado as observações acima apontem para a existência no Brasil daquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (2000) denomina de "antropologia periférica", é de se destacar também a possibilidade de um regionalismo institucional acadêmico que revele diversos estilos antropológicos dentro de um mesmo contexto nacional. Com efeito, o problema do surgimento de regionalismos, ou mais especificamente, de estilos antropológicos, vem sendo constatado por diversos autores de distintas tradições intelectuais.

> Há algo curioso na antropologia: ao mesmo tempo em que se vangloria de ter uma das tradições mais sólidas entre as ciências sociais – na qual se reconhecem cronologicamente os mesmos autores 'clássicos' quer se esteja no Brasil, nos Estados Unidos, na Índia ou na Inglaterra –, a disciplina abriga estilos bastante diferenciados, na medida em que fatores como contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sócio-histórico e até personalidade do pesquisador e ethos dos pesquisadores influenciam o resultado obtido. Essa característica, ao mesmo tempo que pode ser apropriada positivamente como um dos aspectos mais ricos e complexos da disciplina, por outro lado oferece o perigo de, não respeitado o equilíbrio sutil entre teoria e pesquisa, resvalar para uma situação na qual existam tantas antropologias quanto antropólogos. (Peirano *apud* Rubim, 1996, p. 321).

No entanto, a constatação do desenvolvimento de antropologias singulares em determinados países ou regiões globais sem o comprometimento de sua vocação universalista, dada a já mencionada garantia que lhe é conferida pela matriz disciplinar, sugere, ante o particularismo dispare dessa atualização da disciplina, a existência de *estilos* de antropologia.

Nesse âmbito, para uma compreensão da noção de estilo de antropologia, o conceito de *matriz disciplinar*, que na concepção kuhniana é definido como uma articulação harmônica de um conjunto de paradigmas num campo de tensão epistêmica, é fundamental. Isto porque somente partindo de uma premissa metodológica de inalterabilidade de uma matriz disciplinar, ante a tensão

---

uma espécie de barreira para tudo quanto parecesse fora das linhas estimadas como válidas ou que pudesse ser taxado de demasiadamente arrojado." (1992, p. 401)

paradigmática que abriga em suas estruturas, é que se tornará possível admitir a idéia do aparecimento e desenvolvimento de antropologias singulares.

Em outras palavras, muito embora os paradigmas estejam voltados para caminhos distintos, a estrutura disciplinar permanecerá inalterada desde que um paradigma não supere o outro. Ou, como diria Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 113), “as vicissitudes da matriz, vista na ordem planetária da disciplina, afetariam mais a sua dinâmica interna – portanto, gerando mudanças *na* matriz – do que determinando mudanças em sua estrutura – isto é, mudança *da* matriz”. Portanto, o reconhecimento dessa tensão epistêmica compreendida numa co-atividade entre os paradigmas estruturalista levi-straussiano, estrutural-funcionalista de inspiração britânica, o culturalista norte-americano e o interpretativista geertziano, sugere um “equilíbrio poli-paradigmático”. (Stocking Jr. *apud* Cardoso de Oliveira, 2000, p. 59)

E é diante desse quadro de contextualização sintética da situação atual da antropologia que é revelado o caráter extremamente dinâmico e cambiante da disciplina, que se redefine a todo o momento. E nesse aspecto, considerando ainda o entendimento de Geertz (2001, p. 86) de que “uma das vantagens da antropologia como empreitada acadêmica é que ninguém, nem mesmo os que a praticam, sabe exatamente o que ela é”, torna-se legítimo e necessário um esforço intelectual voltado a uma antropologia da antropologia, tal qual o realizado, dentre outros de não menor renome, pelas antropólogas Mariza Peirano (1986, 1991, 1992 e 1994), Mariza Corrêa, Christina de Rezende Rubim (1994 e 1999).

A presença da idéia-valor da observação participante que norteia o trabalho antropológico, como o próprio objeto em si – no caso a própria antropologia –, asseguram o caráter efetivamente antropológico dessas pesquisas. Até mesmo porque, ainda como diria Geertz (1989, 1997 e 1999), os antropólogos, enquanto

membros de uma comunidade profissional passível de localização histórica e geográfica, podem ser considerados “nativos”, sendo portanto suscetíveis de uma apreensão etnográfica.

2. O “etnógrafo de etnógrafos”: o “outro” enquanto a representação antropológica do “outro”

A partir das breves considerações delineadas no tópico anterior, foi possível notar que essa antropologia da antropologia brasileira tinha suas preocupações voltadas a comunidade de antropólogos definida principalmente em função de seu objeto (estudo de índios e negros, ou até mesmo os brancos enquanto pertencentes a grupos étnicos minoritários ou segmentos desfavorecidos da sociedade nacional). E, dessa maneira, o enfoque desses “etnógrafos de etnógrafos” estava circunscrito aos aspectos da linguagem-objeto da antropologia nacional, ou seja, sobre o que ela “fala”. De modo que somente num segundo momento do desenvolvimento dessa antropologia da antropologia é que se passou a eleger como objeto de pesquisa a linguagem ou discurso antropológico em si, assumindo, assim, um caráter meta-antropológico. Os questionamentos dos pesquisadores passaram, portanto, a ser direcionados não somente sobre “o que a antropologia fala”, mas também sobre “como ou de que modo a antropologia fala”.

Como já apontado, de forma mais detida, em capítulo próprio, essas questões vêm constituindo uma temática recorrente na chamada “antropologia pós-moderna”, ou “antropologia interpretativa” como preferem outros, que tem na proposta de uma análise crítica que favoreça uma reflexão sistemática do texto etnográfico seu principal viés, cujo conteúdo é fortemente impregnado pela “guinada lingüística” ou

linguistics turn desencadeada e compreendida na literatura filosófica identificada ao pós-modernismo.

Mas enquanto todos os representantes dessa antropologia pós-moderna ou interpretativa são antropólogos praticantes, James Clifford "criou e ocupou o papel de escriba ex-ofício dos nossos rabiscos" (Rabinow, 1999, p. 81). A diferença no trabalho de Clifford em relação ao trabalho de Geertz e outros antropólogos interpretativos consiste no fato de que enquanto estes autores ainda direcionam seus esforços no sentido de reinventar uma ciência antropológica através de inovações textuais na representação social do "outro", Clifford tem como seu "outro" a representação antropológica do "outro". Como aponta Rabinow (1999, p. 81), "Clifford toma como seus nativos e informantes aqueles antropólogos do passado e do presente cujo trabalho, conscientemente ou não, tem sido a produção de textos, a escrita de etnografias".

No entanto, esta nova especialidade da antropologia, cuja proposta consiste numa mudança desconstrutivista-semiótica[73], ainda se encontra em processo de definição, de modo que é prematuro avaliar sua importância ao desenvolvimento da disciplina. Mas é possível, desde logo, afirmar que a antropologia, assim como as demais ciências sociais, carece de uma maior consciência sobre seu modo de operação textual. Neste ponto, já tem sido apontado em vários trabalhos meta antropológicos que os antropólogos escrevem utilizando convenções próprias da literatura, como a narrativa, o ensaio e a crônica. É a partir dessas constatações sobre o estilo e retórica da construção etnográfica que torna-se legítimo questionar o porquê do antropólogo não utilizar formas mais imaginativas de escrever.[74]

[73] Paul Rabinow, 1999.

[74] A literatura assume muitos saberes. Num romance como Robinson Crusoé, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (Robinson passa da natureza à cultura). Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa,

Nesse âmbito, alguns antropólogos brasileiros passaram a estudar a linguagem antropológica expressa no discurso etnográfico, sendo que dentre essas pesquisas meta antropológicas, é possível constatar propostas de abordagem correlatas à da presente dissertação. Dentre esses estudos, podemos destacar o desenvolvido por Valter Sinder (2004), da *Pontifícia Univesidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ* e da *Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ*, cujo resumo foi publicado nos anais da *24ª Reunião Brasileira de Antropologia*, como integrante do *Grupo de Trabalho Antropologia e suas Linguagens*, sob o título *Narrativa antropológica e narrativa literária*[75].

Outros estudos nessa linha que merecem nota são os artigos publicados por pesquisadores da *UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro* na obra *Ensaio e crônica*.[76] Em artigo entitulado de *A crônica antropológica: literatura e ciência,* a antropóloga Fátima Quintas (2004) resume seu objeto de pesquisa enfatizando que sua intenção "é cruzar a ciência com a literatura, selando caminhos flexíveis que venham a harmonizar a linguagem literária com a exposição de um conhecimento social abrangente". Nesse mesmo compêndio publicado pela *UERJ*, o artigo *Autoria, autoridade e a construção da etnografia: notas marginais a um debate da antropologia*, de Leonardo Castro (2004), também se acha inserido no âmbito da antropologia onde "são postos em questão os modelos clássicos de relatos antropológicos, evidenciando-se as estratégias retóricas de construção da

é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário. (...) a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta (...). A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa." (Barthes, 1989, p. 18-19)

[75] "O objetivo deste trabalho é refletir sobre as relações entre a narrativa antropológica e a narrativa literária. Isto será realizado a partir da discussão de diferentes autores que assinalam múltiplas interações entre a estrutura social e a estrutura da linguagem. A natureza interpretativa do trabalho de campo; a analise da etnografia como texto e as relações de poder internas às relações de campo são os principais focos deste trabalho. Em nome de

etnografia". De se destacar ainda os artigos do antropólogo Isidoro M. Alves (2004), publicado sob o título *A ensaística e o trabalho científico*, onde esse pesquisador discute "o 'modo ensaístico' de produção de texto científico como possibilidade criadora, comparando-o a outras formas narrativas e às quais podem-se seguir os mesmos procedimentos literários de análise", e do pesquisador Luiz Felipe Baêta Neves, que mostra como Gilberto Freire "é um permanente (re)leitor de seus próprios textos", e que "o ensaísmo, característico de sua obra, foi duramente atacado, em certo período, e teve que ser defendido, também pelo uso da retórica pelo autor".

Finalmente, pôde-se constatar da exposição acima que a proposta da presente pesquisa consiste, basicamente, em analisar a linguagem do antropólogo (metalinguagem) na *praxis* do processo de produção etnográfica[77], procurando identificar os recursos ou estratégias retóricas consciente ou inconscientemente utilizadas para conferir validade e autoridade à representação lógica e escrita da realidade observada, que conferem à etnografia um *status* axiologicamente superior em relação aos textos literários e vulgares.

Para uma tal empreitada intelectual será tomado como pressuposto metodológico um ceticismo epistemológico em relação ao modelo etnográfico clássico ou tradicional, caracterizado pela narrativa lógica, monofônica, objetiva e atemporal na descrição do "outro", e que estariam a conferir autoridade e legitimidade ao informe etnográfico. Tudo com o escopo de demonstrar que, apesar da pretensão de objetividade, o texto resultante da experiência etnográfica é

---

uma escrita da verdade observa-se a presença em diversos trabalhos etnográficos de estratégias discursivas próprias ao discurso ficcional." (Valter Singer, 2004)

[76] www2.uerj.br/~fcs/publicaçoes/logos13_online.pdf, em 21.07.2004.

[77] "Clifford toma como seus nativos e informantes aqueles antropólogos do passado e do presente cujo trabalho, conscientemente ou não, tem sido a produção de textos, a escrita de etnografias. Estamos sendo observados e inscritos." (Rabinow, 1999, p. 81)

impregnado de estratégias retóricas destinadas a um auditório específico, visando convencer os leitores (interpares e público em geral) tanto sobre a autoridade do autor, como da validade e da veracidade daquilo que foi escrito.

> A condição de "estar lá" – o *being there* de que nos fala Geertz – é, por diversas razões, das quais essa é apenas uma, essencialmente crítica. O "estar lá" gera, por outro lado, uma autonomia que, a rigor, é ilusória. "Eu estive lá, portanto sou testemunha do que vi e ouvi", não passa de uma frase plena de significados no mínimo dúbios! Porque sob a intenção saudável do pesquisador responsabilizar-se pelo fato que descreve e interpreta – ou descrevendo interpreta –, esconde-se uma segunda intenção – é verdade que nem sempre consciente – de dar legitimidade a seu discurso, quase que dogmatizando-o ao leitor: e isso vale tanto para seus pares como para o leitor comum. O "estar lá" tende a não admitir dúvidas... Eis o seu caráter perverso. (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 65)

Como se vê, ao contrário de outros relatos realizados por autores que também "estiveram lá" em contato com o "outro", o antropólogo necessita conferir legitimidade ao seu discurso. Em outros termos, além de simplesmente descrever, o antropólogo precisará também convencer. Daí a inegável necessidade de recorrer a expedientes persuasivos, próprios da retórica. Até mesmo porque é o informe do antropólogo que é revestido de autoridade e validade, ao passo que, em relação a este, os informes de indigianistas, escritores, ou uma pessoa qualquer que se proponha a escrever um texto sobre objetos de estudo tradicionais da antropologia são axiologicamente inferiores.[78]

Tomando em consideração esse esforço do antropólogo em procurar conferir mais autoridade e validade ao seu discurso – não só perante seus pares mas ao público em geral – apresenta-se como uma importante questão epistemológica para a antropologia, enquanto disciplina acadêmica, uma análise metalingüística da

[78] "Sempre que a veracidade de uma crença é asseverada é porque a aceitação dessa crença é contestada, ou se prevê que seja contestável. A disputa acerca da veracidade ou falsidade de determinadas crenças é sempre simultaneamente o debate acerca do direito de alguns de *falar com a autoridade* que alguns outros deveriam *obedecer*; a disputa é acerca do estabelecimento ou reafirmação das relações de superioridade e inferioridade, de dominação e submissão, entre os detentores de crença." (Bauman, 1998, p. 143)

postura discursiva do antropólogo em comparação ao discurso de outros autores que, assim como ele, também "estiveram lá" no contato com o "outro". Essa interface crítico-discursiva permitirá extrair da argumentação antropológica os recursos persuasivos voltados ao convencimento do público acerca da superioridade da representação etnográfica enquanto informe autorizado. Toma-se, assim, como verdadeiro pressuposto analítico o fato de que, conforme identifica Bourdieu (1998, p. 87), "há uma retórica característica em todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição".

3. Referencial Metodológico da Pesquisa

3.1. A medotologia proposta por Vincent Crapanzano

A inspiração para essa proposta de abordagem foi obtida através da leitura do ensaio de Vicent Crapanzano (1991) para o *Seminário de Santa Fé*, no Novo México, Estados Unidos, durante o mês de abril de 1984, e que, posteriormente, veio a compor a obra *Writing Culture*, erigido por alguns estudiosos ao status de verdadeiro marco na entrada da pós-modernidade antropológica. Entitulado de *O dilema de Hermes: a máscara da subversão nas descrições etnográficas*,[79] o ensaio procura identificar o trabalho do antropólogo ao do hermeneuta, uma vez que, assim como Hermes, têm a missão comum de clarificar o obscuro, de transformar em

[79] Para uma perspectiva crítica sobre as propostas de Crapanzano nesse ensaio vide o artigo Antropologia: saber acadêmico e experiência iniciática, de José Jorge de Carvalho em Série Antropologia, publicado no site http://www.unb.br/ics/dan/Serie127empdf.pdf..

familiar o estranho, de interpretar o que aparecia antes sem sentido... E para realizar esse mister de interpretação, Hermes se estabelece no discurso contido no texto, uma vez que é este o local onde se encontram as interpretações. Entretanto, assim como Hermes, Crapanzano (1991) propõe que o antropólogo deve conseguir que sua mensagem convença seus leitores sobre a exatidão e fiel correspondência à realidade daquilo que escreve. De modo que, para tanto, recorre a certas estratégias retóricas para persuadir os leitores sobre sua autoridade. Não que nesse esforço de convencimento tenha que recorrer à mentira, até mesmo porque quando Hermes recebeu a tarefa de mensageiro dos deuses prometeu a Zeus não mentir, apesar de não ter prometido dizer toda a verdade (Crapanzano, *op. cit*.).

Para demonstrar a pertinência de suas alegações Crapanzano(1991) promove em seu ensaio uma análise entre três textos etnográficos, dos quais somente um foi escrito por um antropólogo, expondo algumas vias pelas quais o etnógrafo procura convencer o leitor sobre aquilo que escreve. Os autores escolhidos por Crapanzano (1991) foram: George Catlin (1841, 1867), com seus relatos sobre a cerimônia índia do O-Kee-Pa; Johann Wolfgang von Goethe (1982) e sua descrição sobre o carnaval romano; e, por fim, Clifford Geertz (1973), e seu estudo sobre os pescadores balineses. Analisando aquilo que denomina de "estratégias retóricas", utilizadas por esses autores para captar a atenção e a anuência de seus leitores, e possivelmente de si mesmos, Crapanzano (*op.cit.,* p. 95) parte dos pressupostos que expressam a condição de autoridade do etnógrafo: sua presença física nos eventos descritos, sua habilidade para a percepção, sua perspectiva "desinteressada", sua objetividade e sua sinceridade, para concluir de forma crítica que nos três casos, e muito embora tenham se manifestado de formas

distintas e com êxitos diferentes, o lugar ocupado pelo etnógrafo no texto é meramente retórico.

> Su razionamento deriva del empirismo, de la observación directa; o, mejor dicho, del seudo-empirismo. Resulta imposible fijar su punto de observación. Necesita de una amplia perspectiva totalizadora para observar los eventos susceptibles de posterior descripción. Su presencia no altera sus pensamientos acerca de lo observado o de lo interpretado. Asumen una suerte de 'invisibilidad' que, al contrario de Hermes, el dios, no poseen. Su 'desinterés', su 'distanciamiento', su 'objetividad' y su 'neutralidad', quedan arrumbadas por sus propios intereses, por la idea de elaborar sus escritos. Su necesidad de constituirse en autoridad, de establecer un puente com sus lectores, o, más exactamente, com sus interlocutores, le llevan a crear una distancia apropiada entre él y lo 'extranjero', entre él y los acontecimientos presenciados. (Crapanzano*, op. cit*., p. 94)

Dessa maneira, seja mediante o recurso à metáforas, hipérboles e , eufemismos, a evocação de uma atmosfera de suspense, assim como o uso de outras habilidades lingüísticas ou gramaticais, utilizadas conforme o talento e estratégia literária de cada autor, Crapanzano (1991) aponta para uma subversão das descrições e interpretações, e via de conseqüência, da própria autoridade, fracassada na pretensão de entendimento do "nativo" e de sua maneira de ver as coisas. O que se vê nos textos analisados consiste tão somente numa interpretação essencialmente subjetiva, construída sobre aquilo que seria o entendimento dos "nativos", sem oferecer, para tanto, evidências ou dados que justifiquem os acertos sobre a subjetividade do "outro" e a perspectiva histórica necessária para a construção da interpretação. Isto resultaria do fato de que muito embora os participantes no encontro etnográfico partilhem de uma mesma experiência, suas diferentes "vozes" e "interpretações" sobre o encontro são projetadas de forma hierárquica no texto etnográfico por culpa do estilo literário. Não há espaço para uma relação "eu-tú", ou seja, o diálogo quase nunca se faz presente no texto, de modo que não há interpretações diferentes sobre um mesmo episódio, mas simplesmente

uma relação “eu-eles”, na qual, invariavelmente, o “eu” desaparece para conferir a neutralidade e objetividade perante “eles”, tornando essa voz isolada da autoridade praticamente invisível no texto. Ou, como diria Crapanzano (*op. cit*., p. 116), “sintomáticamente, ‘nosotros’ es cosa poco frecuente en la etnografia”.

A questão que se coloca portanto, na linha proposta por Crapanzano (1991), é até que ponto o estilo literário adotado para a representação de um encontro cultural – em especial o método etnográfico clássico – confere, na ordem da contemporaneidade, credibilidade e proximidade à realidade projetada no texto. Em uma outra perspectiva, pode-se indagar diante dessa crítica aos pressupostos metodológicos e epistemológicos das representações antropológicas clássicas, até que ponto se pode constatar um reflexo de tais preocupações e questionamentos na área de estudos antropológicos.

3.2. A medotologia proposta por Bruno Latour

A par desse método, que busca evidenciar a presença da retórica no texto através da análise do estilo de escrita utilizado pelo autor, evidenciando o esforço de persuasão mediante o uso de recursos gramaticais que consistem em verdadeiras “estratégias retóricas” na produção da representação textual, também será utilizada a metodologia proposta por Bruno Latour em *Ciência em ação* (2000), que consiste em seguir os passos dados pelos cientistas (no caso o antropólogo) na elaboração de suas pesquisas, demonstrando os recursos utilizados por eles para dar credibilidade às suas afirmações, e assim fechar as “caixas-pretas”[80] para que,

[80] “A expressão caixa preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai.” (Latour, 2000, p. 14)

posteriormente, adotadas como verdadeiros dogmas, estas sirvam de fulcro para novas pesquisas no processo de construção da ciência.

Com efeito, Latour (2000) parte da premissa de que uma sentença, por si só, não é nem fato nem ficção. Para ser considerada fato ou ficção ela dependerá da maneira como será inserida em outras sentenças, assim como das afirmações ulteriores que serão formuladas sobre essa sentença. A disposição com que as sentenças serão inseridas no texto é precedida de uma intenção de convencimento por parte do autor. Com esse pressuposto, Latour (2000) adota em suas pesquisas a figura de um personagem denominado de "discordante"[81], partindo de uma situação corriqueira na prática científica: a situação em que alguém faz uma afirmação e o que acontece quando outros acreditam nela ou não. Até mesmo porque, para Latour (2000) o que tornará a literatura mais ou menos técnica é a quantidade de controvérsias a que ela foi submetida (2000, p. 53). Quanto mais as controvérsias se inflamam, mais próximos estaremos de um argumento técnico ou científico[82].

Nesse ponto é que se verifica a importância da retórica, uma vez que essa é a "disciplina que, durante milênios, estudou o modo como as pessoas são levadas a acreditar em algo e a comportar-se de determinadas maneiras, e ensinou a uns como persuadir os outros". A necessidade de persuasão é compreensível diante da necessidade de convencer um "discordante", e, assim, conferir o status de fato a um argumento, que antes de ser submetido a uma controvérsia era tido apenas como uma opinião.[83]

---

[81] Muito embora não haja referência expressa de Latour nesse sentido, é possível notar que a figura do "discordante" consiste numa forma de trazer para uma situação de aplicação prática do critério da falseabilidade proposto por Popper.

[82] Outra possível alusão à teoria popperiana, mais precisamente à tese de que os enunciados científicos devem ser "intersubjetivamente suscetíveis de prova".

[83] Há sempre um ponto numa discussão em que os recursos próprios das pessoas envolvidas não são suficientes para abrir ou fechar uma caixa-preta. É necessário sair à cata de mais recursos em outros lugares e outros tempos. As pessoas começam a lançar mão de textos, arquivos, documentos e artigos para forçar os outros a transformar o que antes foi uma opinião num fato. Se a discussão continuar, então os participantes de uma

O primeiro recurso apontado por Latour (2000) utilizado para convencer os discordantes numa disputa oral é a alusão ao que outras pessoas escreveram ou disseram sobre o objeto da discussão. Essa arregimentação de aliados é invocada como apoio para quem faz uma afirmação, pois o discordante a partir de então não estará mais discutindo somente com uma única voz, mas com várias. A recorrência a aliados superiores e numerosos é chamada de "argumento de autoridade", e se contrapõe à ciência, que possui a verdade ao seu lado. Galileu, citado por Latour (2000, p. 56), faz a distinção entre a retórica e a verdadeira ciência:

> Mas, nas ciências físicas, quando as conclusões são seguras e necessárias, e não decorrentes de preferência humana, deve-se Ter o cuidado de não assumir posição de defesa do erro; pois aí, mil Demóstenes e mil Aristóteles ficariam em apuros diante de um único homem comum que porventura atinasse, só ele, com a verdade.

Examinando essa afirmação de Galileu, Latour (2000) extrai dois argumentos diferentes: o primeiro pode ser sintetizado pela expressão "Ciência é verdade que não se submete a nenhuma autoridade", e a outra através da pergunta "quem pode ser mais forte que mil políticos e mil filósofos?". Em outros termos, de um lado a retórica é oposta à razão, enquanto de outro a ciência é uma retórica suficientemente forte para permitir que um único homem convença, fazendo-se as contas, duas mil autoridades de grande prestígio.

É dessa forma que Latour (2000) enfatiza que o adjetivo "científico" nunca é atribuído a textos isolados, mesmo que sejam capazes de, por alguma faculdade, convencer multidões a respeito da veracidade de seus argumentos.[84]

---

disputa *oral* acabarão por transformar-se em *leitores* de livros ou de relatórios técnicos. Quanto mais discordam, mais científica e técnica se torna a literatura que lêem. (Latour, *op. cit*., p. 54)

[84] "Um documento se torna científico quando tem pretensão a deixar de ser algo isolado e quando as pessoas engajadas na sua publicação são numerosas e estão explicitamente indicadas no texto. Quem o lê é que fica isolado. A cuidadosa indicação da presença de aliados é o primeiro sinal de que a controvérsia está suficientemente acalorada para gerar documentos técnicos." (Latour, 2000, p. 58)

Nesse âmbito, um outro recurso utilizado para convencer o discordante, quando invocar outros textos não se mostra mais suficiente para levar o oponente a mudar de opinião, é a apresentação e leitura do próprio texto citado. Tal estratégia é externada no texto através da presença de referências, citações e notas de rodapé. A presença ou ausência desses elementos constitui um importante sinal para indicar se o documento é ou não sério, e sua força para enfrentar um discordante é evidente, pois para atacar o argumento terá que contestar cada um dos outros textos. Caso não houvesse referências no texto, o discordante estaria no mesmo plano que o autor. Diante disso, Latour (2000, p. 59) conclui que "a diferença entre literatura técnica e não-técnica não está em uma delas tratar de fatos e a outra, de ficção, mas está em que a última arregimenta poucos recursos e a primeira, muitos".

Entretanto, também é importante ter em vista que ao apontar a bibliografia adotada, o autor estará exposto a uma investida mais audaciosa do "discordante", que poderá comprovar até que ponto as citações corroboram a tese do autor. Isto porque muitas referências podem ter sido utilizadas pelo autor de forma equivocada, seja através de não se relacionarem à tese do autor, tendo sido invocadas somente para impressionar, ou ainda para fins de demonstrar que o autor se filia ou identifica a determinado grupo de cientistas. Portanto, é o "contexto da citação" que determinará a influência de um texto sobre os demais para adequá-los às suas teses. Desse modo, invocando no início do texto fatos indubitáveis que constituem verdadeiras caixas-pretas que ninguém possa questionar sem antes colocar em dúvida inúmeros outros autores que anteriormente apontaram no mesmo sentido da tese, se estará caminhando numa trilha segura, ou seja, a tese estará fundamentada em um *paradigma*[85].

[85] Aqui compreendido na concepção clássica do termo elaborada a partir do trabalho de Thomas Kuhn (1962).

Mas há que se considerar ainda que além de incorporar referências com a finalidade de fortalecer um argumento, também, por vezes, se faz necessário atacar as referências que contrariem a posição adotada. A combinação de argumentos favoráveis e contrários em causa própria também se mostra como um forte recurso para sustentar um argumento. Ou seja, para defender sua tese o autor pode manipular a literatura anterior em prol de seus objetivos específicos.[86]

Um outro aspecto a ser considerado na metodologia proposta por Bruno Latour (2000) é o fato de que do mesmo modo que um autor utiliza da literatura anterior para dar sustentação à sua tese, esta poderá ser, no futuro, utilizada pela literatura posterior. Latour (2000) enfatiza que, para transformar-se em fato, a afirmação dependerá da "geração seguinte de textos", uma vez que não será suficientemente forte para calar as controvérsias. *"*Por definição, nenhum fato é tão sólido que dispense apoio*"* (2000, p. 67). Em determinadas comunidades científicas, é possível aferir o quanto uma tese científica foi utilizada em teses posteriores por meio de um instrumento bibliométrico chamado "Índice de citações em ciência", como o produzido pelo *Institute for Scientific Information*, da Filadélfia, que serve de base para um grande número de pesquisas em política científica.

No entanto, pior do que ser questionado e criticado por leitores "discordantes" é ser ignorado. Latour (*op. cit*, p. 70) assevera que esse é um dos aspectos mais difíceis de ser compreendido por aqueles que nunca se ativeram ao processo de construção da ciência, visto que imaginam que todos os artigos científicos são iguais. Porém, segundo o citado autor, a maioria dos artigos científicos não chega

[86] "As regras são bastante simples: enfraqueça os inimigos; paralise os que não puder enfraquecer (...); ajude os aliados se eles forem atacados; garanta comunicações seguras com aqueles que o abastecem com dados inquestionáveis (...); obrigue os inimigos a brigarem uns com os outros (...); se você não tiver certeza de que vai ganhar, seja humilde e faça declarações atenuadas. De fato, são regras simples: são as regras dos velhos políticos. O resultado dessa adaptação da literatura às necessidades do texto é contundente sobre os leitores. Além de eles ficarem impressionados com a grande quantidade de referências, todas elas são assestadas para objetivos específicos e alinhadas com um só propósito: dar sustentação à tese." (Latour, 2000, p. 66)

sequer a ser lido, o que equivale, na prática, a um artigo que nunca existiu. Mesmo que esse artigo tenha encerrado uma complexa controvérsia, se ele for ignorado pela comunidade acadêmica não poderá transformar-se em fato, o que demonstra que a construção da ciência é, na essência, um processo coletivo.

É para esse mundo que o leitor da literatura científica costuma ser levado. Fica óbvio que a capacidade, e até mesmo o interesse do leitor em discordar dos argumentos expressos no texto, não terá resistido ao grande número de artigos e referências técnicas citados pelo autor, utilizados como verdadeiros aliados na defesa de sua tese.

> Não estou dizendo que, *por ser técnica demais*, a literatura alija as pessoas, mas, ao contrário, que achamos necessário chamar de técnica ou científica uma literatura que é feita para isolar o leitor pelo uso de um número muito maior de reforços. O 'homem comum que por acaso atine com a verdade', como ingenuamente postulava Galileu, não terá chance de vencer milhares de artigos, editores, partidários e patrocinadores que se oponham às suas afirmações. A força da retórica está em fazer o discordante sentir-se sozinho. Isso é realmente o que acontece com o 'homem comum' que lê a massa de relatórios sobre as controvérsias com que começamos tão inocentemente. (Latour, 2000, p. 75-76)

Dessa forma, a literatura técnica na visão de Latour seria uma literatura forjada para resistir aos "ataques de um ambiente hostil". Quanto mais objeções forem enfrentadas pelo texto mais técnico ele será. Assim, os detalhes técnicos acumulados pelo texto como gráficos ou imagens não possuem uma função apenas estética ou ilustradora, sendo incorporados no texto para protegê-lo contra as discordâncias cada vez mais contundentes do leitor, que não mais se dá por vencido com a referência ou citações de outros textos. Agora o leitor não mais se dá por vencido em suas dúvidas apenas com a invocação de textos "ausentes", faz-se necessário "mostrar" aquilo que está representado no texto. Daí a necessidade de

recorrer a gráficos, fotos, figuras, ilustrações, tabelas e legendas para substituir uma representação até então escrita, por uma representação visual.

É evidente que o poder de persuasão é aumentado mediante essa transformação nos mecanismos de inscrição textual. Conforme argumenta Latour (*op. cit*., p. 81), "a força de um texto é muito maior quando os reforços são ostentados no próprio texto. (...) já não é questão de acreditar; é questão de *enxergar*". Desse modo, o texto deixa de estar sustentado somente nas afirmações do autor e em outros textos, e passa a amealhar um número cada vez maior de reforços, muitas vezes identificados como "detalhes técnicos". É na intensidade das controvérsias a que o texto foi submetido que se pode identificar o grau de cientificidade que o mesmo ostenta.

> Agora estamos certos de que os textos a que fomos levados pela intensidade das controvérsias são científicos. Até agora, jornalistas, diplomatas, repórteres e advogados poderiam ter escrito textos com referências e com cuidadosa classificação dos papéis dos autores, de títulos e de fontes de consulta. Agora, entramos em outro jogo. Não que a prosa de repente passe a ser escrita por mentes extraterrestres, mas porque tenta atulhar o texto com o máximo possível de reforços. É por isso que muitas vezes prolifera aquilo que chamamos "detalhes técnicos". A diferença entre um texto em prosa e um documento técnico é a estratificação deste último. O texto é organizado em camadas. Cada afirmação é interrompida por referências que estão fora do texto ou dentro dele, em outras partes, a figuras, colunas, tabelas, legendas gráficos. Cada um destes, por sua vez, pode remeter a outras partes do mesmo texto ou para mais referências externas. Num texto tão estratificado, o leitor realmente interessado está tão livre quanto um rato em labirinto.
>
> A transformação da prosa linear numa, digamos, formação entrelaçada de linhas de defesa é o sinal mais seguro de que o texto se tornou científico. Eu dizia que um texto sem referência está nu e vulnerável, mas mesmo com elas estará fraco enquanto não for estratificado. A maneira mais simples de demonstrar essa mudança na solidez é examinar dois artigos escritos sobre o mesmo assunto, com um intervalo de vinte anos. (Latour, *op. cit.*, p. 81-82)

Significativa essa última recomendação, que de uma certa forma confirma a pertinência da proposta desta dissertação, à medida em que esta, de forma um pouco diversa da orientação de Latour (*op. cit*.), procura testar a solidez de um texto

científico (etnografia) confrontando-o com outros dois textos não científicos escritos sobre o mesmo assunto.

Um outro aspecto apontado por Latour em *Ciência em ação* é a estratégia retórica consistente na "encenação e enquadramento", por meio da qual o autor explica de que modo e por quem o texto deve ser lido. Dependendo da linguagem utilizada pelo autor pode-se perceber com qual leitor ele pretende falar por intermédio o texto. Quanto mais técnica for a linguagem mais seleto e reduzido será o número de leitores. E se, por outro lado, o texto for direcionado a um número maior de leitores deverá haver uma redução na intensidade das controvérsias e, consequentemente, nos recursos de persuasão utilizados, implicando numa linguagem mais "aberta".

Mas não é só através do tipo de linguagem utilizada no texto que se pode verificar a que leitor o texto é destinado. A previsão das possíveis objeções que poderão ser levantadas também pode demonstrar a quem o texto se dirige, à medida que oferece de antemão as respostas para as perguntas que previsivelmente seriam formuladas por determinado tipo de leitor, identificado por Latour (*op. cit*., p. 89) como um "personagem semiótico". O autor constrói seu texto considerando previamente que tipo de "provas" o leitor (personagem semiótico) exigirá para se dar por satisfeito e convencido do acerto de suas afirmações.

> Quanto mais nos inteiramos das sutilezas da literatura científica, mais extraordinária ela nos parece. Passa a ser uma verdadeira ópera. Multidões são mobilizadas pelas referências; dos bastidores são trazidos centenas de acessórios. À cena são chamados leitores imaginários aos quais se pede não só que acreditem no autor, mas também que soletrem os tipos de tortura, provas e testes por que os heróis [algo incrível que aos poucos vai-se tornando mais crível porque resiste a provas cada vez mais terríveis] precisam passar antes de serem reconhecidos como tais. (Latour, *op. cit.*, p. 90)

Esta consideração prévia do autor sobre a qualidade e intensidade das controvérsias a que o texto será submetido para que seja aceito como científico, ao ponto do autor conceber um personagem semiótico a quem o texto se dirige, demonstra ainda que a literatura técnica não é impessoal conforme tanto se divulga. Isto porque a própria definição do personagem semiótico pelo autor traz sua presença para dentro do texto. O recurso à voz passiva característica do texto científico apenas oculta de um forma superficial um autor inevitavelmente incorporado no texto. A diferença dependerá do "uso" que o autor pretende conferir à sua autoria para surtir os efeitos desejados perante sua platéia. Como ele pretenderá ser visto pelo seu auditório? Como um crítico, como um teórico, como um humilde observador, como um revolucionário, como um adepto? O enquadramento da sua autoria no texto estará condicionado à sua intenção perante seu público alvo e à expectativa que esse público tem sobre o texto.

Dependendo da dimensão das propostas do autor na elaboração de seu texto, suas afirmações poderão tender para a ousadia ou para a cautela. Na literatura técnica, dado sua complexidade temática e lingüística o que predomina são afirmações atenuadas, mas também, conforme as circunstâncias, haverá espaço para afirmações audaciosas. E nesse ponto também é possível verificar que a personalidade do autor será um fator determinante para conferir ao texto um caráter audacioso ou cauteloso.[87]

Uma última estratégia retórica apontada por Latour é a "captação" (ou *captatio* na antiga retórica), que nada mais é do que "o controle sutil dos movimentos dos

[87] Depois de escrito o artigo, é muito difícil detectar as táticas que atuaram na sua confecção, embora uma olhada nos rascunhos seja suficiente para mostrar que os autores reais estão bem conscientes de tudo isso. Eles sabem que, sem reescrever e recolocar tudo, a força do texto se esvairá, se autores e leitores implícitos no texto não combinarem. Tudo ficará a mercê de algumas palavras mal escolhidas. A afirmação poderá ser muito audaciosa, e o artigo será controverso; ao contrário, poderá ser tão tímida e cautelosa, tão polida e dócil que levará outras pessoas a colher os louros de importantes descobertas." (Latour, *op. cit*., p. 94)

opositores" (Perelman *apud* Latour, *op. cit*., p. 96). De nada adiantaria prover o texto de tantos recursos voltados à sua adesão se se permitisse que o mesmo vagasse pelo texto de maneira livre. A captação visa exatamente em forjar o texto de um modo que o leitor seja guiado por um "caminho" que o conduza necessariamente às conclusões do autor, a fim de que suas afirmações sejam finalmente aceitas e transformadas em fatos. Cria-se, dessa maneira, um empecilho para que o leitor não penda para outras direções que não aquela traçada pelo autor, o que pode ser feito, segundo Latour (*op. cit*., p. 96), através de um meticuloso empilhamento de "mais caixas-pretas, argumentos menos fáceis de discutir". Somente quando esse resultado é plenamente atingido é que se pode afirmar que um texto é "lógico". E nesse ponto novamente a personalidade do autor entra em cena, uma vez que, dependendo de seu estilo, seu trabalho poderá ser considerado "mais lógico" do que o texto de outro escritor com menos "habilidades retóricas".

Tem-se, portanto, que a metodologia proposta por Latour (2000) para analisar a anatomia da retórica científica procura evidenciar os recursos utilizados na literatura técnica para conferir mais "força" aos argumentos. Trata-se, em suma, de agir como leigo no âmbito de construção de uma literatura técnica. Entretanto, enquanto Crapanzano (1991) procura explicitar os recursos utilizados pelo cientista – *in casu* o antropólogo – no esforço de conferir validade e credibilidade às suas afirmações, Latour (*op. cit*., p. 102) afirma que deve ser chamada de "científica a retórica capaz de mobilizar para um só ponto mais reforços do que as antigas".

3.3. Uma pesquisa meta antropológica

Para alcançar os objetivos do estudo tomar-se-ão como objeto de pesquisa textos produzidos por diferentes formas de conhecimento: ciência, literatura e senso comum. Todos voltados ao trabalho de representação de uma mesma cultura, a da experiência da prisão na *Casa de Detenção de São Paulo* (Penitenciária do Carandiru). Considerando que todos os autores do texto estiveram em contato com os presos da *Penitenciária do Carandiru* – não obstante este contato tenha sido propiciado de formas completamente distintas –, tendo, posteriormente descrito as respectivas experiências desse contato cultural, é possível realizar uma interface dessas descrições mediante um confrontamento dialógico voltado, principalmente, em extrair da etnografia aquilo que apresenta-se como um excedente em relação aos outros textos. Até mesmo porque, partindo da premissa que o antropólogo, ao contrário dos demais autores, precisa conferir autoridade e legitimidade ao seu informe, deverá, para tanto, fazer uso de determinados recursos que não se fazem presentes nos outros textos. E é exatamente nesses recursos utilizados pelo antropólogo para convencer ou persuadir os seus pares ou o leitor em geral que correspondem às estratégias retóricas de que nos falam Crapanzano (1991), Latour (2000), Perelman (1996 e 1997), Boaventura de Souza Santos (1989), e outros tantos antropólogos e sociólogos do conhecimento.

A escolha da temática carcerária deve-se ao fato do autor da presente dissertação exercer a função de defensor público junto a uma instituição penal do município de Marília, mais especificamente, como advogado da *APAC – Associação de Proteção e Assistência Carcerária*, organização não-governamental conveniada com a *Secretaria de Estado da Administração Penitenciária* para a gestão do *Centro*

de Ressocialização de Marília. É importante também ressaltar que o autor também já esteve por algumas vezes na *Penitenciária do Carandiru*, onde comparecia para prestar assistência jurídica gratuita a presos sem condições de arcar com os honorários cobrados por advogados particulares. De modo que, resguardadas as devidas e evidentes distinções e proporções, o autor deste texto também "esteve lá" em contato com esse "outro" de quem os textos nos falam.

Como texto representativo de um trabalho científico, foi escolhida a etnografia entitulada de *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*, de José Ricardo Ramalho (1979). Trabalho que foi apresentado como dissertação de mestrado ao *Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, em janeiro de 1979. Teve como orientadora a Professora Doutora Ruth Correa Leite Cardoso e contou com o auxílio financeiro da *Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP*. Sua banca examinadora foi composta pelos antropólogos Ruth Correa Leite Cardoso, José Augusto Guilhon Albuquerque e Peter Fry, de modo que a pragmática de sua produção foi orientada para um público específico, que é a comunidade científica.

Para a contraposição desse texto científico foram escolhidos dois textos. *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (1999), publicado pela Editora Companhia das Letras em 1999, que pode ser considerada como obra literária pelo fato de ter sido premiada pelo *Prêmio Jabuti* de literatura. De forma contrária à etnografia, o texto de Drauzio Varella (1999) não tinha como destinatário um público específico, mas sim o mercado literário. E como representativo do conhecimento vulgar ou do senso comum, foi tomado o livro *Diário de um detento*, de Jocenir (2001), publicado pela Editora Labortexto, que pode ser considerado também como um informe do

“outro” na própria condição do “outro”, uma vez que o autor encontrava-se preso na *Penitenciária do Carandiru* quando escreveu o texto.

Na análise metalingüística desses diferentes discursos, representativos de saberes e pretensões distintos, será realizado um trabalho comparativo entre as formas argumentativas e as estruturas descritivas, inscritivas e conceituais utilizadas por cada autor (antropólogo, literato, e leigo) na representação de uma mesma cultura. Nessa análise dos textos serão adotados, como verdadeiro “pano de fundo”, todo o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, conferindo especial atenção às propostas do paradigma pós-moderno da antropologia, procurando demonstrar a presença de estratégias retóricas no discurso antropológico.

E será exatamente mediante essa pretendida comparação semiótica e qualitativa entre textos de gêneros distintos – literário, científico e vulgar – é que se buscará evidenciar, mediante o uso de uma contraposição intertextual e dialógica afetos à análise meta antropológica, os recursos e estratégias adotadas pelo antropólogo na construção etnográfica para persuadir ou convencer o seu auditório (interpares ou público em geral) da validade e da autoridade de seus informes.

CAPÍTULO V

AS ESTRATÉGIAS RETÓRICAS DA CONSTRUÇÃO ETNOGRÁFICA: ANTROPOLOGIA, LITERATURA E SENSO COMUM FRENTE À EXPERIÊNCIA DA PRISÃO

Para dar sentido à ciência que se faz e como se faz é necessário conhecer quais os argumentos considerados válidos pelo auditório relevante para legitimar o conhecimento científico. Não basta, porém, identificar esses argumentos, é preciso compreender e explicar porque esses e não outros são válidos e porque uns são mais válidos do que outros. Para isso é necessário produzir uma sociologia de argumentação retórica pelo que, se a hermenêutica não se cumpre sem a retórica, esta não se cumpre sem a sociologia da retórica.

Boaventura de Souza Santos

1. Autoria, autoridade e pragmática na construção etnográfica

Na *Aula Inaugural* proferida por Roberto Cardoso de Oliveira do ano acadêmico de 1994 do *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp*, cujo texto, posteriormente, após ser revisto e ampliado, foi selecionado para compor o primeiro capítulo da obra *O trabalho do antropólogo,* esse autor já enfatizava a necessidade de uma reflexão sobre os atos cognitivos utilizados pelo antropólogo em campo e na construção etnográfica. Compartilhando, em parte, com o que Barthes (1989) denominava em sua *Aula*

como o “discurso de arrogância” no meio científico, à medida que impõe, através da linguagem acadêmica, “coerções ineludíveis ao falante”,[88] Cardoso de Oliveira expressa, em seu texto a necessidade de um aprofundamento analítico por parte dos estudantes ou estudiosos interessados em ciências sociais nas questões metodológicas e epistemológicas que condicionam a investigação empírica e a inscrição textual..

Nesse âmbito, Cardoso de Oliveira (2000) busca sintetizar no texto o caráter constitutivo do conhecimento voltado às disciplinas sociais através do olhar, do ouvir e do escrever; atos cognitivos capazes de não só apreender os fenômenos sociais, como também, numa análise epistêmica, servirem de base para a construção do saber e da teoria social em específico, podendo, assim, ser problematizados. A reflexão sobre os aspectos epistemológicos, conceituais, éticos, pragmáticos e metodológicos do trabalho de campo e da produção do texto etnográfico ou acadêmico interessa especialmente à antropologia, uma vez que tais temas se confundem com a própria história da disciplina, caracterizada pela busca e afirmação da sua identidade.[89]

No entanto, dada a aparente trivialidade com que tais atos cognitivos são usualmente tratados, considerada, obviamente, a sua destinação não exclusivamente científica ou acadêmica, têm-se que o olhar, o ouvir, e o escrever, quando epistemologicamente questionados, assumem posições e funções metodológicas distintas e complementares. Isto porque enquanto o olhar, o ouvir, e o argumentar do antropólogo são “academicamente disciplinados” – e por vezes institucionalmente ou culturalmente limitados pelas restrições impostas no campo de

[88] A respeito desse tema, voltado aos aspectos históricos, pragmáticos e semióticos do discurso científico nas humanidades vide o capítulo III desta dissertação.

pesquisa – para atender seus objetivos de pesquisa invariavelmente preconcebidos, o literato e o leigo, por outro lado, não estão circunscritos a estes condicionantes institucionais.

Com efeito, seja qual for o objeto de pesquisa, o antropólogo deverá se adequar ao esquema conceitual (lingüístico e paradigmático) formado a partir da especificidade disciplinar conferida pelo itinerário acadêmico particular de cada observador. Valendo-se de uma metáfora proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) para explicar o condicionamento cognitivo do antropólogo, os efeitos óticos proporcionados pelo prisma conotam o efeito que cada esquema conceitual favorece na apreensão da realidade de cada observador, comparativamente tido como o processo de refração causado pelo prisma. Dessa maneira, as estruturas conceituais formadoras de cada disciplina das ciências sociais, e disciplinarmente transmitidas ao público acadêmico, estariam a favorecer um viés *sui generis* na observação dos fenômenos sociais, diante da sensibilização do olhar à teoria disponível e aos intuitos quantitativos ou qualitativos da pesquisa. Em outros termos, a teoria social pré-condiciona o olhar do pesquisador induzindo e favorecendo uma observação sofisticada.

Por outro lado, e não se esquecendo de enfatizar que tanto o ouvir como o olhar não podem ser considerados de forma independente no trabalho de pesquisa, é certo que somente com o olhar não se pode chegar a determinados aspectos sociais que amiúde se revelam impassíveis de apreensão visual, como por exemplo, as instituições e estruturas das relações sociais. Tradicionalmente, é por meio da entrevista, ou pela participação em ritos e atividades conjuntas que se obtém na pesquisa de campo a compreensão do sentido de determinada prática social.

[89] Conforme enfatiza Russell Jacoby (2001, p. 141), "os textos acadêmicos de hoje freqüentemente invocam para si uma ousadia e uma modernidade inéditas, mas, ao mesmo tempo, deixam quase sempre transparecer

Ouvindo as explicações dos próprios membros da comunidade estudada é que se pode obter o que os antropólogos denominam de “modelo nativo”, base para a formulação de um entendimento antropológico.

Deve-se ressaltar que nesse trabalho de ouvir o método etnográfico clássico orienta para não pode deixar de ter em vista o contexto no qual ocorre a entrevista e a sobreposição entre as diferentes culturas do observador e do sujeito-objeto. É certo, contudo, que sempre haverá na relação havida entre pesquisador e informante determinadas implicações – especialmente as de poder –, que afetarão o compromisso de neutralidade e objetividade tradicionais da pesquisa científica.[90]

Seria então mediante a assunção da proposta de estabelecimento de uma relação verdadeiramente dialógica, favorecida por uma intersubjetividade criada entre pesquisador e nativo – que então passariam a ser “interlocutores” – que se poderia obter um enriquecimento dos métodos tradicionais de pesquisa. A subjetividade estaria assim livre para uma real interação, com uma troca recíproca de experiências, uma vez que não mais comprometida com os ilusórios anseios de objetividade. No entanto, não se pode deixar de considerar que a presença explícita da subjetividade do autor impõe, necessariamente, o exercício de uma linguagem no texto que acarreta uma ruptura com os pressupostos epistemológicos e metodológicos das ciências sociais que garantem sua cientificidade.

---

deferência e limitação, num emaranhado de clichês e subserviências”.

[90] “No ato de ouvir o “informante”, o etnólogo exerce um *poder* extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical. Esse poder, subjacente às relações humanas – que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar –, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora do ato cognitivo: as perguntas feitas em busca de respostas pontuais lado a lado da autoridade de quem as faz – com ou sem autoritarismo –, criam um campo ilusório de interação. A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante, o etnólogo não cria condições de efetivo diálogo. A relação não é dialógica. Ao passo que transformando esse informante em “interlocutor”, uma nova modalidade de relacionamento pode – e deve – ter lugar.” (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 23)

Cabe aqui apontar o conceito de “diálogo genuíno” proposto por Buber (1982), que para sua plena realização depende de uma total reciprocidade entre o indivíduo e o “outro”. Nessa perspectiva dialógica buberiana, o homem com quem se mantém um diálogo nunca poderia ser considerado como um objeto de pesquisa. Até mesmo porque o “eu” tem necessariamente “algo a ver com o outro”. Deve haver, portanto, a constituição de uma “esfera ontológica”, que só pode ser concebida se houver autenticidade na conversação.[91]

A partir desta exigência de autenticidade no diálogo para que a conversação não resulte falha, mostra-se problemática a condição do antropólogo perante o “outro”. Isto porque o seu contato com o “outro” não ocorre de forma espontânea e desinteressada, mas, ao revés, o contato é efetivado de maneira intencional, planejada, e interessada em objetivos prévios e específicos. Estas circunstâncias, ao lado de outros empecilhos impostos pelo conhecimento do “outro” acerca das pretensões de pesquisa do antropólogo, que o tornam como uma espécie de intruso na cultura estudada, retiram as possibilidades de realização de um “diálogo genuíno”.

É diante de tais considerações prévias que se mostra evidente a diversidade pragmática que matiza cada um dos textos.[92] Por argumento pragmático podemos entender um argumento que avalia previamente as conseqüências favoráveis ou desfavoráveis de um ato, um acontecimento, um juízo, um raciocínio, uma construção lógica, ou qualquer outra coisa, de modo que sua apresentação seja eficiente ou útil ao alcance da conseqüência pretendida. Ou, como diria Perelman

[91] “Se uma conversação genuína deve surgir, então cada um dos seus participantes deve trazer-se a si mesmo para ela. E isto significa também que verdadeiramente tem em mente no que diz respeito ao objeto da conversação.” (Buber, p. 154)

[92] Pragmática, segundo Kant, é estar em “relação com algum objetivo humano”; segundo Peirce, é “a maneira como o conhecimento (saber racional) está relacionado com a ação humana ou conduta (finalidade racional)”

(1997, p. 14-15), argumento pragmático é aquele que possibilita “ver nas boas conseqüências de uma tese a prova de sua verdade”.

Em outros termos, pode-se dizer que o discurso a ser transposto de forma escrita no trabalho de representação do “outro” utilizará de um material lingüístico e conceitual próprio de sua comunidade social e profissional, geográfica e historicamente situada e localizada, cujo bojo lhe propiciará, ainda, optar por modelos, categorias e formas analíticas e lingüísticas previamente concebidas e disciplinadas para essa representação escrita. Tal pragmática pré-condiciona sua representação, uma vez que, segundo Peirce (1983, p. 136), “o caminho que o intérprete imprimirá à investigação dependerá em grande parte de qual seja a natureza de seu interesse”.

A argumentação se vê, assim, determinada pela pragmática necessária para conferir cientificidade ao texto, uma vez que para que o mesmo seja considerado válido academicamente, dependerá da anuência do auditório a que se destina. Enquanto o antropólogo utilizará como instrumento para o tratamento dos dados obtidos no trabalho de campo nada mais que uma linguagem “feita” e disciplinada por sua comunidade de antropólogos, ou de outros cientistas sociais, o literato e o leigo na própria condição do “outro”, não estão condicionados por essa pragmática de conferir autoridade e validade aos seus relatos.

2. A “cientificidade” como estratégia retórica

É importante ressaltar novamente que esta dissertação parte do pressuposto de que o caráter técnico do discurso antropológico lhe confere, numa perspectiva axiológica, mais validade do que outras formas alternativas de conhecimento, como, por exemplo, os conhecimentos literário e vulgar. E um dos aspectos que favorecem

essa valorização do discurso científico é o fato de que seu conteúdo é condicionado pela pragmática de ter de convencer seu auditório específico, consistente na comunidade científica (comunicação primária), resistindo às discordâncias que lhe serão impostas para que, somente assim, seja aceito como uma literatura técnica ou científica.[93] Fato que não ocorre – ao menos com tanta intensidade – com os discursos literário e vulgar. E, portanto, à medida que o antropólogo precisa persuadir seu auditório (interpares) sobre o acerto daquilo que escreve sobre o "outro", a fim de atingir o consenso provisório num teste intersubjetivo de falseamento, sua argumentação se vê diante da necessidade de recorrer – mesmo que inconscientemente – a elementos próprios da retórica.

E, nessa pragmática, pode-se constatar um discreto fator de persuasão consistente na própria noção apriorística do discurso científico como representativo de um conhecimento livre de recursos retóricos. Como argumenta Isaac Epstein (1986, p. 73), "um dos mais utilizados recursos retóricos dos discursos das pseudo ciências é dizer que eles são 'científicos' (isto é não persuasivos)". Entendimento que é compartilhado por Boaventura de Souza Santos (1989, p. 97) para quem "toda ciência é retórica e a sua retórica é a cienticidade".

Frente a essas considerações, pode-se notar que o texto de Ramalho (1979), antes mesmo de começar a ser escrito, tinha seus contornos formais preestabelecidos (etnografia), uma vez que era direcionado a um auditório específico (comunidade acadêmica) dotado de um código lingüístico particular. De modo contrário, os demais textos não vislumbravam, de antemão, um auditório específico, permitindo, assim, um desprendimento com relação às conseqüências dos argumentos apresentados. Enquanto que os argumentos apresentados pelo

[93] Bruno Latour (2000, p. 34) já advertia para o fato de que "os historiadores da ciência prestam pouca atenção aos estudos literários ou à retórica", sendo que esta constatação é importante para justificar as pretensões desta

antropólogo exigem uma justificação ou embasamento racional, lógico, objetivo e paradigmático para que tenham validade e aceitação, os argumentos desenvolvidos pelo literato ou pelo leigo não necessitam de qualquer suporte lógico, metodológico ou doutrinário. Até mesmo porque o "estar lá" do literato e do preso não foi determinado pela pretensão de escrever qualquer espécie de texto relatando as respectivas experiências, de modo que os relatos puderam ser extraídos a partir de "diálogos genuínos", obtidos espontaneamente num contato despropositado com a cultura representada no texto, o que não ocorre com o antropólogo.

Essa apontada estratégia retórica pode ser verificada logo no início da etnografia. Antes de iniciar a apresentação da sua experiência com os criminosos, o antropólogo afirma que "o tipo de relação mantida pelo pesquisador com o sujeito de sua pesquisa qualifica suas informações" (Ramalho, *op. cit*., p. 14). Ou seja, para persuadir o leitor sobre a validade, autoridade e cientificidade de suas informações, o antropólogo deixa assentado logo no início do texto que estas estão fundamentadas em um método científico, conferindo legitimidade ao texto perante a comunidade acadêmica.

Sob um outro aspecto, tem-se que utilizando a figura do discordante proposta por Latour (2000) diante desse argumento retórico, é possível constatar que o leitor não poderá questionar ou suspeitar da validade ou autoridade das informações descritas no texto sem negar, conseqüentemente, todo o referencial teórico e metodológico a que o antropólogo diz estar fundamentado, e que estariam a conferir ao seu informe o *status* de científico.[94]

Nessa perspectiva, é possível cogitar que o antropólogo, antevendo a suspeita do leitor em conferir legitimidade aos relatos de um autor que teve um

---

dissertação.

contato apenas superficial com o “outro”, se vê na necessidade de utilizar meios de persuadi-lo de sua autoridade. É significativo para sustentar essa afirmação o fato de que o literato e o próprio preso não se preocupem em utilizar de “aliados externos” para conferir verossimilhança ao que escrevem. Pelo contrário, como se vê das introduções aos textos analisados, o que “qualifica” as informações contidas nos textos literário e vulgar não é o “tipo” de relação, mas a própria relação em si.

Senão vejamos como cada autor faz a respectiva introdução aos seus textos:

> O crime e a prisão constituem objetos de estudo deste trabalho. Procura-se, no entanto, percebê-los a partir da ótica do próprio criminoso enquanto preso, ponto de vista nem sempre considerado legítimo pela sociedade[95]. As várias discussões sobre o tema, por mais “progressistas” que sejam, têm somente colocado numa nova roupagem velhas concepções sobre os *criminosos* e a prisão, concepções estas que em geral reproduzem a versão da ideologia dominante, difundida pelo aparelho judiciário. É na perspectiva de pensar o tema através de outra versão, que este trabalho procura se desenvolver. Discute-se aqui, não só a versão do *criminoso* sobre o *mundo do crime* e suas formas de manifestação na prisão, como também as formas pelas quais sua consciência capta a situação num contexto mais amplo, em que a origem social tem um peso fundamental na sua identificação como *delinquente*.
> A palavra dos presos, a lógica pela qual percebem o espaço interno da prisão e os atributos com que qualificam o retorno a vida social, revelam um conjunto de problemas que indicam a necessidade de rever concepções há tanto tempo repetidas e que encobrem relações desconhecidas entre o crime e as classes sociais na sociedade brasileira. À medida em que este trabalho foi sendo realizado, na ordem aqui reproduzida na exposição, foi-se descobrindo, gradativamente, um outro lado das velhas hipóteses sobre as causas do crime e dos criminosos, um lado positivo da existência do crime que implica na manutenção do sistema social. Crime e delinquência são parte do próprio sistema social que os condena e, paradoxalmente, deles não pode prescindir. (Ramalho, p. 11/12)

É evidente, neste trecho, a preocupação do antropólogo em formular teoria de causa e efeito sobre as relações entre crime e classes sociais a partir de um ponto de vista racional, lógico e objetivo. Nota-se, também, a clara preocupação em mostrar que essas formulações teóricas apresentadas no texto somente foram

---

[94] Como enfatiza Isaac Epstein (2002), “um dos mais utilizados recursos retóricos dos discursos das pseudo ciências é dizer que eles são ‘científicos’ (isto é não persuasivos)”.

[95] Neste mesmo ponto da citação, José Ricardo Ramalho indica em nota de rodapé que o trabalho consiste em dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, e teve como

obtidas com o tempo de convívio com a cultura estudada, e foram elaboradas a partir do discurso dos próprios “nativos” (presos), e não sobre a “versão dominante” socialmente difundida, mostrando que o texto está livre do que poderia ser entendido como um “etnocentrismo”. Desse modo, logo no início do texto etnográfico é possível verificar a retórica da cientificidade.

Já na introdução da obra *Estação Carandiru*, precedida de uma foto com a perspectiva aérea da Casa de Detenção de São Paulo com a sinalização de suas dependências, Drauzio Varella (1999) inicia a apresentação de seu texto da seguinte maneira:

> Quando eu era pequeno, assistia eletrizado àqueles filmes de cadeia em branco e preto. Os prisioneiros vestiam uniforme e planejavam fugas de tirar o fôlego na cadeira do cinema.
> Em 1989, vinte anos depois de formado médico cancerologista, fui gravar um vídeo sobre AIDS na enfermaria da Penitenciária do Estado, construção projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo nos anos 20, no complexo do Carandiru, em São Paulo. Quando entrei e a porta pesada bateu atrás de mim, senti um aperto na garganta igual ao das matinês do cine Rialto, no Brás.
> Nas semanas que se seguiram, as imagens do presídio não me saíram da cabeça. Os presos na soleira das celas, o carcereiro com a barba por fazer, um PM de metralhadora distraído na muralha, ecos na galeria mal iluminada, o cheiro, a ginga da malandragem, tuberculose, caquexia, solidão e a figura calada do dr. Getúlio, meu ex-aluno no cursinho, que cuidava dos presos com AIDS.
> (...)
> O trabalho começou em 1989 e dura até hoje.
> (...)
> Não é objetivo deste livro denunciar um sistema penal antiquado, apontar soluções para a criminalidade brasileira ou defender direitos humanos de quem quer que seja. Como nos velhos filmes, procuro abrir uma trilha entre os personagens da cadeia: ladrões, estelionatários, traficantes, estupradores, assassinos e o pequeno grupo de funcionários desarmados que toma conta deles.
> A narrativa será interrompida pelos interlocutores, para que o leitor possa apreciar-lhes a fluência da linguagem, as figuras de estilo e as gírias que mais tarde ganham as ruas. (Varella, p. 9-11)

Dessa introdução é possível constatar a preocupação do autor em esclarecer quais foram as circunstâncias que possibilitaram seu contato com os presidiários da

---

orientadora a Profa. Dra. Ruth Correa Leite Cardoso, tendo sua banca examinadora sido composta, ainda, pelos

Casa de Detenção de São Paulo, e principalmente em retratar suas primeiras impressões. Para isso, o uso de metáforas é recorrente no texto. O autor destaca, ainda, que durante a narrativa poderá ser notada a presença dos interlocutores (presos e funcionários) em seu discurso habitual, a fim de que, assim, possa ser preservada a noção da linguagem desenvolvida na *Penitenciária do Carandiru*. A polifonia se faz, assim, presente nessa obra literária. Por outro lado, o longo período de convívio com os presos do Carandiru, transmite "verossimilhança" aos relatos de Drauzio Varella (1999).

O livro *Diário de um detento*, de Jocenir (2001), ao contrário dos demais, não possui uma introdução, mas um prefácio da autoria de Marcelo Rubens Paiva apresentado sob o seguinte título: *Jocenir narra o "circo de horrores" do universo da prisão*.

> Jocenir, ex-detento que conheceu Mano Brown enquanto preso no Carandiru, emprestou versos como "Fumaça na janela, /Tem fogo na cela, /Fodeu, foi além, /E se pã tem refém" para a música "Diário de um detento", dos Racionais MC's.
> Agora, em liberdade, depois de cumprir pena por receptação de carga roubada, num confuso processo criminal que o condenou a oito anos e três meses de reclusão, Jocenir lança "Diário de um Detento: o livro", em que conta a sua prisão e a rotina sufocante dos lugares em que foi forçado a viver: as cadeias públicas de Barueri e Osasco e os presídios Casa de Detenção, o Carandiru, e Avaré.
> O rap, lançado em 1997 no CD Sobrevivendo no Inferno, alavancou a carreira do grupo e certamente pertence ao time das músicas brasileiras que marcaram época.
> A letra, um épico deslumbrante, com imagens fortes e uma poética única (Ratatatá, /Mais um metrô vai passar"), que envolve denúncia, coração, crônica e arrojo ("Tic-tac, ainda é 9h40, /O relógio na cadeia anda em câmera lenta"), já foi cantada por manos, minas e playbas, que sabiam de cor refrão por refão, e impulsionou o movimento rap, exportando-o para fora da perifa.
> Em Diário de um Detento: o livro, Jocenir refreia a sua semântica assombrosa e parte para uma narrativa simples, didática, com começo, meio e fim, apontando as inúmeras falhas do sistema e navegando em torno do estresse que imprime a vida na cadeia. A todo tempo, a todo instante, resolvem-se encrencas, desfazem-se mal-entendidos e namora-se a morte: "Precisávamos de muita cautela nos atos e palavras...".

Diante do prefácio de Marcelo Rubens Paiva, retirado de artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 12 de maio de 2001, assim como pelo teor da epígrafe utilizada por um dos mais conceituados grupos de música *rap* do Brasil, o leitor inicia sua leitura do texto sem colocar em questão aspectos como validade ou veracidade dos relatos do autor sobre a realidade prisional. É sua própria condição de ex-detento, que possibilitou a vivência da experiência da privação da liberdade relatada no texto, o fator que confere legitimidade e credibilidade aos seus argumentos.

De forma contrária, as circunstâncias, por si só, não conferem aos relatos do antropólogo a legitimidade e autoridade que revestem as outras narrativas. Até mesmo porque, ao contrário dos demais, o antropólogo é o único autor que já possuía a intenção de relatar sua experiência de forma textual antes mesmo de conhecer a Penitenciária do Carandiru. Ou como diria Crapanzano (1991, p. 94), "Su 'desinterés', su 'distanciamiento', su 'objetividad' y su 'neutralidad', quedan arrumbadas por sus proprios intereses, por la idea de elaborar sus escritos." Além disso, seu texto já tinha seus aspectos formais, estruturais e lingüísticos previamente definidos antes mesmo de iniciar sua inscrição textual.[96]

Amostra clara das preocupações do antropólogo em adaptar sua argumentação para conferir objetividade e legitimidade aos seus argumentos, sem o que os mesmos não seriam considerados válidos pelo seu auditório (comunidade científica), pode ser notada da pragmática em afirmar que não possuía concepções prévias sobre a experiência da prisão, o que, segundo José Ricardo Ramalho (1979), só veio a ser adquirido ao longo da pesquisa.

[96] "O possível objeto da análise científica é concebido aprioristicamente no âmbito de nosso universo existencial, em nível primário. A fenomenologia capta neste momento a existência de uma subjetividade fundante do sentido." (Husserl *apud* Habermas, 1983, p.303)

> Esta visão não esteve clara para o pesquisador desde o início. À medida em que foi compreendendo a lógica dos presos e a forma pela qual a sociedade se apresentava para eles, começou a perceber as implicações do significado do crime numa sociedade como a nossa. Ao pesquisador não foi dado guiar-se *a priori* por concepções teóricas sobre a relação entre crime e classes sociais. As propostas teóricas sobre o tema foram sendo descobertas e apropriadas ao longo da pesquisa, sempre posteriores às indicações obtidas pelo método de ver as coisas a partir dos criminosos. (*op. cit*., p. 13)

E nesse ponto se verifica outra estratégia retórica utilizada pelo antropólogo, consistente em deixar consignado logo no início do texto que seus argumentos e suas conclusões somente foram concebidas “ao longo da pesquisa” e formuladas “a partir dos criminosos”. Em outros termos, o antropólogo quer deixar evidenciado que suas conclusões não são subjetivas, mas científicas.

No entanto, é de se considerar como no mínimo suspeito supor que o antropólogo não tivesse quaisquer concepções teóricas sobre os criminosos antes de manter contato com os mesmos. Isto porque, como já dito acima, o contato obtido pelo antropólogo junto aos presos foi intencional e direcionado em específico à elaboração do texto, enquanto que foi o acaso que possibilitou a experiência relatada nos demais textos. Desse modo, a prévia intencionalidade do antropólogo em produzir um texto destinado a determinado auditório condiciona de tal forma sua experiência que se torna mais razoável aceitar que o literato e o leigo produziram seus textos livres de concepções prévias, do que supor ou acreditar que o antropólogo não tivesse guiado suas argumentações sobre concepções teóricas apriorísticas.

Conforme argumenta Crapanzano (*op. cit*., p. 94), “su presencia no altera sus pensamientos acerca de lo obervado o de lo interpretado”. Até mesmo pelo fato de que se o antropólogo não tivesse vislumbrado, ao menos hipoteticamente, a possibilidade de elaborar formulações teóricas sobre a relação funcional entre crime e estrutura social a partir dos presos do *Carandiru* (oposição mundo do

trabalho/mundo do crime), como de fato o fez, certamente teria escolhido outro objeto de pesquisa.

Por outro lado, essas concepções formuladas pelo antropólogo “a partir dos criminosos” e “ao longo da pesquisa”, na perspectiva de “trabalhar o discurso dos presos”, foi construída não sobre diálogos, mas sobre depoimentos tomados em entrevistas realizadas “na sala da chefia do expediente”, sendo que “às costas do entrevistador se colocava o chefe do expediente que de sua posição podia observar de frente o entrevistado” (Ramalho, *op. cit*., p. 13). Nestas condições, é natural que tenha havido uma considerável limitação ao regular desenvolvimento da pesquisa, como, de fato, reconheceu o próprio pesquisador:

> A presença assídua do chefe do expediente junto às entrevistas nos primeiros meses de trabalho evidenciou a sua preocupação em estar ciente do conteúdo das perguntas e respostas. Esta atitude deliberada de controle significou naturalmente inibição por parte dos presos. (Ramalho, 31)

Ao que se vê, não foi possível ao antropólogo estabelecer a pretendida relação de convivência com os criminosos. A proposta de uma “observação-participante” nos moldes malinowskianos não alcançou, assim, condições de efetividade. De modo que a retórica da cientificidade se apresenta como um recurso necessário para que o texto fosse considerado válido e autorizado.

> Atividades que implicassem num maior conhecimento das condições de existência da cadeia, como visita às celas, oficinas de trabalho e outros setores, ficaram rigidamente vedadas no primeiro ano de pesquisa e selecionadas no período restante, quando foi possível conhecer algumas oficinas de artesanato e percorrer as dependências da cadeia por uma única vez. Nesse sentido, a idéia inicial de conversar com presos em suas celas ou local de trabalho tornou-se inviável e as entrevistas só se realizaram no próprio setor de expediente, sob a tutela dos funcionários. (Ramalho, *op. cit*., p. 27)
> (...)
> Seis ou sete meses depois, estas diferenças [entre os presos de cada pavilhão] começaram a aparecer de forma bastante diversa do parâmetro inicial e por esse motivo tentou-se alargar a faixa de entrevistados de modo a

> abranger presos de todos os pavilhões. Nesse momento, contudo, houve um cerceamento da atividade do pesquisador que se expressou na permissão somente de entrevistar presos que fossem do pavilhão 2. As entrevistas se realizaram quase todas com os presos desse pavilhão e apenas esporadicamente pode-se conversar com gente dos outros pavilhões, o que aliás só ocorreu quando coincidia de um preso dos pavilhões 5, 8 ou 9 estar no setor de expediente por algum motivo e com disponibilidade para ser entrevistado.
> (...) O local das entrevistas era a sala da chefia do expediente. Nesta sala de aproximadamente 12 metros quadrados, com 2 mesas e alguns armários de ferro, ficavam o chefe do expediente e seu auxiliar mais direto. A conversa com o preso se realizava num canto desta sala, no intervalo entre essas duas mesas. Às costas do entrevistador se colocava o chefe do expediente que de sua posição podia observar de frente o entrevistado. Poucas vezes foi possível escapar a esta limitação e as vezes em que isso aconteceu as situações criadas quase impediram o prosseguimento da pesquisa. A presença assídua do chefe do expediente junto às entrevistas nos primeiros meses de trabalho evidenciou sua preocupação em estar ciente do conteúdo das perguntas e das respostas. Esta atitude deliberada de controle significou naturalmente inibição por parte dos presos. (*op. cit.*, p. 30-31)
> (...)
> O convívio mais intenso com a cadeia bastou para que os presos tomassem maior conhecimento das atitudes e intenções do pesquisador. Com o correr do tempo as impressões e as resistências iniciais se desfizeram e o relacionamento assumiu características mais explícitas. Embora o pesquisador não fosse reconhecido pelos presos como um igual aos funcionários, pois nesse período de contato dera demonstrações de não estar ligado a eles, mantinha um bom relacionamento também com os funcionários, inclusive porque dependia deles para entrar no presídio. (..) Evitou-se envolvimento pessoal com qualquer preso, e também qualquer expectativa com relação a possibilidades concretas de ajuda nos diversos casos. Constituiu-se regra, inclusive, não pedir o nome do entrevistado.
> Apesar dos cuidados do pesquisador, ele foi identificado às vezes com os funcionários e neste caso constituiu uma ameaça para os presos; outras vezes, sua atitude de interesse e compreensão pela vida dos presos e seus pontos de vista, levaram-no a ser pensado como advogado, jornalista, ou alguém que pudesse de alguma forma contribuir para a solução de problemas vividos por eles. É neste sentido que as condições sob as quais realizaram-se as entrevistas devem ser entendidas como parte integrante dos dados, qualificando-os significativamente. (Ramalho, *op. cit.*, p. 32-33)

Como se vê, diante de tantas limitações encontradas pelo antropólogo no campo de pesquisa, é questionável a validade dos dados obtidos e o apontado tratamento objetivo e impessoal direcionado aos mesmos. Sintomáticas dessa apontada suspeição de validade dos dados são as palavras que o chefe do expediente dedicou ao antropólogo ao final da pesquisa, expressando “sua certeza na boa qualidade do trabalho, embora duvidasse da utilidade dos dados, pois os presos, segundo ele, costumavam mentir muito” (Ramalho, p. 26). Essa advertência do chefe do expediente ao antropólogo pode ser corroborada pela frase que o

escritor Drauzio Varella (1999) utiliza para encerrar a introdução à sua obra: “Como diz a malandragem: –- Numa cadeia, ninguém conhece a moradia da verdade” (*op. cit.* p. 12).

Em um trecho de seu texto, Drauzio Varella, assim como José Ricardo Ramalho, também conta sobre a desconfiança experimentada no início de sua convivência no ambiente hostil da Penitenciária do Caradiru:

> O trabalho começou em 1989 e dura até hoje. (...) Com os anos, ganhei confiança e pude andar com liberdade pela cadeia. Ouvi histórias, fiz amizades verdadeiras, aprendi medicina e muitas outras coisas. Na convivência, penetrei alguns mistérios da vida no cárcere, inacessíveis se eu não fosse médico. (Varella, *op. cit*., p. 10)
> (...)
> No início, fiquei com a impressão de que os funcionários não confiavam em mim. Depois, tive certeza. Eram arredios, mais tarde me contaram, por acharem que eu estaria ligado às associações de defesa dos direitos humanos ou teria interesses políticos. (...) A desconfiança não tinha motivação pessoal. Nada do que eu tivesse feito ou dito poderia justificá-la. Na verdade, guardas de presídio não gostam de pessoas estranhas no ambiente de trabalho. A realidade é desconcertante numa prisão, o que parece certo muitas vezes está errado, e aparentes absurdos encontram lógica em função das circunstâncias. O visitante, ingênuo, tira conclusões precipitadas e pode fazer comentários indiscretos que eventualmente cheguem aos ouvidos da Corregedoria, encarregada de investigar abusos de autoridade, ou à redação dos jornais. (Varella, p. 105/106)
> (...) A convivência encarregou-se de quebrar a resistência da corporação à minha pessoa, como disse seu Aparecido Fidélis, funcionário experiente, enquanto tomávamos um chope no Recanto Nordestino, ao lado da cadeia:
> __ Com o passar dos anos, nós percebemos que o senhor veio para somar.
> A partir daí, tive ampla liberdade. Pude circular até nas áreas de segurança, do Amarelo à Masmorra. Andar sozinho pela cadeia no meio dos ladrões transmitiu-me uma sensação de autoconfiança que não ficou limitada ao espaço interno do presídio.

Muito embora as limitações ao contato com as diversas faces dessa cultura retratada também tenham ocorrido com os outro autores, evidentemente em formas, dimensões e graus completa e significativamente diferentes, é certo que a intencionalidade do antropólogo em produzir um informe escrito sobre suas pesquisas junto à Penitenciária do Carandiru, consistiu num óbice à constituição e ao desenvolvimento de um “diálogo autêntico”, equivalente ao obtido pelos outros autores.

No entanto, mesmo diante dessas suspeitas sobre a veracidade das informações que foram conferidas ao antropólogo, este as toma como premissas apodíticas para, a partir delas, inferir teorias de causa e efeito entre “mundo do trabalho” e aquilo que denomina “mundo do crime”. E para produzir um “efeito de verdade”, utiliza de uma argumentação lógica construída a partir dos relatos dos presos, mas que não correspondem, somente pela utilização desse método, à verdade pretendida. Como enfatiza Bourdieu (1998, p. 178), a retórica da cientificidade, possui “uma eficácia simbólica independente de seu valor de verdade”, sendo certo que seus elementos “além de atestar uma intenção de cientificismo, contribuem com a eficácia específica da mitologia ‘científica’”. De modo que a utilização do “aparelho científico” (método; código lingüístico; coerência; relações da causa e efeito) pode ocultar uma “base mítica” que se apropria do verdadeiro e do válido em nome da ciência, e que, não fosse uma análise crítica, teria suas representações aceitas sem qualquer questionamento.

3. Arregimentação de aliados: os dispositivos de inscrição textual

Diante de tantas adversidades encontradas na *praxis* para conferir sustentação fática à sua representação teórica, torna-se evidente que o antropólogo se veja na premência de recorrer a artifícios para persuadir o leitor de que, não obstante as limitações ao desenvolvimento da pesquisa, a validade e autoridade de seus informes etnográficos estão preservadas. Evidência disso pode ser constatada a partir da alusão ao que outras pessoas escreveram ou disseram sobre aquilo que o antropólogo se dispõe a fazer.

Essa estratégia do autor em arregimentar aliados para apoiar as afirmações ou pretensões do antropólogo tem como resultado um fortalecimento em sua

argumentação. Conforme se frisou no item 3.2. do capítulo IV desta dissertação, a recorrência a aliados superiores e numerosos é chamada de argumento de autoridade, e pode ser identificada como uma estratégia retórica para persuadir o leitor sobre a validade ou acerto do que é dito. No trecho da etnografia em destaque, assim como em praticamente toda a exposição da fundamentação metodológica do texto, podem-se notar várias passagens o recurso ao argumento de autoridade pelo antropólogo:

> Como diz Gerald D. Berreman, a presença do pesquisador diante dos membros do grupo estudado geralmente é encarada como a de um intruso desconhecido, cujo surgimento é inesperado e freqüentemente indesejado. O sucesso do trabalho de pesquisa, ou seja, a validez e a possibilidade de obter os dados, é determinado pelas impressões que estes têm de sua presença.
> (...)
> Como diz Gerald D Berreman, o controle sobre o outro numa relação de pesquisa, nunca é obtido de modo absoluto. Cabe ao pesquisador explorar as vantagens que lhe são oferecidas por tal impossibilidade. As impressões que tanto o pesquisador como seus sujeitos procuram projetar são aquelas julgadas mais favoráveis à realização de seus objetivos respectivos: o pesquisador tenta conseguir informações sobre a região interior de seus sujeitos e estes procuram manter seus segredos, que ameaçam a imagem pública que desejam proteger.
> (Ramalho, p. 29)

Percebe-se, portanto, da argumentação do antropólogo, que antevendo os questionamentos que certamente lhes seriam feitos pelos seu auditório específico sobre a validade dos dados de pesquisa, este recorre a “aliados externos” para persuadir o leitor da idoneidade de seus métodos e resultados de pesquisa.

Ainda na introdução à sua etnografia, pode-se denotar em outro ponto mais um outro argumento do antropólogo destinado à revestir seus informes de validade científica. A referência expressa do referencial teórico e metodológico utilizado em campo e no tratamento dos dados coletados é um forte indicativo de que o texto pretende ser válido e convincente:

> A análise das formulações do sujeito passa, no entanto, pela compreensão das categorias não conscientes através das quais ele organiza seu universo. Trata-se, portanto, de conhecer estas categorias. Para tanto é necessário desvendar noções desconhecidas que se ocultam sob termos todavia bastante conhecidos, tomados à linguagem comum. Essas noções são chamadas categorias e são tomadas aqui no sentido durkheimiano de "instrumentos de pensamento". Através delas um grupo social expressa a concepção que tem do mundo que vive: classifica (agrupa, distingue, relaciona) os objetos (seres, sentimentos, acontecimentos) que conhece e com os quais se relaciona. Durkheim se refere a "noções essenciais" que dominam a vida intelectual dos homens e sem as quais estes são incapazes de pensar qualquer objeto. Eles são como "l'ossature de l'inteligence" [Émile Durkheim*. Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*. Paris, P.U.F., 1968, pp. 12 e 27]. As categorias se definem por serem socialmente forjadas, por resultarem de uma imposição da sociedade sobre os objetos. Aparecem para as pessoas como naturais, como uma projeção das próprias coisas a que se referem sobre a mente que conhece. Daí que as categorias prescindem de serem definidas e explicadas pelos que se servem delas, pois para estes, as noções se confundem com a própria realidade das coisas. Fica, portanto, ao pesquisador a tarefa de romper com a evidência e a naturalidade das categorias e revelar-lhes o conteúdo. (Ramalho*, op. cit.,* p. 13-14)

Como se vê dos trechos em destaque, o antropólogo deixa ressaltado que seus argumentos são técnicos e pertinentes pelo fato de estarem amparados na teoria e metodologia de "autoridades" como Émile Durkheim (1983), um dos pensadores clássicos que mais contribuiu para a consolidação da sociologia e antropologia como disciplinas científicas. E, dessa forma, com a afirmação do antropólogo enfatizando que seus argumentos e técnicas de pesquisa observam o método e a teoria durkheimiana não se pode questionar a validade ou propriedade de algum argumento utilizado pelo antropólogo no texto sem que se coloque em dúvida a autoridade e o prestígio de Durkheim. Um leitor que se disponha a realizar o papel de discordante, duvidando ou falseando o método de pesquisa ou as formas de representação etnográfica utilizados pelo antropólogo, precisará, agora, contestar e falsear também a autoridade dos argumentos de Durkheim e outros antropólogos de renome.

Não se pode deixar de considerar ainda que, apesar de não ter sido feita qualquer referência expressa dessas pessoas na etnografia para conferir sustentação a algum argumento, não se pode questionar a autoridade do etnógrafo

sem que, indiretamente, se coloque em dúvida a autoridade de sua orientadora de pesquisa, a antropóloga Ruth Correa Leite Cardoso, que “avalizou” a proposta e a metodologia de pesquisa. Nesse sentido, tem-se que mesmo a banca (antropólogos) composta por José Augusto Guilhon Albuquerque e Peter Fry, além da orientadora Ruth Cardoso, representando o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que avaliou a etnografia – banca que na verdade consiste em sua destinatária imediata, representando os pares nessa comunicação primária – dão sustentação aos argumentos trazidos no texto na perspectiva da comunicação secundária (público em geral). Sustentação que é reforçada pela própria referência no texto de que a pesquisa teve o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que aprovou, de forma prévia, o projeto de pesquisa e a própria idoneidade ou preparo intelectual (autoridade) do antropólogo.

Portanto, o leitor (comunidade científica e público em geral) não poderá duvidar da validade ou autoridade dos relatos etnográficos sem que, consequentemente, coloque em questão a validade e o acerto dos métodos de autoridades como Marx, Durkheim, Foucault e Gerald D. Berreman, dentre outros; da isenção e honestidade de Ruth Correa Leite Cardoso, José Augusto Guilhon Albuquerque e Peter Fry, que representam o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e avalizaram, através de um teste intersubjetivo, a validade científica dos argumentos e relatos descritos na etnografia; e da própria Fapesp, que garantiu fundos para a pesquisa reconhecendo, previamente, sua cientificidade.

Não se pode negar que se torna muito mais difícil questionar ou duvidar dos argumentos e resultados de pesquisa do antropólogo diante do engajamento de

tantas pessoas em sua composição, do que colocar em suspeita a validade dos relatos trazidos nos outros dois textos, onde não há o autor se encontra sozinho na construção do texto. Ao ponto de se mostrar legítimo questionar se mesmo que, hipoteticamente, os argumentos expressos na etnografia não passem de uma simples opinião ou invenção do antropólogo, o fato de dezenas de pessoas cuja honestidade, trabalho e renome estarem depositadas no texto tornam essa opinião ou invenção do antropólogo mais *factível* ou *válido* – porém não mais verdadeiro – do que os informes trazidos pelo escritor ou pelo preso em seus respectivos textos.

Isto porque, ao contrário do texto científico, nos textos literário e vulgar o que impera é a singularidade do autor. Com a exceção do prefácio de Marcelo Rubens Paiva em *Diário de um detento: o livro*, da autoria de Jocenir, cuja obra também contou com o reforço indireto conferido pela parceria de seu autor na composição da letra de uma música de rap do grupo *Racionais MCs*, e que promoveu o nome de Jocenir, não há o envolvimento de outras pessoas ("aliados") engajadas no desenvolvimento dos textos e que ali estejam expressamente indicadas.

Até mesmo porque não há nesses textos uma pretensão de reforçar a faticidade ou veracidade dos argumentos e experiências ali transcritas. A notoriedade da experiência intensa e duradoura do literato (médico da Penitenciária do Carandiru) e do leigo (ex-detento da Penitenciária do Carandiru) são suficientes para transmitir ao leitor, não a convicção da *facticidade, validade* ou *veracidade* dos relatos trazidos nos textos, mas a verossimilhança propiciada por quem conviveu intensamente o contato com o "outro" representado nos textos. Com efeito, ao contrário do antropólogo, o contato representado nos outros textos foi autêntico e verdadeiro; é a própria subjetividade de Drauzio Varella e Jocenir que *autoriza* seus informes; enquanto que a pretensão de objetividade do antropólogo impõe, de forma

antagônica e sintomática, que seus relatos sejam fundamentados, revistos e aprovados por outros sujeitos. Em outros termos, faz-se presente aqui a constatação poperiana de que é a circunstância dos enunciados científicos poderem ser "intersubjetivamente submetidos a teste" que confere objetividade aos mesmos, e não o seu grau de verificabilidade empírica.[97]

Nesse sentido, tem-se que ao contrário da etnografia que necessita de "aliados externos" para garantir objetividade, validade e autoridade ao texto, os textos literário e vulgar estão escorados, exclusivamente, na subjetividade de seus respectivos autores. O que importa é a autoria (subjetiva) e não a autoridade (intersubjetiva).[98] Nos trechos destacados de cada um dos textos analisados é possível constatar a importância conferida à subjetividade do autor:

> O convívio mais intenso com a cadeia bastou para que os presos tomassem maior conhecimento das atitudes e intenções do pesquisador. Com o correr do tempo as impressões e as resistências iniciais se desfizeram e o relacionamento assumiu características mais explícitas. Embora o pesquisador não fosse reconhecido pelos presos como um igual aos funcionários, pois nesse período de contato dera demonstrações de não estar ligado a eles, mantinha um bom relacionamento também com os funcionários, inclusive porque dependia deles para entrar no presídio. (Ramalho, *op. cit*., p. 32)

> Devagar, aprendi que a cadeia infantiliza o homem e que tratar de presos requer sabedoria pediátrica. Muitas vezes é suficiente deixá-los se queixar ou simplesmente concordar com a intensidade do sofrimento que referem sentir, para aliviá-los. O ar de revolta que muitos traziam para a consulta desaparecia depois que lhes palpava o corpo e auscultava pulmões e coração. No final, não era raro encontrar ternura no olhar deles. A paciência de escutar e o contato do exame físico desarmavam o ladrão. (Varella, *op. cit*., p. 96)

> De repente, num único segundo, toda minha passagem pela prisão veio-me à cabeça. Lembrei-me de cada detalhe e situação nos últimos anos, os companheiros, as torturas, os gestos de solidariedade, a luta pela sobrevivência, as revoltas, as dores da solidão. Ficou tudo gravado em minha memória.

[97] A respeito da teoria popperiana da falseabilidade (os enunciados científicos devem ser suscetíveis de teste intersubjetivo) vide item 3 do capítulo I desta dissertação.
[98] Sobre a cambiante importância do autor na literatura e na ciência durante o decorrer histórico ocidental, vide item 2.3. do capítulo III.

Um homem nunca é o mesmo depois da cadeia. (Jocenir, *op. cit*., 186)

Denota-se, portanto, que, corroborando com os aspectos relacionados à autoria e autoridade propostos no item anterior, a pragmática do auditório específico (comunidade acadêmica) pré-condiciona a construção etnográfica. Tal constatação deve-se, em parte, ao fato de que, ao contrário dos demais, a etnografia é o único texto que será submetido a testes intersubjetivos de validade. De modo que para poder se opor às resistências e superar as controvérsias o antropólogo necessita recorrer à estratégia retórica consistente em trazer para o texto "aliados externos" que venham a conferir "força persuasiva" aos seus argumentos, tornando-os técnicos.

Nessa perspectiva, a argumentação utilizada pelo antropólogo não "prova" que sua representação traz em si a verdade do "outro", ou uma fiel descrição de sua realidade. Mas sim que está se valendo dos meios necessários e tradicionalmente utilizados para que, num trabalho essencialmente pragmático, supere as controvérsias vislumbradas e obtenha aceitação de seus argumentos pelos seus pares ou pelo público em geral. O "verdadeiro" pode ser compreendido nesse processo de construção científica como algo sustentado por um paradigma, e que tem ao seu lado diversas pessoas que dedicaram seus nomes e esforços nesse mesmo sentido apontado. Afinal, um documento isolado, como é o caso dos textos de Varella (op. cit.) e Jocenir (op. cit.), não são considerados científicos. Como diria Latour (2000, p. 58), "a cuidadosa indicação da presença de aliados é o primeiro sinal de que a controvérsia está suficientemente acalorada para gerar documentos técnicos."

3.1. Referências, citações e notas de rodapé

Como se viu no item anterior, a indicação expressa de textos anteriores e externos é um sinal importante para se verificar se um texto pretende ou não ser aceito como um documento técnico. Até mesmo porque, um texto isolado de outros textos nunca alcançará o *status* de científico. Pelo contrário, em um documento científico, como é o caso da etnografia, há inúmeras referências a textos anteriores e externos que dão sustentação paradigmática às afirmações feitas pelos cientistas. De modo que esses textos anteriores indicados expressamente no texto são utilizados como se fossem "aliados" para persuadir o leitor que sobre a veracidade das suas afirmações.[99]

Entretanto, há um momento em que a simples referência a outros textos não se mostra mais suficiente para levar o oponente a mudar de opinião, de modo que passa a ser necessário a apresentação e leitura do próprio texto citado. Esta estratégia é alcançada através da utilização de citações e notas de rodapé. Com efeito, a verificação da presença ou ausência desses elementos constitui um importante sinal para indicar se o texto é ou não sério, haja vista que, para discordar do argumento apresentado é preciso contestar cada um dos outros textos trazidos em citações e notas de rodapé.

Sobre as notas de pé de página, Burke (2003) aponta que o principal objetivo de sua adoção consistia numa facilitação ao leitor para que pudesse constatar a veracidade daquilo que estava sendo escrito mediante a consulta à própria fonte das informações trazidas pelo escritor. Segundo este mesmo autor, o fortalecimento dessa nova prática de escrituração está associada ao surgimento do empirismo, à

crescente confiança nos números, e à idéia de um conhecimento imparcial e objetivo. “Entre os historiadores, o surgimento da indução estava ligada à da nota de pé de página” (Burke, 2003, p. 185). Constata-se, portanto, que a utilização da nota de pé de página como mecanismo que permite um retorno às fontes, estava relacionada, desde a sua aparição na época do Renascimento, a um esforço de convencimento do leitor acerca da confiabilidade do conteúdo do texto.[100]

É necessário considerar, nessa perspectiva proposta, que caso não houvessem referências no texto, o discordante estaria no mesmo plano que o autor. A partir do que Latour (2000, p. 59) conclui que “a diferença entre literatura técnica e não-técnica não está em uma delas tratar de fatos e a outra, de ficção, mas está em que a última arregimenta poucos recursos e a primeira, muitos”.

Nesta interface entre o texto técnico e o literário e o vulgar, pode-se de fato notar que somente no primeiro há a presença de referências, citações e notas de rodapé. No caso das referências, constata-se que estas são feitas no próprio corpo do texto, seguidas da indicação expressa do autor e o respectiva texto consultado através de notas de rodapé:

> Em outras palavras, a polícia vigia intensamente não só a movimentação dos delinquentes mas também toda a população [indicação de nota de rodapé que faz referência a Michel Foucault e sua obra *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*], na qual são recrutados os delinquentes. (Ramalho, *op. cit.*, p. 170)

> As impressões que tanto o pesquisador como seus sujeitos procuram projetar são aquelas julgadas mais favoráveis à realização de seus objetivos respectivos: o pesquisador tenta conseguir informações sobre a região interior de seus sujeitos e estes procuram manter segredos, que ameaçam a

[99] Vide item 3 do capítulo IV.

[100] “John Selden, por exemplo, preencheu as margens de sua História do dízimo (1618) com referências às fontes, explicando orgulhosamente no prefácio que ‘os testemunhos foram escolhidos pelo peso, não pela quantidade, e extraídos só dos lugares apontados nas margens, nunca de segunda mão’. Até trabalhos menos eruditos, como A restauração política da Espanha (1619), de Sancho de Moncada, citavam regularmente autoridades nas margens, incluindo obras de referência como a geografia mundial de Botero, a Bíblia e os clássicos.” (Burke, 2003, p. 185)

> imagem pública que desejam proteger. [indicação de duas notas de rodapé que fazem referências a Gerald D. Berreman e sua obra *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*, e de uma citação de Erving Goffman em *The presevation of self in every day life*]. (Ramalho, *op. cit*., p. 31-32)

> Se é verdade que o contato inevitável entre presos de diversos tipos tende aparar para as atividades de delinqüência aqueles que não estavam definitivamente engajados no crime antes da prisão; se é verdade que para esta reincidência e processo de corrupção concorrem os próprios guardas de presídio em função de seu despreparo, e de sua própria corrupção [indicação de nota de rodapé que faz referência a um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* sob o título *Guarda, um problema na prisão*]

Percebe-se que por meio das referências o antropólogo recorre a textos externos e anteriores para dar sustentação a certos argumentos que vislumbra, por sua natureza controversa, serem passíveis de contestação (no caso a função da polícia frente ao sistema penitenciário; a possibilidade do etnógrafo ter ou não o controle de suas impressões perante o "outro" e as implicações dessas impressões sobre os resultados de pesquisa; e a concorrência dos guardas de presídio para a reincidência penal). Entretanto, em sua estratégica de defesa de seus argumentos, o antropólogo entendeu não ser necessária uma apresentação expressa e leitura dos textos referidos. Na sua pragmática, bastou a referência a outros textos que possivelmente corroboram com suas afirmação para conferir-lhes sustentação.

Porém, como foi frisado acima, é certo que, dependendo da dimensão das pretensões do autor e das controvérsias que elas podem incitar, a simples referência a outros textos não se mostra mais suficiente para convencer o discordante, fazendo-se necessária a apresentação e leitura do próprio texto citado. Conforme descrito no item 3.2. do capítulo IV desta dissertação, esta estratégia é alcançada através da utilização de citações e notas de rodapé.

> Segundo o corregedor do presídio de Cuiabá e juiz criminal Mauro José Pereira, "na situação em que está a cadeia de Mato Grosso, jamais se

> alcançará o objetivo legal de recuperar o criminoso, pois ele pode passar 10, 20 ou 30 anos segregado e volta ainda pior para o convívio social. A pena não é o ódio, e nossas cadeias dão ao preso uma vida pior que aquela que ele levava antes do crime. É uma farsa dizer que essas cadeias visam recuperar: elas só marginalizam e segregam o homem, tornando-o ainda mais nocivo e marcado pela sociedade" [*Prisão – a pós-graduação do crime. Jornal do Brasil*] (Ramalho, *op. cit*., p. 157)

> Diria Foucault, "o sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinqüência e mecanismos que solidificam a delinqüência. O pretenso fracasso não faria então parte de um funcionamento da prisão?" [Michel Foucault, *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*] (Ramalho, *op. cit*., p. 162)

> Alguns presos, no entanto, vão mais além nas suas acusações às funções do sistema carcerário e chegam a afirmar que alguém deve estar tirando proveito dessa situação. "A sociedade não quer...a cadeia é um meio de vida pra eles, nós aqui somos meio de vida pra eles, meio de vida." [trecho da fala de preso anônimo em entrevista] (Ramalho, *op. cit*., p. 124)

Pode-se verificar dessa maneira que o antropólogo, em sua estratégia de construção etnográfica, optou por apresentar expressamente, através de citações, argumentos externos para dar sustentação às suas formulações. A conveniência da transcrição desses outros textos é justificada pelo fato de que os argumentos ali contidos são essenciais para induzir o leitor a reconhecer a pertinência das afirmações e conclusões do antropólogo na composição de sua etnografia, que aponta para uma função social da cadeia no âmbito de uma sociedade estruturadas em classes sociais, onde o sistema prisional seria um instrumento de poder colocado à disposição da classe dominante, tornando possível a manutenção da estrutura social. Não se pode negar que a apresentação de diversos textos, e do próprio "outro" pesquisado, com argumentos que apontam no mesmo sentido da tese proposta é extremamente útil para persuadir o leitor de que aquilo que é dito pelo antropólogo na etnografia é fato (objetivo) e não mera opinião (subjetivo).

Por outro lado, também deve-se ter em vista que ao apontar a bibliografia utilizada para sustentar o argumento, o autor estará exposto a uma investida mais

audaciosa do “discordante”, que poderá comprovar até que ponto as citações corroboram a tese do autor. Isto porque é possível que as referências tenham sido utilizadas de forma equivocada pelo autor, seja por não se relacionarem à tese do autor, ou que sua utilização tenha sido feita unicamente para conferir um matiz paradigmático a sua tese. Com o que se verifica que somente através de uma perquirição acerca do “contexto da citação” é que se poderá constatar a pertinência do texto compilado em relação aos argumentos contidos no texto defendido.

Sob um outro aspecto, a estratégia retórica consistente em invocar ao longo do texto argumentos trazidos de outros textos anteriores que constituem verdadeiras “caixas-pretas”,[101] tem como resultado prático a definição de uma “trilha segura” que leve o leitor às mesmas conclusões do autor, conferindo sustentação paradigmática à tese apresentada. De fato, como disse Latour (2000), “a transformação da prosa linear numa, digamos, formação entrelaçada de linhas de defesa é o sinal mais seguro de que o texto se tornou científico”.

De modo contrário, os argumentos trazidos nos outros textos estão livres da pragmática revelada na etnografia, uma vez que foram elaborados mais com o intuito de transmitir uma experiência sobre a vida no cárcere do que, propriamente, formular teorias de causa e efeito sobre o sistema penitenciário destinadas à comunidade científica. De forma diversa ao que se encontra no texto científico, não há referência expressa a outros textos e outros autores, até mesmo porque, como foi enfatizado acima, a construção literária e vulgar é feita sobre na narrativa da autoria, e não na defesa da validade e autoridade.

3.2. A visualização dos textos

Da exposição acima foi possível verificar que a literatura técnica é a produção textual forjada para resistir aos "ataques de um ambiente hostil". Parte-se, portanto, do pressuposto de que quanto mais objeções forem enfrentadas pelo texto mais técnico ele será. Com efeito, a constatação popperiana (2003, p. 46) de que é a circunstância de os enunciados científicos poderem ser "intersubjetivamente submetidos a teste" o fator que confere objetividade aos mesmos, e não o seu grau de verificabilidade empírica.

Mas, por outro lado, os detalhes técnicos exibidos ao longo do texto como gráficos ou imagens não são utilizados exclusivamente a título de estética ou ilustração. Eles também podem ser incorporados no texto para protegê-lo contra as discordâncias cada vez mais contundentes do leitor, que pode não se dar por vencido apenas com as referência ou citações de outros textos. Isto porque estas remetem a textos "ausentes", de modo pode ser necessário "mostrar" aquilo que está representado no texto. Daí a possibilidade de se utilizar gráficos, fotos, figuras, ilustrações, tabelas e legendas, substituindo uma representação escrita por uma representação visual.

No entanto, tem-se que, significativamente, o texto científico (etnografia) em análise não possui nenhuma representação visual, mas somente escrita. De forma sintomática, é no texto literário que iremos encontrar mapas aerofotográficos e inúmeras fotos mostrando esse "outro" descrito nos textos e a Penitenciária do Carandiru, em seus aspectos físicos e culturais. Até mesmo o texto vulgar traz em sua capa uma foto tirada na Penitenciária do Carandiru, possivelmente de seu autor

[101] Sobre o conceito de "caixa-preta" proposto por Latour (2000), vide item 3.2. do capítulo IV.

no interior de uma cela. De modo que, pelo menos no que diz respeito a esse possível instrumento de persuasão, consistente em mostrar visualmente o que está sendo descrito no texto, tem-se que os textos não-técnicos são mais ilustrativos e eficazes em transmitir ao leitor uma noção do "outro" que não pode ser expressa através de palavras.

É evidente que caso o antropólogo tivesse utilizado em seu texto ao menos mapas ou fotos mostrando o espaço físico da Penitenciária, com a distribuição dos pavilhões, assim como tantas outras formas que estivessem ao seu alcance para trazer ao texto aspectos visuais daquilo que procura demonstrar por meio de palavras, seu poder de persuasão certamente teria sido maior, e sua representação mais completa.[102]

Interessante notar neste aspecto que em etnografias clássicas como *Argonautas do pacífico ocidental*, de Malinowski (1978), há uma representação visual da outra cultura através de fotografias, desenhos, figuras e mapas. De se ressaltar, ainda, que o recurso aos meios visuais para a representação da experiência etnográfica, vem sendo objeto de reflexões epistemológicas através de uma antropologia visual, voltada a questionamentos críticos sobre o uso da imagem na construção do conhecimento antropológico, onde o poder de persuasão da imagem também pode ser considerado numa perspectiva crítica.

Com efeito, a utilização de imagens permite uma representação que não se encontra limitada ou condicionada por aspectos lingüísticos e significantes, favorecendo, inclusive, uma maior validez e autoridade aos argumentos transcritos no texto. Conforme sustenta Latour (2000, p. 81), "a força de um texto é muito maior quando os reforços são ostentados no próprio texto. (...) já não é questão de

[102] Essa distinção na visualização dos textos analisados pode ser constatada visualmente através de imagens copiadas de cada texto e que seguem como Anexo a esta dissertação.

acreditar; é questão de *enxergar*". Desse modo, o texto deixa de estar sustentado somente nas afirmações do autor e em outros textos, e passa a amealhar um número cada vez maior de reforços, onde o recurso à imagens ocupa uma posição de estratégia retórica por excelência

3.3. Encenação e enquadramento

Uma outra estratégia retórica constatada por Latour (2000) é a "encenação e enquadramento", que, conforme delineado de forma mais detida no item 3.2. do capítulo IV, pode ser definida como sendo o meio pelo qual o autor orienta e esclarece de que modo e por quem o seu texto deve ser lido.

Tanto que, geralmente, a exposição de um texto, científico ou não, é precedida de um prefácio ou introdução, por meio dos quais é feita uma prévia antecipação do conteúdo do texto, direcionando-o, velada ou explicitamente, ao seu público alvo. A própria linguagem utilizada pelo autor pode consistir num forte indicativo do leitor com o qual o autor pretende falar por intermédio do texto. Ao passo que quanto mais técnica for a linguagem, mais seleto e reduzido será o número de leitores. Enquanto que se, de modo contrário, o texto for destinado a um público maior e mais heterogêneo deverá haver uma redução na intensidade das controvérsias e, consequentemente, nas estratégias de persuasão, permitindo que o autor utilize de uma linguagem mais "aberta". Pode-se afirmar, portanto, que através da encenação o autor transmite ao leitor uma noção acerca do "gênero" em que o texto se encontra inserido, definindo suas pretensões comunicacionais.

Pelas primeiras linhas escritas pelos autores em cada texto é possível extrair uma noção das propostas que guiaram a elaboração dos respectivos discursos, levando ao conhecimento do leitor o conteúdo e a linguagem contida nos textos.

Com isso, fica desde logo esclarecido por quem e de que modo os textos devem ser lidos:

> O crime e a prisão constituem objetos de estudo deste trabalho. Procura-se, no entanto, percebê-los a partir da ótica do próprio criminoso enquanto preso, ponto de vista nem sempre considerado legítimo pela sociedade[103]. As várias discussões sobre o tema, por mais "progressistas" que sejam, têm somente colocado numa nova roupagem velhas concepções sobre os *criminosos* e a prisão, concepções estas que em geral reproduzem a versão da ideologia dominante, difundida pelo aparelho judiciário. É na perspectiva de pensar o tema através de outra versão, que este trabalho procura se desenvolver. Discute-se aqui, não só a versão do *criminoso* sobre o *mundo do crime* e suas formas de manifestação na prisão, como também as formas pelas quais sua consciência capta a situação num contexto mais amplo, em que a origem social tem um peso fundamental na sua identificação como *delinquente*.

> Não é objetivo deste livro denunciar um sistema penal antiquado, apontar soluções para a criminalidade brasileira ou defender direitos humanos de quem quer que seja. Como nos velhos filmes, procuro abrir uma trilha entre os personagens da cadeia: ladrões, estelionatários, traficantes, estupradores, assassinos e o pequeno grupo de funcionários desarmados que toma conta deles.
> A narrativa será interrompida pelos interlocutores, para que o leitor possa apreciar-lhes a fluência da linguagem, as figuras de estilo e as gírias que mais tarde ganham as ruas. (Varella, p. 9-11)

> Ratatatá,
> Mais um metrô vai passar,
> Com gente de bem, apressada, católica,
> Lendo jornal, satisfeita, hipócrita,
> Com raiva por dentro a caminho do Centro,
> Olhando pra cá curiosos – é lógico - ,
> Não, não é não, não é o zoológico.
> Minha vida não tem tanto valor
> Quanto seu celular, seu computador.
> (Jocenir, *op. cit*., p. 15)

Com efeito, através desses trechos extraídos logo do início dos textos analisados, onde cada autor tece suas primeiras linhas, já é possível obter uma noção sobre a linguagem, forma narrativa, objetivo, conteúdo, e público identificados no texto. Na etnografia pode-se constatar uma linguagem essencialmente técnica,

[103] Neste mesmo ponto da citação, José Ricardo Ramalho indica em nota de rodapé que o trabalho consiste em dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da F.F.L.C.H. da USP, e teve como orientadora a Profa. Dra. Ruth Correa Leite Cardoso, tendo sua banca examinadora sido composta, ainda, pelos Profs. José Augusto Guilhon Albuquerque e Peter Fry.

com uma narrativa impessoal, buscando estabelecer teorias de causa e efeito a partir de uma representação do "outro" obtida através de seu próprio discurso, sendo condicionada em seus aspectos formais e estruturais pelas normas da comunidade científica à qual se destina. Já no texto literário, muito embora o autor não assuma declaradamente sua subjetividade no texto, percebe-se o uso de uma linguagem mais "aberta", cuja narrativa traz uma crônica não-fictícia voltada a transmitir ao leitor uma experiência de vida no contato com um "outro", em grande parte, desconhecido e discriminado na sociedade, de modo que o texto é revestido de um cunho essencialmente mercadológico, dirigindo-se para o público literário em geral. Enquanto que no texto vulgar impera o "outro" em sua própria auto-representação, conferindo à narrativa (note-se que os três textos são narrativas, embora pertencentes a gêneros completamente diferentes) um aspecto de drama à medida que traz a linguagem do "outro" (gíria) para o texto, de modo que seu público acaba sendo aquele que possui uma relação ou sujeição cultural mais direta com esse "outro" descrito no texto, que é a população da periferia.

Além dessa antevisão sobre o conteúdo do texto transmitida pelo seu autor para que o discurso alcance condições ideais de desenvolvimento, é certo a previsão das possíveis objeções que poderão ser levantadas também pode demonstrar a quem o texto se dirige, à medida que oferece de antemão as respostas para as perguntas que previsivelmente seriam formuladas por determinado tipo de leitor, identificado por Latour (*op. cit*., p. 89) como um "personagem semiótico". Através dessa previsão do leitor ideal, o autor constrói seu texto considerando previamente que tipo de "provas" esse "personagem semiótico" exigirá para se dar por satisfeito e convencido do acerto de suas afirmações. Ou, como ilustra Latour

(*op. cit*., p. 89), seria algo como “eu sabia que você faria essa objeção, mas já pensei nisso e aqui está minha resposta”.

Esta consideração prévia do autor sobre a qualidade e intensidade das controvérsias a que o texto será submetido é geralmente utilizada no campo da ciência, uma vez que os enunciados e argumentos contidos no texto serão submetidos a testes intersubjetivos de falseamento para que, superadas as objeções e controvérsias, o texto seja considerado válido e autorizado. Daí a necessidade pragmática de se conceber um “personagem semiótico”, identificado como uma espécie de destinatário ideal do texto, permitindo ao autor a elaboração de estratégias retóricas para atingir seus objetivos, que no caso da ciência, consiste no consenso provisório.

Na etnografia, o antropólogo dá mostras de sua subjetividade em diversos pontos do texto, sendo possível perceber também a presença de um “personagem semiótico” à medida em que oferece respostas e explicações no decorrer do texto sobre prováveis questionamentos que poderão ser formulados pelo seu auditório:

> Às formulações dos presos é conferido o valor estratégico de via de acesso às questões levantadas em torno do sistema penitenciário e da função social do crime. Elas fornecem as primeiras relações a partir das quais se tenta a construção de articulações sociologicamente mais elucidativas das questões propostas.
> Levar em conta a percepção os presos implica, pois, num certo posicionamento teórico e metodológico: teoricamente, implica na valorização do ponto de vista do sujeito; metodologicamente, implica no esforço de discernir os princípios que regem a percepção dos mesmos com o objetivo de atingir fórmulas mais explicativas. (Ramalho, *op. cit*., p. 13)

> À medida em que este trabalho foi sendo realizado, na ordem aqui reproduzida na exposição, foi-se descobrindo, gradativamente, um outro lado positivo da existência do crime que implica na manutenção do sistema social. Crime e delinquência são parte do próprio sistema social que os condena e, paradoxalmente, deles não pode prescindir. (Ramalho*, op. cit*., p. 12)

> Estas observações estão sendo feitas porque o ponto de vista do preso varia também conforme a posição que ele ocupa no espaço interno da cadeia que,

> como se terá oportunidade de aprofundar adiante aparece como sociologicamente diferenciado. (Ramalho, *op. cit*., p. 31)

É possível verificar, portanto, que a narrativa científica contém em seu bojo enunciados e argumentos equiparáveis a “linhas de defesa”, até mesmo porque a construção do texto técnico é, como se viu acima, determinada pela pragmática de “resistir” aos “ataques” que lhe serão feitos no âmbito dos testes intersubjetivos de falseamento.

Tal afirmação pode ser constatada através dos próprios argumentos do antropólogo contidos nos trechos destacados, que poderiam perfeitamente estar escritos como uma possível resposta a alguma indagação sobre aspectos técnicos do texto: “Se você me perguntar quais são as implicações teóricas e metodológicas sobre a pesquisa quando optei por construir minhas formulações a partir dos depoimentos dos presos nas entrevistas eu respondo que...”; ou ainda “minhas conclusões sobre o papel funcional do crime para a manutenção do sistema social não são subjetivas ou apriorísticas, pois elas foram obtidas somente no decorrer da pesquisa...”, como também “imaginando que você possa me perguntar qual a importância de se considerar na análise dos dados o pavilhão a que o preso pertence eu já te digo que...”. Tem-se, em outros termos, que através do leitor imaginário o autor de um texto técnico se antecipa as possíveis objeções que poderão ser levantadas contra o texto e, estrategicamente, invoca outros argumentos para defender ou justificar suas afirmações.

Sob um outro aspecto, também é possível verificar, a partir dessa determinante pragmática, que a literatura técnica não é totalmente impessoal e objetiva conforme propõe a epistemologia. Isto porque a própria escolha e definição do “personagem semiótico” pelo autor, com o qual ele estabelece um diálogo ao longo do texto, traz para dentro deste a subjetividade do autor.

Desse modo, o recurso à voz passiva característica do texto científico apenas oculta de uma forma superficial a subjetividade do autor, inevitavelmente presente no texto. Tanto faz utilizar no texto a expressão “realizou-se a coleta de dados a partir de entrevistas com os presos” como “o antropólogo José Ricardo Ramalho realizou a coleta de dados a partir de entrevistas com os presos”, ou ainda “realizei a coleta de dados a partir de entrevistas com os presos”. A presença do autor estará de qualquer maneira compreendida no texto, com mais ou menos intensidade. A diferença dependerá, como já dito acima, do “uso” que o autor deverá empreender à sua autoria para que possa obter os efeitos desejados perante seu auditório específico.

> Embora ao pesquisador tenha parecido vantajoso dar ênfase ao seu relacionamento com o chefe do expediente, opção pela qual impedia que se cristalizasse qualquer suspeita sobre suas atividades, seu contato com os funcionários mais graduados também ocorria e se dava principalmente na hora do almoço, quando a cúpula da cadeia se reunia. (Ramalho, *op. cit*., p. 28)

> Uma reflexão preliminar do sistema penitenciário permite pensar a cadeia como espaço destinado pelas instituições dominantes na sociedade aos considerados infratores das leis. (Ramalho*, op. cit*., p. 14)

> A impressão que se tem é de que o início do aprendizado se dá nos pavilhões 8 e 9 – ou o que parece mais forte ainda – os pavilhões 8 e 9 funcionariam como uma espécie de introdução que elimina para quase todos a possibilidade de sair da massa. (Ramalho, *op. cit*., p. 68)

Como se vê, muito embora o antropólogo omita o seu “eu” na etnografia, num esforço de conferir objetividade às suas afirmações, tem-se que a sua subjetividade está, de qualquer forma, compreendida no texto. Foi para o sujeito José Ricardo Ramalho que pareceu vantajoso dar ênfase ao relacionamento com o chefe do expediente, mas poderia não ter sido vantajoso para outro pesquisador; sua reflexão preliminar sobre o sistema penitenciário é resultado de toda sua trajetória pessoal e

profissional, ou seja, totalmente subjetiva; e também não é possível esperar objetividade da “impressão” que José Ricardo Ramalho teve da relação entre os pavilhões e a reincidência penal. Tais circunstâncias apontam de forma efetiva para a influência da personalidade do autor na construção do texto.

3.4. A captação

Conforme aponta Latour, a “captação” (ou *captatio* na antiga retórica) pode ser identificada como o recurso retórico que visa obter um “controle sutil dos movimentos dos opositores” (Perelman *apud* Latour, *op. cit*., p. 96). Sua razão de ser consiste na necessidade de não permitir que o leitor percorra o texto de forma livre. Mediante a captação, o autor pode estruturar o texto de um modo que o leitor seja guiado por um “caminho” que o conduza necessariamente às conclusões do autor. Esta estratégia retórica pode ser obtida, segundo Latour (*op. cit*., p. 96), através de um empilhamento de “caixas-pretas” (argumentos menos fáceis de discutir) numa estruturação lógica que induza o leitor a concordar com suas argumentações.

A proficiência dessa estratégia retórica dependerá, no entanto, das habilidades de cada autor, uma vez que o trabalho de estruturação lógica é passível de inúmeras variações estilísticas. E somente quando esse resultado é atingido de forma plena que se poderá obter um texto “lógico”, à medida que sua construção leva, inevitavelmente, às conclusões desejadas pelo autor. Verifica-se, portanto, a influência decisiva da personalidade do autor na logicidade do texto, já que é o estilo de construção e a organização textual de seus argumentos o que fará com que o trabalho seja considerado “mais lógico” do que o texto de outro escritor com menos “habilidades retóricas”.

Na etnografia de Ramalho (*op. cit*.) constata-se um texto dotado de começo, meio e fim. O texto é iniciado com uma introdução, onde são apresentados os problemas teóricos, as propostas e os métodos de pesquisa utilizados pelo antropólogo em seu contato com a Penitenciária do Carandiru. A etnografia é dividida em três capítulos, logicamente organizados.

O primeiro capítulo da etnografia, entitulado de *A cadeia e seus muros*, refere-se a relação entre o antropólogo e os presos e funcionários, descrevendo as condições encontradas em campo no trabalho de coleta de dados, sendo composto dos seguintes subtítulos:*Casa de Detenção: o campo da pesquisa; Introdução à cadeia: a mediação necessária e suas implicações; No interior da cadeia: o pesquisador e os presos; Os cinco pavilhões: uma breve visita*.

Já o segundo capítulo, chamado *O mundo do crime na cadeia*, traz o contato do antropólogo com o "outro", cujos diálogos se apresentam exclusivamente em forma de entrevistas, por meio das quais "procura-se desvendar uma série de aspectos próprios do mundo do crime na prisão, de suas implicações na relação entre o criminoso e as demais instituições sociais" (Ramalho, *op. cit*., p. 15), e, mais especificamente, em colher os dados para servir de suporte a tese do antropólogo sobre o papel do delinqüente (mundo do crime) na manutenção da estrutura social (mundo do trabalho). Sua composição é estruturada da seguinte forma: *A massa do crime: código da malandragem; O malandro: figura principal da massa; O juiz de xadrez e o funcionário: disciplina e crime na cadeia; Mundo do crime e Trabalho: recusa de uma barreira intransponível; O nato: percepção de uma trajetória sem retorno; O significado e o privilégio de uma ocupação na cadeia; Avaliação da experiência na cadeia; Recuperação: estreita passagem entre dois mundos; A ilusão do esforço pessoal; Admissão e denúncia dos obstáculos; Os pavilhões: a lógica*

social no espaço da cadeia; O pavilhão do trabalho: porta de saída?; O pavilhão do castigo: loucos e perigosos, quem são? Os residentes: a imagem do cobra criada; Os cabeça fresca: para início de carreira, no fundão.

Por fim, o terceiro e último capítulo, *A sujeição pelo crime*, é utilizado pelo autor para expor suas conclusões, formuladas *a partir* da lógica dos presos, e que apontam especificamente para "a adequação do sistema penitenciário à função de reprodução social da *delinqüência*" (Ramalho, *op. cit.*, p. 17).

Diante dessa estruturação textual, mostra-se significativa a constatação de que, através dessa concepção lógica na organização dos tópicos, os argumentos do antropólogo são direcionados à comprovação de sua tese. O leitor que percorre o texto segue um caminho lógico, e não aleatório ou cronológico. O que sugere que toda a organização textual foi concebida de modo que o que anteriormente era apresentada apenas como uma proposta de pesquisa, seja, ao final do texto e após o trabalho de campo, apresentada como uma tese comprovada.

Tem-se, portanto, que a construção do texto é feita a partir de uma pragmática que confere lógica aos argumentos, objetivando um resultado pretendido e antevisto pelo autor. A ordem cronológica dos acontecimentos, ou a narrativa de fatos alegóricos ou pitorescos de personagens singulares, não tem tanto valor na composição textual como a necessidade de conferir uma lógica ao texto, por meio da qual se possa induzir o leitor sobre o acerto da tese proposta.

Indicativo dessa pretensão de logicidade no texto pode ser verificada no esforço de adequação dos argumentos a um paradigma adotado pelo autor como verdadeiro modelo para a solução ou explicação dos problemas teóricos vislumbrados na pesquisa. Na etnografia de Ramalho (op. cit.) percebe-se que a lógica do texto está pautada na pragmática de comprovação empírica de uma meta

narrativa preexistente, mais especifiamente, à teoria de estrutura e superestrutura marxista. Tanto que nos últimos parágrafos da etnografia é possível notar como a teoria marxista serviu de verdadeiro mote para o desenvolvimento da pesquisa e do próprio contato com o “outro”.

> Marx parece partilhar desta visão segundo a qual a delinqüência produz lucros sociais, além de delitos: “o delinqüente produz delitos” mas não apenas isso. “Produz também um direito penal, produz o professor que dá cursos sobre direito penal e até o inevitável manual em que este professor congrega suas aulas com vista ao comércio [Karl Marx, História crítica da teoria mais-valia, 1974, p. 203-204]. Além disso, o delinqüente produz “toda a organização da polícia e da justiça penal, produz os agentes policiais, os juízes, os jurados, etc, e estas diversas profissões, que constituem outras tanta categorias de divisão social do trabalho, desenvolvem as diversas faculdades do espírito humano, criam novas necessidades e novas formas de satisfazê-las. A tortura por si só provocou os inventos mecânicos mais engenhosos e deu trabalho a toda uma multidão de trabalhadores honrados, dedicados à produção de seus instrumentos.
> O delinqüente produz uma impressão de caráter moral e às vezes trágica, estimulando deste modo a reação dos sentimentos morais e estéticos do público. Além dos manuais de direito penal, de códigos penais e legisladores, produz arte, literatura, novelas e até tragédias” [Ibidem, p. 203-204].
> A delinqüência teria uma alcance maior na sociedade exercendo também a função de reguladora do mercado de trabalho. “O crime alivia o mercado de trabalho de uma parte da população sobrante, atenua a concorrência entre os trabalhadores e impede, até certo ponto, que o salário baixe do nível mínimo; por outro lado, a luta contra o crime dá trabalho a outra parte da população. O delinqüente vem a ser, pois, um desses fatores que estabelecem o saudável equilíbrio e abrem toda uma perspectiva de ocupações úteis” [Ibidem, p. 203-204]. Seguindo esta linha de raciocínio diríamos que os desdobramentos econômicos oriundos do crime são ainda maiores: desenvolve-se a indústria que se ocupa em produzir instrumental para as penitenciárias; a tecnologia para a fabricação da moeda evitando a falsificação, os “enlatados” da TV, um dos sustentáculos da indústria cinematográfica, e que retiram seus enredos dos temas ligados ao crime. Por outro lado, a ameaça que a delinqüência faz pairar sobre a propriedade abre espaço para a criação de novas medidas de segurança, aparelhagem de controle mais moderna para ser mais eficaz, tecnologia mai apurada para descobrir fraudes [Karl Marx, op. cit., p. 204].
> Em suma, a importância que assume a delinqüência na sociedade de hoje extrapola de muito seus limites. A delinqüência não serve somente ao exercício de um controle mais rígido sobre toda uma classe, como também propicia crescimento da indústria, descompressão do mercado de trabalho, fatores econômicos que mostram sua complexidade no conjunto dos fenômenos sociais. O crime e o criminoso desempenham um papel social relevante para a manutenção da sociedade como está. (Ramalho, op. cit., p. 178-179)

Dessa maneira, tem-se que a estruturação do texto foi construída para que, seguindo o “empilhamento” dos argumentos, o leitor chegue as conclusões

pretendidas pelo antropólogo. O sequenciamento das partes do texto tende para a comprovação do acerto da proposta inicial, e não para a retratação do desenvolvimento temporal do contato com o “outro”.

Em relação aos outros textos, tem-se que não é a “lógica” o que determina a construção textual, mas sim, principalmente no texto de Jocenir (*op. cit*.), a evolução temporal em que a experiência junto à penitenciária se desenvolveu. Constatação que sugere um esforço de persuasão por parte do antropólogo, uma vez que somente em seu texto é que se verifica uma construção textual lógica, voltada precipuamente a uma conclusão. Já nos demais textos não se constata um sequenciamento lógico dos capítulos direcionados a uma conclusão. Pelo contrário, o que impera é a descrição da experiência rotineira junto aos presos, guiada pela narrativa cronológica do contato (texto do ex-detento Jocenir), ou simplesmente uma crônica formulada a partir das experiências vividas no dia-a-dia da prisão pelo autor no contato com personagens que não se sabe ao certo se são fictícios ou não (texto de Drausio Varella).

No texto de Dráusio Varella, a organização do texto é feita através da composição dos seguintes capítulos: *Introdução; Estação Carandiru; O casarão; Os pavilhões; O barraco; Sol e lua; Fim de semana; Visitas íntimas; o baque; No cinema; Rita Cadillac; Atropelo na Divinéia; Bem-vindo; O impacto; Biotônico Fontoura; Leptospirose; Anjos-demônios; Os funcionários; O rebanho; Amarelo; Tudo na colher; Para derrubar a malandragem; Na piolhagem; Ócio; Pena capital; Laranja; Sangue-bom; Travestis; Inocência; Ricardão; Quebra-cabeça; Santão; Mulher, motel e gandaia; Maria-Louca; Miguel; Um abraço; Deusdete e Mané; Amor de mãe; Edelso; Lula; Margô Suely; Seu Chico; Cozinha Geral; Reencontro; Zé da Casa Verde; Neguinho; Manga; Seu Jeremias; Veronique, a Japonesa; Nego-Preto;*

Olho por olho; Paixão arrebatadora; Sem-Chance; Seu Valdomiro; O filho pródigo; Aprendiz de feiticeiro; O levante; O ataque; O rescaldo; Créditos fotográficos.

É possível notar que não há nenhuma lógica aparente na narrativa, nem ao menos um encadeamento cronológico dos acontecimentos trazidos no texto. A impressão que se tem é que a relevância é conferida muito mais à descrição dos personagens típicos e dos acontecimentos cotidianos daquela cultura prisional. Nota-se que o escritor utiliza da crônica como um recurso literário para transmitir textualmente seu contato com o "outro".

Com relação ao texto vulgar, é interessante notar que Jocenir (op. cit.) segue a lógica temporal para guiar sua narrativa. Sua construção textual segue a risca sua trajetória carcerária, de modo que os capítulos refletem a cronologia do cumprimento de sua pena. A organização do texto é feita da seguinte forma: *Inferno; Flagrante; Cadeia pública de Barueri; Cadeia pública de Osasco; Cadeia pública de Barueri outra vez; A rebelião; Carandiru; Um visitante chamado Mano Brown; A carta de Erick; Periferia, futebol e televisão; Garotos perdidos; Dr. Drauzio Varella; A chegada de Márcio; Cartas trocadas; O acordo; Chegando em Avaré; Adeus sangue-bom; Salve; "Diário de um detento".*

Portanto, é possível verificar dessa interface textual que a etnografia é o único texto que apresenta uma construção lógica concebida de modo a induzir o leitor sobre o acerto do que é dito. Através da captação, o autor "trilha um caminho" para que o leitor seja conduzido necessariamente para conclusões apresentadas no texto. A lógica da estruturação das partes que compõe o texto etnográfico consiste, assim, em mais uma estratégia retórica utilizada para conferir autoridade e validade ao informe.

4. Estilos de escrita e padrões de narrativa

Conforme a exposição teórica transcrita no corpo desta dissertação, sobretudo no capítulo três, foi possível delinear alguns aspectos sobre a problemática que cerca a distinção entre a escrita nas ciências sociais e as escritas literárias e vulgar. Para pensadores clássicos como Comte (*apud* Lepenies, 1996, p. 27), nas ciências "as questões de estilo eram irrelevantes", até mesmo porque o estilo está diretamente ligado à individualidade, o que contrapõe a pretensão de generalidade própria do discurso científico.[104] A idéia de estilo seria afeta à literatura, não sendo concebível no âmbito científico. Conforme ressalta Lepenies, "o *labor-lineae* não era da alçada do cientista, mas sim do literato" (*op. cit.* p. 43). Crapanzano (*op. cit*., p. 100) também aponta para o fato de que "el realismo amerita de una fuerte sobriedade estilística". Latour (2000) salienta que, dependendo do estilo do autor, seu texto poderá ser considerado "mais lógico" do que o texto de outro autor com menos "habilidades retóricas".

Nesse aspecto, também é possível constatar a utilização de estratégias retóricas através da forma com que o etnógrafo expressa no texto sua própria personalidade, e os recursos utilizados para "ocultar" sua pretensa condição de autoridade frente ao "outro". Dentre esses recursos, pode-se destacar a referência à sua presença física no contato direto com o "outro", sua habilidade técnica para a percepção de fatores "inconscientes" que compõe a outra cultura, sua perspectiva "desinteressada", sua objetividade descritiva, e sua sinceridade na coleta e transcrição dos dados.

[104] "Comte odiava os *littérateurs* que se serviam de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes." (Lepenies, 1996, p. 32)

Dessa maneira, o etnógrafo lança mão de expedientes lingüísticos predispostos a conferir uma representação legítima, mobilizando nesse sentido os recursos gramaticais disponíveis para valorizar seu discurso. O discurso pretensamente científico vale-se, nessa pragmática de se ajustar às exigências do código lingüístico acadêmico, de uma sintaxe que pode variar do complexo ao simples, dependendo do "grau de oficialismo da situação" (Bourdieu, op. cit., p. 67), o "enquadramento" requerido, das intenções que orientam a representação, assim como inúmeros outros fatores. De modo que é possível constatar desde o recurso à metáforas, hipérboles, eufemismos, a evocação de uma atmosfera de suspense, assim como o uso de outras habilidades lingüísticas ou gramaticais, utilizadas conforme o talento e estratégia literária de cada autor.

Exemplos da utilização de uma linguagem complexa na etnografia pode ser encontrada através dos termos "categoria", "instrumentos de pensamento", "noções essenciais", e "*l'ossature de l'inteligence*", os quais, assim como tantos outros termos distribuídos estrategicamente ao longo do texto, conferem um aspecto técnico ao texto, e praticamente retiram a possibilidade de um leitor comum (não acadêmico) questionar a real adequação desses "instrumentos" para a explicação ou compreensão da cultura representada no texto.

A própria magnitude das pretensões analíticas do antropólogo José Ricardo Ramalho (1979) em seu texto, reveladas em frases como: "desvendar noções desconhecidas que se ocultam sob termos todavia bastante conhecidos, tomados à linguagem comum", ou "a tarefa de romper com a evidência e a naturalidade das categorias e revelar-lhes o conteúdo", são persuasivas da "capacidade" ou "preparo" intelectual do autor.

Quanto ao aspecto estilístico das representações, através de uma passagem comum nos textos é possível verificar como a forma com que cada autor transmite ao leitor o mau cheiro que impregna o ambiente da prisão é significativa para demonstrar como a pretensão de objetividade no relato do pesquisador empobrece a expressão da experiência. Enquanto o pesquisador se limita a dizer que “o lugar fedia muito”, o escritor expressa, com a riqueza de detalhes que só a descrição da impressão subjetivamente vivida pode revelar, o impacto da sensação do cheiro característico do ambiente da prisão.

Com efeito, é essa descrição da sensação do escritor que se mostra mais eficiente para transmitir ao leitor a experiência de estar na cadeia.

> Andando por esse corredor tinha-se a impressão de estar passando por jaulas. De vez em quando apareciam alguns rostos nas janelinhas, mas nenhuma palavra. O lugar fedia muito e era muito escuro. (Ramalho, p. 40)

> (...) o cheiro da cadeia entranha no homem preso. Difícil definir que odor é esse. Parece mistura de vários outros: alho frito, pano de chão guardado, suor e um toque de creolina. Embora não possa ser classificado como mau cheiro, é desagradável. Quente e pesado. É tão pegajoso que os carcereiros, ao abrir as celas de Castigo, apinhadas, nunca se colocam diante da abertura:
>
> ___ Não fica na frente da porta, doutor, esse bafo gruda na roupa da gente de um jeito que nem lavando sai. (Varella, p. 57)

Sob um outro aspecto, também é possível verificar na descrição do “ritual de entrada” na Penitenciária do Carandiru, que o antropólogo traz uma narrativa objetiva, livre da utilização de alegorias, “vozes”, personagens e “imagens” na linguagem. Não há qualquer referência a nomes, fisionomias, e o “outro”, quando se manifesta no texto, é somente através de uma voz impessoal.

> Entrar na Casa de Detenção era um verdadeiro ritual. Seis enormes portões de ferro separavam a rua do pavilhão onde se realizavam as entrevistas. Para ultrapassá-los, o pesquisador dependia fundamentalmente da companhia de algum funcionário conhecido e "graduado", cuja presença oferecia garantias aos porteiros sobre a pessoa convidada. Nenhum portão se abria sem que o seguinte estivesse fechado. Ultrapassando o primeiro portão, cujo acesso era livre, anunciava-se na portaria do presídio com quem queria falar. Os funcionários atendentes procuravam localizar a pessoa no interior da cadeia – no caso o chefe do expediente – que vinha até a entrada encaminhar o convidado para dentro. Com a chegada do chefe do expediente na portaria, o pesquisador recebia uma senha, trocada por sua carteira de identidade, com a qual adquiria o *status* de visitante o que significava que o funcionário, autor do convite, se encarregaria de ciceroneá-lo durante todo o tempo que estivesse no presídio. Embora o chefe do expediente não fosse um funcionário com muitos poderes, se relacionamento com os outros funcionários era de uma pessoa com bastante prestígio, pois todos o conheciam e cumprimentavam. Até o final do primeiro ano de trabalho de campo, a travessia dos portões se fez sem problemas já que se realizou em sua companhia. Com as idas mais freqüentes à cadeia sua presença na portaria diminuiu e foi substituída por funcionários subalternos mandados por ele, que acompanhavam o pesquisador nesse percurso até o setor de expediente. Esse período caracterizou-se por dificuldades na passagem dos portões. Os porteiros tornaram-se mais exigentes com o pesquisador e com o gravador que carregava. Várias vezes, nesse período, a Polícia Militar, encarregada da segurança do presídio, não só revistava como só permitia o gravador mediante a intercessão direta do chefe do expediente. À argumentação como "passo aqui há um ano e vocês ainda não me conhecem?" sempre respondiam: "temos por obrigação te revistar, afinal você pensa que aqui é o que? Isso aqui é uma cadeia". Os funcionários subalternos, que nestas ocasiões acompanhavam o pesquisador limitavam-se a informar que vinham a mando do chefe de expediente e isto não impedia a revista. Dizer seu nome não abria caminho nenhum. Os problemas na passagem dos portões só cessavam quando esta se dava com o próprio chefe do expediente. A diferença no tratamento ao visitante variava conforme o status do funcionário que o acompanhava. (Ramalho, *op. cit*., p. 26-27)

Já Drauzio Varella descreve a entrada no Carandiru numa perspectiva rica em alegorias e imagens sobre o ambiente, buscando retratar os tipos característicos que se encontram no trajeto, e até mesmo os personagens representativos da outra cultura. Interessante notar que a descrição do ritual se inicia quando o autor pega o metrô em direção à penitenciária. Detalhes do ritual que não mereceram atenção por parte do antropólogo, alcançam posição essencial na narrativa literária:

> __ Cadeia é um lugar povoado de maldade.
> Pego o metrô no Largo Santa Cecília, na direção Corinthians-Itaquera, e baldeio na Sé. Desço na estação Carandiru e saio à direita, na frente do quartel da PM. Ao fundo, a perder de vista, a muralha cinzenta com os postos de vigia. Vizinho do quartel abre-se um pórtico majestoso: CASA DE DETENÇÃO, em letras pretas.

> O portão da rua leva a um pátio de estacionamento lotado de carros. Por ele circulam advogados, mulheres com sacolas e funcionários corpulento de calça jeans que falam do trabalho, riem um dos outros e mudam de assunto quando um estranho se aproxima. Há que cumprimentá-los com decisão; caso contrário, dá vontade de gritar de dor quando a mão é esmagada no aperto.
> Trinta passos para dentro fica o predinho da Administração, fechado por um portão verde no qual se acha recortado um portãozinho para pedestre. Para entrar, não é necessário bater; basta aproximar a cabeça da janela do portãozinho que por telepatia o rosto do porteiro aparece mal iluminado, lá dentro.
> A abertura obedece à velha rotina das cadeias, segundo a qual uma porta só pode ser aberta quando a anterior e a seguinte forem fechada. É de boa educação esperar sem inúteis demonstrações de impaciente.
> Ouço a batida do destranque e caio na Ratoeira, um átrio gradeado com dois guichês rasgados à esquerda, para o visitante se identificar. De entre os guichês sai um corredor que dá acesso à sala do diretor-geral, ampla e cheia de luz. A mesa é antiga. Na parede atrás dela, uma foto do governador. Mais abaixo, um dos diretores, cadeeiro de muitos anos, afixou uma placa de cobre: “Ë mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar preso na Casa de Detenção.”
> Retorno à Ratoeira, espelho abrir o portão interno e fico de frente para a muralha que circunda a cadeira, vigiando por policiais militares armados com submetralhadoras.
> Passo para a Divinéia, um pátio amplo em forma de funil. Na parte estreita fica a de Revista Corporal, parada obrigatória dos que entram, exceto médicos, diretores e advogados. Antes do acesso aos pavilhões, é preciso entrar nesta sala e levantar os braços diante dos revistados, que se limitam a bater as mãos na cintura e na face lateral das coxas do revistado.
> Revistar é outro ritual de cadeia.
> Engana-se, no entanto, quem julga pura encenação tão mecânica revista: volta e meia alguém é flagrado com droga, vai preso e cumpre pena nas dependências do COC (Centro de Observação Criminal).
> Uma vez, cinco presos do pavilhão Cinco, armados de facas, tomaram funcionários como reféns na Lavanderia, para conseguir transferência de presídio. A porta da cadeia ficou cheia de polícia e repórteres com câmeras. Um funcionário aproveitou a confusão para entrar com um quilo e meio de cocaína. Foi pego na Revista. Seu Jesus, diretor de Vigilância, ex-lutador profissional de luta livre, hoje pastor protestante, fez o que pode para identificar o destinatário da encomenda:
> __ É melhor contar. Olha a tua situação, meu: de manhã você chega no trabalho como chefe de família, respeitado; à tarde, sai daqui preso. Vai pegar uns cinco ou seis anos lá no COC. Teus meninos, agora, são filhos de bandido. Tua esposa não é mais senhora de um servidor público, é mulher de malandro.
> O apelo emocional foi de pouca valia para a Vigilância. O convívio, mestre persistente, havia ensinado ao carcereiro-traficante o mandamento supremo da marginalidade:
> __O Crime é o silêncio.

A atenção a esses fatores gramaticais e sintáticos é essencial para a compreensão da construção etnográfica pelo fato de que muito embora os participantes no encontro etnográfico partilhem de uma mesma experiência, suas diferentes “vozes” e “interpretações” sobre o encontro podem ser projetadas de

forma hierárquica no texto etnográfico por culpa do estilo literário adotado. E, diante disso, torna-se necessário questionar até que ponto o estilo literário utilizado para a representação de um encontro cultural confere mais autoridade e eficácia para que o texto etnográfico alcance plenas condições de realização.

4.1. A voz do "outro" representada nos textos

E um primeiro aspecto da sintaxe da etnografia de Ramalho (*op. cit*.) a ser questionado é a ausência de espaço no texto para o desenvolvimento uma relação "eu-tu" genuína, em que se torne possível a transmissão de um diálogo autêntico e espontâneo entre o antropólogo e o "outro". De modo que não há no texto interpretações diferentes sobre um mesmo episódio, mas simplesmente uma relação "eu-eles", na qual, invariavelmente, o "eu" desaparece para conferir a neutralidade e objetividade perante "eles", tornando essa voz isolada da autoridade praticamente invisível no texto. E a utilização do pronome pessoal na terceira pessoa é um dos recursos estilísticos mais utilizados para conferir impessoalidade ao texto. Na etnografia de Ramalho (*op. cit*.), em atenção ao estilo etnográfico clássico, o "eu" do antropólogo desaparece da narrativa, dando lugar ao "ele" do pesquisador.

> Embora ao pequisador tenha parecido mais vantajoso dar ênfase ao seu relacionamento com o chefe do expediente...
>
> Com o diretor técnico também a relação do pesquisador foi mais descontraída...
>
> Neste pavilhão, embora o pesquisador se sentisse constrangido e procurasse identificar nos presos algum esboço de reação ao que parecia para ele, com aquela visita, uma intromissão e uma violação, esta reação não pode ser identificada. (Ramalho, *op. cit*., p. 28 e 36)

No entanto, na transcrição das gravações dos diálogos entre o pesquisador e os presos entrevistados, o “eu” aparece no texto numa função estritamente inquisitiva, uma vez que esse “eu” surge somente para fazer perguntas em meio ao diálogo. Sua presença, assim, é quase que imperceptível nos diálogos, que na verdade consistem em entrevistas propriamente ditas.

> Uma revolta simples, sem maldade com eles, sem vingança pra eles. O meu motivo foi esse, agora a maioria é falta de amparo, é falta de amor porque a pessoa vive uma vida que só Deus sabe. Quem ganha bolsa de estudo é só filho de Jarbas Passarinho. Os pobres se revoltam. Você pode ver que aqui na cadeia não só tem criminoso que vem de criança. (Na cadeia tem diversos tipos de criminosos que já fizeram o que?) Que já praticaram crime depois de adultos, muitos mesmo, necessidade. Ninguém rouba sem necessidade, a não ser alguns que tem na cadeia, igual eu falei, que eles roubam por revolta. A realidade é que dinheiro não vale nada, porque dinheiro é uma coisa que é um papel amaldiçoado. Por causa dele acontece muitas coisas, desespero. Então esses que tão aí, que rouba, é porque passam na rua, vê um dormindo no chão, passa numa avenida qualquer aí num bairro e vê bater na porta e pedir um prato de comida. Tem muitos que faz isto, você vê uma coisa, mas muitos é por necessidade. (Quer dizer então que tem o crime por necessidade e tem o crime por revolta. Qual a diferença então?) Bom. (O teu caso, por exemplo, é revolta ou necessidade?) Por um lado foi revolta. (necessidade não teve?) Pouco, nem tanto, no meu caso não, não teve necessidade no meu caso não. Culpo no caso de mais de mil aí mas no meu caso não culpo tanto a necessidade. (Ramalho, *op. cit*., p. 98-99)

No texto de Varella (*op. cit.*) também se faz presente uma voz impessoal, onde os sentimentos do autor cedem espaço para a voz dos presos, deixando para o leitor concluir sobre a significação da experiência narrada pelo autor através de *imagens* criadas pelo seu estilo literário. Em entrevista concedida ao jornalista Ubiratan Brasil, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de 7 de agosto de 2004, p. D3, Drauzio Varella diz que “em *Carandiru*, minhas emoções ficaram reservadas e o julgamento partia do leitor”. Sua crônica traz personagens reais, e muito embora os diálogos contidos no texto não sejam uma fiel transcrição das conversas do autor com durante o contato com o “outro”, eles se mostram eficientes para transmitir uma noção viva e individualizada dos interlocutores, favorecendo uma apreciação da

fluência da linguagem, das figuras de estilo e das gírias típicas do ambiente penitenciário.

> O xadrez é espaço sagrado. É preciso muita confiança para entrar sem convite na cela de um companheiro. Ainda assim, como diz seu Jeremias, aquele senhor pai de dezoito filhos com a mesma mulher, firme de caráter, cumprindo sete anos desta vez:
> __ Sem o proprietário estar lá, você não entra. Por mais intimidade que teja ou não teja. É mancada grave! Já vi nego morrer por um pão. O cara tinha muita amizade com o outro, fumou maconha, ficou com larica e entrou no xadrez enquanto o amigo estava no Fórum. Tinha dois pãezinhos; comeu um. O outro voltou e disse que tinha guardado o pão para não Ter que comer janta fria. Pronto: de madrugada, matou ele dormindo. (Varella, *op. cit*., p. 43)

> Os homens chegavam em grupos. Boa parte, por princípio, ia direto para o fundo e sentava no chão, mesmo que houvesse lugar à vontade nos bancos da frente. No telão, enquanto entravam, passávamos vídeos de cantores populares. Ouviam atentos, marcando o ritmo no balanço do pé, discretos. Dançar ou mexer o corpo, jamais:
> __ Que onde já se viu malandro rebolar na frente do outro!
> Lá pelas nove horas, parávamos a música, acendíamos as luzes e eu subia ao palco para dizer o seguinte:
> __ Atenção, malandragem, existe uma epidemia de AIDS na Casa. Os companheiros de vocês ficam magros, enfraquecem, vão para a enfermaria do Quatro e nunca mais voltam. Nós vamos passar um vídeo e depois responder perguntas sobre a doença. Não conversem agora. Nada é mais triste na vida de um homem do que acabar seus dias numa cadeia.
> Durante as primeiras palestras, seu Florisval, o diretor de Disciplina, postava-se no palco, de costas para mim, e encarava a platéia. Um dia, pedi-lhe para que não se preocupasse e fiquei sozinho com os presos. Deu certo, comecei a me entender melhor com eles. (idem, p. 71)

> __ Pra quem passou um mês na tranca brava, o senhor até que está bem.
> __Tantos anos preso, doutor, a mente aprende a dominar o corpo. (idem, p. 243)

Nestes trechos destacados do texto *Estação Carandiru* é possível verificar a voz do autor numa relação “eu-tu” com o “outro”. O interlocutor é identificado e individualizado. Dessa maneira, a representação do “outro” no texto não se dá numa perspectiva de distanciamento entre o “eu” do autor e o “eles” do “outro”. É possível, diante disso, afirmar que enquanto na etnografia de Ramalho (*op. cit*.) impera o monólogo, na literatura de Varella (*op. cit*.) o que predomina é o diálogo.

Com relação ao texto de Jocenir (*op. cit*.), tem-se que, assim como na etnografia de Ramalho (*op. cit*.), não se nota na narrativa um espaço para a transcrição dos diálogos estabelecidos com os interlocutores, uma vez que o autor confere ênfase ao seu envolvimento com o "outro". No entanto, é importante considerar que em seu texto se encontra a expressão da própria voz do "outro" em si.

É significativo, portanto, constatar que na etnografia o "outro" só encontra espaço para se expressar, de forma totalmente impessoal, nas degravações das entrevistas de campo realizadas pelo antropólogo. A própria voz do antropólogo é atribuída à terceira pessoa (pesquisador). Sintomaticamente, as "vozes" contidas no texto passíveis de uma identificação do sujeito falante são somente aquelas que o autor traz não do "outro", mas de "outros textos".

Se para o antropólogo não seria possível – nem desejável – expressar a voz do "outro" na própria condição do "outro", como o fez Jocenir (*op. cit*.), a composição textual literária confere à voz do "outro" uma expressão mais livre e autêntica no texto. Note-se que essa expressão literária não permite ao "outro" apenas o uso de uma voz impessoal e universal (massa do crime), mas viabiliza uma representação polifônica, de modo que a noção do todo é obtida através da diferença e singularidade dos personagens que compõe aquele universo cultural.

4.2. O tom da evidência

Uma última estratégia retórica que se faz presente no discurso científico é o tom de evidência com que seus enunciados básicos são descritos. Com efeito, é possível constatar na etnografia uma entonação voltada à evidenciar a lógica e a

coerência daquilo que é dito pelo investigador. Através da utilização de termos como “não se pode negar que, “é evidente que”, “é lógico que”, “evidentemente”, “é possível notar que” o antropólogo confere ênfase aos seus argumentos, dotando-os, assim, de um maior poder de persuasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método que geralmente utilizamos para preencher a lacuna entre as observações do cientista e as necessidades daqueles que são leigos naquela ciência específica é o uso da autoridade simplesmente. (...) Uma vez a par da minha pessoa; que me submeti aos rituais apropriados para obtenção dos graus superiores, que tive bôlsas de estudo e fiz expedições e escrevi monografias publicadas em editôras cultas, o leitor passa a ler o que digo com o respeito ao que é chamado "autoridade" no assunto.

Margaret Mead

Diante do que se expôs no decorrer do texto espera-se ter sido possível vislumbrar que as propostas que pautaram toda a abordagem do objeto específico desta dissertação fazem parte de um referencial teórico identificado ao pensamento pós-moderno, cujo principal traço característico é a atribuição de um caráter "situado" (*situaded*) à toda e qualquer reivindicação de conhecimento. Nesse diapasão, a validade de um conhecimento estaria, assim, indissociavelmente atrelada ao contexto de sua produção. De tal modo que não haveria, portanto, condições para o estabelecimento de um conhecimento objetivo e universalmente válido, como pretende ser o conhecimento científico. O conhecimento seria, assim, sempre perspectivístico.

No entanto, é certo que as considerações propostas nesta dissertação somente podem alcançar sustentação e relevância teórica partindo de um pressuposto metodológico no qual a antropologia deve estrita observância à uma epistemologia que lhe confere validade e legitimidade enquanto conhecimento

autorizado. Isto porque é justamente através da epistemologia que se obtém uma "demarcação" entre a construção teórica da ciência e as outras instâncias do conhecimento.

Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que o conhecimento antropológico ostenta uma superioridade axiológica em relação às formas alternativas de conhecimento, como o são o literário e o vulgar, justamente pelo fato de ser identificado ao conhecimento científico e à epistemologia que define suas bases estruturais. Mas a superioridade axiológica dessa representação textual da antropologia é garantida pela cientificidade de seu conteúdo ou pela retórica de sua cientificidade? O questionamento adquire relevância pelo fato de não parecer legítimo que o recurso à tautologia seja suficiente para conferir validade e autoridade ao conhecimento antropológico pelo simples fato deste se auto-identificar como científico, ou apenas por ser uma produção intelectual de um antropólogo enquanto produtor de ciência. Por outro lado, também se mostra incoerente julgar e refutar os conhecimentos alternativos que se proponham verdadeiros com base em considerações racionais típicas do conhecimento científico característico da cultura ocidental, sem que proceda à semelhante autoquestionamento.

Nesse âmbito analítico, a perspectiva metalingüística incorporada à antropologia por James Clifford favorece a realização de um questionamento sobre os aspectos característicos do texto etnográfico que lhe conferem mais validade e autoridade em relação a um texto subscrito por um escritor ou por uma pessoa qualquer. Muito embora num primeiro momento essa pretensão possa soar como uma heresia para o grupo acadêmico criticado, conforme ressalta Bourdieu (1998), tem-se que o resultado dessa meta-crítica é, de modo contrário, um fortalecimento da disciplina, à medida que tal abordagem consiste exatamente num dos fatores que

confere à antropologia uma consciência sobre o seu modo de operação textual, identificando de forma mais precisa as distinções e similitudes entre o discurso autorizado e os discursos alternativos.

Também é possível afirmar, sob um outro aspecto, que essa crítica meta antropológica consiste num dos fatores que conferem cientificidade à etnografia, uma vez que é através dessa perspectiva que se pode realizar uma imprescindível vigilância epistemológica acerca de seus pressupostos de validade, autoridade e legitimidade. Até mesmo porque, como enfatiza Popper (2003), somente pode ser considerado científico o texto ou os enunciados passíveis de ser submetido a testes intersubjetivos de falseamento. Dessa forma, mesmo que nesse trabalho de vigilância epistemológica realizado através de uma análise metalingüística venha a ser constatada a presença de estratégias retóricas na construção etnográfica, tal fato não implicaria numa desvalorização da representação textual da antropologia frente à literatura e ao senso comum. De modo contrário, deve-se considerar que quanto maior for a presença de estratégias retóricas na etnografia maior será o seu grau de cientificidade. Isto porque a diferença entre o texto técnico e o literário em sentido lato não é identificada pela condição do primeiro tratar de fatos e o segundo de ficções, mas sim porque enquanto esta arregimenta poucos recursos persuasivos, aquela arregimenta muitos. A construção da ciência ocorre através de um processo de “negociação” de verdades, e a retórica permite ao antropólogo conferir força persuasiva à sua construção etnográfica para que alcance um impacto pragmático, até certo ponto consensual e relevante perante o auditório. Mas conforme ressalta Boaventura de Souza Santos (1989, p. 100), “a determinação das relações entre a retórica e a ciência é um trabalho que está por se fazer”’.

V – BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint.

AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. **In: Não-lugares. Uma introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus, 1994, pp. 71- 105.

AZAN JÚNIOR, Celso. **Antropologia e interpretação**: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____ **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARNES, Barry. **T. S. Kuhn and social science**. Columbia University Press / New York, 1982.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. (Debates)

_____ .Novos ensaios críticos/O grau zero da escritura. São Paulo: Editora Cultrix, 1972,

_____**O rumor da língua**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1988.

_____ **Aula** – São Paulo: Editora Cultrix, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENJAMIN, HORKHEIMER, ADORNO e HABERMAS. Textos escolhidos (**Os Pensadores**). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BRAITH, Beth (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. (Debates)

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia**. Novos Estudos. CEBRAP, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Entre o estruturalismo e a hermenêutica antropológica**. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 289-295, 1986.

_____ **Sobre o pensamento antropológico**. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____ A Antropologia no Brasil (1960-1980). In. MICELI, Sérgio (org.) . **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. (Volume 2).

_____ **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARONTINO, Enrico. **O projeto semiótico**: elementos de semiótica geral. São Paulo: Cultrix, 1979.

CARVALHO, José Jorge de. A antropologia e o niilismo filosófico contemporâneo. **Anuário Antropológico 86**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e pensamento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

CLIFFORD E MARCUS, James e George. **Retoricas de la antropologia**. Barcelona: Júcar, 1991.

CRAPANZANO, Vicent. **El dilema de Hermes**: la máscara de la subversión en las descripciones. Barcelona: Júcar, 1991.

DERRIDA, Jacques. **A universidade sem condição** – São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

DURHAM, Eunice R.. e CARDOSO, Ruth (org). **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. São Paulo : Editora Paz e Terra, 1988.

_____ . Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 25, p. 159-170, 1982.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção os Pensadores).

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da informação**. São Paulo: Ática, 1986.

FARACO, C. A. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: Faraco et aliii (org.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná.

FAUSTO, Carlos. **A antropologia xamantista de Michael Taussig e as desventuras da etnografia.** Anuário Antropológico 86, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

FISCHER, Michael. **El Etnicismo y las artes postmodernas de la memoria.** Barcelo: Júcar, 1991.

FEATHERSTONE, Mike*.* **Cultura global.** Petrópolis : Vozes, 1994.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **A antropologia das sociedades contemporâneas***.* São Paulo: Global, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FISCHER, Michael. **Da antropologia interpretativa à antropologia crítica**. Anuário Antropológico 83, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis : Editora Vozes, 1997.

_____. Teoria, técnica e prática – A tarefa de uma nova Antropologia. In: **Nova Antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultural**. H. G. Gadamer e P. Vogler (org.). São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____.**O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa – Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Nova luz sobre a antropologia** – Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GELLNER, Ernest. **Antropologia e política**. Revoluções no bosque sagrado. Rio de Janeiro,: Zahar, 1997.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GRANGER, Guilles Gaston. **Filosofia do estilo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

GUIRAUD, Pierre. **A estilística**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1969.

GURVITCH, Georges. **Os quadros sociais do conhecimento** – Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IANNI, Octávio. **Sociologia da sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ As ciências sociais na época da globalização. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 37, vol.13, Anpocs, SP, 1998.

_____ Língua e sociedade. In: André Valente (organizador). **Aulas de Português**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LÉVI-STRAUSS. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ A crise moderna da antropologia. In: **Revisa de Antropologia**. Vol. 10, n. 1 e 2.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril, 1978 (Coleção os Pensadores).

_____ **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARCUS, George. **Problemas de la etnografia contemporánea en el mundo moderno.** Barcelona: Júcar, 1991.

MARTINET, André. **A lingüística sincrônica**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1974.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Portugal: Publicações Europa América Ed., 1982

PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural**. UNB, Brasília, 1991.

_____ **A favor da etnografia**. Versão original. UNB, Brasilia, 1992.

_____O encontro etongráfico e o diálogo teórico. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 149-265, 1986.

_____. A favor da etnografia. **Anuário antropológico 92**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 197-224, 1994.

PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos coligidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores)

PERELMAN, Chaïn. **Tratado da argumentação** – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____ . **Retóricas** – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2003.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura** – São Paulo : Editora Brasiliense, 1998.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

_____. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____**Las representaciones son hechos sociais**: modernidade Y postmodernidad en la antropologia. Barcelona: Júcar, 1991.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

REYNOSO, Carlos. Representación. In: _____ (comp.) **El surgimento de la antropologia posmoderna.** México: Gedisa, 1991.

RORTY, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade** – Rio de Janeiro : Relume-Damará, 1997.

RUBIM, Christina de Rezende. A objetividade como critério de cientificidade na antropologia. In: **Temática**, Campinas, n. 2, p. 141-180, jul/dez. 1994.

_____. A constituição e o ser da antropologia: problemática e método. **Estudos de Sociologia,** n. 7, p. 119-146, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice** : o social e o político na pós-modernidade – 3ª ed. – São Paulo : Cortez, 1997.

_____ . **Introdução a uma ciência pós-moderna** – Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____ (org.). **A Globalização e as ciências sociais** – São Paulo: Cortez, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. Os Dinossauros de Roraima (ou, a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour) in **A redescoberta da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SEGRES, Cesare. **Os signos e a crítica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. (Debates)

TEDLOCK, Denis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 183-203, 1986.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1980.

TRAJANO FILHO, Wilson. “Que barulho é esse, o do pós-moderno?”. In: **Anuário Antropológico 85**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

TYLER, Stephen. **Etnografia postmoderna**: desde el documento de lo oculto al oculto documento. Barcelona: Júcar, 1991.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru** – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VELHO, Octávio Guilherme Alves. Antropologia para sueco ver. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980.

WEBER, Max. A ‘objectividade’ do conhecimento nas ciências e na política sociais. **Sobre a teoria das ciências sociais.** Lisboa : Presença, 1974.

WITTGEINSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico e Investigações filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

ANEXOS